



**Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Escola Politécnica  
Programa de Engenharia Urbana**

Flavio Faria de Araújo

**EMPRESARIAMENTO URBANO NO RIO DE JANEIRO: REFLEXÕES  
SOBRE A PRÁTICA DO MODELO DE GESTÃO.**

Rio de Janeiro - RJ  
2013



**UFRJ**

Flavio Faria de Araújo

**EMPRESARIAMENTO URBANO NO RIO DE JANEIRO: REFLEXÕES  
SOBRE A PRÁTICA DO MODELO DE GESTÃO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Cláudia Ribeiro Pfeiffer

Rio de Janeiro - RJ  
2013



**UFRJ**

## **EMPRESARIAMENTO URBANO NO RIO DE JANEIRO: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DO MODELO DE GESTÃO.**

**Flavio Faria de Araújo**

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Cláudia Ribeiro Pfeiffer

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Aprovada pela Banca:

---

Presidente: Professora Dr<sup>a</sup>. Cláudia Ribeiro Pfeiffer – IPPUR/UFRJ.

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Angela Maria Gabriella Rossi – Escola Politécnica/UFRJ.

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Tamara Tania Cohen Egler – IPPUR/UFRJ.

Rio de Janeiro - RJ  
2013

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais: **Fernando & Rosangela**  
que são os meus exemplos de vida e amor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo que acontece em minha vida. Por isso, proclamo a Ele todas as minhas vitórias.

Aos meus Pais, Fernando e Rosângela de Araújo, pessoas magníficas e exemplos de humildade e dedicação. Tudo que sou agradeço e dedico a eles.

Aos meus familiares, em especial minha irmã (Danielle), minha Tia (Sebastiana Faria) e o meu Padrinho e Tio (Sebastião Faria).

Aos meus amigos e minhas amigas que sempre me dão força na caminhada da vida.

A toda a turma do curso de Mestrado em Engenharia Urbana 2010. Pessoas muito especiais e bons amigos que estarão para sempre em minha memória.

Aos professores do curso de Mestrado em Engenharia da Escola Politécnica da UFRJ.

A minha orientadora Professora Dr<sup>a</sup>. Cláudia Ribeiro Pfeiffer que com tanta sabedoria e discernimento me mostrou os melhores caminhos e conceitos a seguir para construir essa dissertação.

As professoras que compõe a banca de avaliação da defesa desta dissertação (Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela Maria Gabriella Rossi & Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tamara Tania Cohen Egler) que puderam fazer uma leitura qualificativa e engrandecimentos acadêmico-científicos.

E por fim, a todos que colaboraram para que eu pudesse conseguir material teórico, histórico e jornalístico para enriquecer essa dissertação.

## RESUMO

ARAÚJO, Flavio Faria de. **Empresariamento Urbano no Rio de Janeiro: Reflexões sobre a prática do modelo de gestão**. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Essa dissertação apresenta e problematiza o modelo de Empresariamento Urbano que vem sendo implementado no município do Rio de Janeiro, desde a década de 1990, com a finalidade de tornar a cidade atrativa para os interesses financeiros (nacionais e internacionais), especificamente, através de investimentos em infraestrutura qualificada para sediar megaeventos e para potencializar o turismo.

A partir da análise da concepção, das estratégias e dos problemas decorrentes da implementação do modelo, apresenta-se algumas críticas quanto a nortear a gestão de um município e/ou uma cidade apenas pelos desejos de crescimento econômico.

Por outro lado, destaca-se o fato de evidenciar-se que as manutenções e reestruturações das redes de infra-estruturas do município não ocorrem em todo o território da cidade. Os investimentos concentram-se em áreas privilegiadas ou de interesses de empresários, indicando que o planejamento urbano é orientado pelos desejos de lucros do capital.

Para a realização desse trabalho foram feitas pesquisas e análises acerca da produção de aparatos urbanos, infraestrutura e produções arquitetônicas no município do Rio de Janeiro, desde o início da aplicação desse modelo até os dias atuais.

Conclui-se que os resultados dessa estratégia não são vivenciados por toda a população carioca, e, muito menos pela parcela mais desfavorecida.

**Palavras Chaves:** Planejamento e gestão da cidade; Empresariamento Urbano; Infraestrutura; Desenvolvimento e *City-Marketing*.

## ABSTRACT

ARAÚJO, Flavio Faria de. **Empresariamento Urbano no Rio de Janeiro: Reflexões sobre a prática do modelo de gestão.** Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This paper presents and discusses the model of Urban Entrepreneurship being implemented in the city of Rio de Janeiro, since the 1990s, in order to make the city attractive to financial interests (national and international), specifically through investments in infrastructure and qualified to host mega events to boost tourism.

From the analysis of the design, strategies and problems arising from the implementation of the model presents some criticism as to guide the management of a county and / or city only by the desire for economic growth.

On the other hand, there is evidence of the fact that the maintenance and restructuring of network infrastructure of the municipality did not occur throughout the city. The investments are concentrated in privileged areas or interests of entrepreneurs, indicating that urban planning is guided by the wishes of capital profits.

For the realization of this work were done research and analysis on the production apparatus urban infrastructure and architectural productions in the city of Rio de Janeiro, from the beginning of the application of this model to the present day.

We conclude that the results of this strategy are not experienced by all the people of Rio, and much less the portion most disadvantaged.

**Key Words:** Planning and management of the city; Urban Entrepreneurship, Infrastructure, Development and City-Marketing.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 2.1</b> – Vista aérea de Barcelona após “revitalizações”.....	33
<b>Figura 2.2</b> – Construções após “revitalizações” em Puerto Madero – Buenos Aires.....	33
<b>Figura 2.3</b> – Reforma dos Armazéns de Puerto Madero na capital argentina.....	33
<b>Figura 2.4</b> – Teatro Popular no Caminho Niemeyer em Niterói – RJ.....	35
<b>Figura 2.5</b> – MAC uma arquitetura de renome no município de Niterói – RJ.....	35
<b>Figura 3.6</b> – Cerimônia de Abertura da JMM Rio.....	42
<b>Figura 3.7</b> – Cerimônia de Encerramento da JMM Rio.....	42
<b>Figura 3.8</b> – Encontro dos esportistas militares brasileiros com a Presidenta Dilma em Brasília (2011).....	42
<b>Figura 3.9</b> – Entrada do IIIº <i>Rock in Rio</i> – LISBOA – 2008.....	43
<b>Figura 3.10</b> – Show no Iº <i>Rock in Rio</i> – MADRID –2008.....	43
<b>Figura 3.11</b> – Logo Marca e <i>Slogan</i> do festival de Música.....	44
<b>Figura 3.12</b> – Logo Marca da Conferência Rio+20.....	47
<b>Figura 3.13</b> – Foto Oficial com os Chefes e representantes de Estados.....	47
<b>Figura 3.14</b> – Logo Marca da Copa das Confederações no Brasil – 2013.....	49
<b>Figura 3.15</b> – Papa João Paulo II – criador da JMJ.....	50
<b>Figura 3.16</b> – Papa Bento XVI chegando para uma missa na JMJ em Madri – 2011.....	52
<b>Figura 3.17</b> – Logo Marca da JMJ e data da Jornada no Rio de Janeiro.....	52
<b>Figura 3.18</b> – Logo Marca da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 – Brasil.....	54
<b>Figura 3.19</b> – Mascote FULECO da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 no Brasil.....	54
<b>Figura 3.20</b> – Estádio Centenário, em Montevideu – Uruguai, local da 1ª Final de Copa do Mundo.....	55
<b>Figura 3.21</b> – Réplica da Taça Jules Rimet.....	57
<b>Figura 3.22</b> – Troféu da Copa do Mundo FIFA.....	57
<b>Figura 3.23</b> – Atual Comitê Olímpico Internacional COI – presidido por Jacques Rogge....	58



<b>Figura 3.24</b> – Pierre de Frédy (1863-1937) fundador dos Jogos Olímpicos na Era Moderna	59
<b>Figura 3.25</b> – Bandeira Olímpica.....	61
<b>Figura 3.26</b> – Nadador Paraolímpico brasileiro nas Paraolimpíadas de Londres – 2012.....	63
<b>Figura 3.27</b> – Sir Ludwing Poppa Guttmann “pai” dos Jogos Paraolímpicos.....	63
<b>Figura 3.28</b> – Logo Marca dos Jogos Olímpicos 2016 no Rio de Janeiro – Brasil.....	64
<b>Figura 3.29</b> – Logo Marca dos Jogos Paraolímpicos 2016 no Rio de Janeiro – Brasil.....	64
<b>Figura 3.30</b> – Políticos brasileiros e o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) quando o município do Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão em 2016.....	65
<b>Figura 3.31</b> – Chegada da Bandeira Olímpica no Rio de Janeiro após as Olimpíadas de Londres.....	65
<b>Figura 3.32</b> – Bandeira Olímpica em Brasília com políticos, atletas e o Presidente do COB	65
<b>Figura 4.33</b> – Prefeito Cesar Maia (1993-1996 & 2001-2008).....	74
<b>Figura 4.34</b> – Prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000).....	75
<b>Figura 4.35</b> – Prefeito Eduardo Paes (2008-2016).....	78
<b>Figura 4.36</b> – Logo Marca dos Jogos Pan Americanos de 2007 no Rio de Janeiro.....	82
<b>Figura 4.37</b> – Logo Marca dos Jogos Parapan Americanos de 2007 no Rio de Janeiro.....	82
<b>Figura 4.38</b> – Vista aérea do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.....	84
<b>Figura 4.39</b> – Vista aérea do Estádio Olímpico João Havelange.....	86
<b>Figura 4.40</b> – Imagem ilustrativa do Plano de requalificação urbana na Região Portuária do RJ.....	89
<b>Figura 4.41</b> – Áreas de Especial Interesse Urbanístico – AEIU e Gabaritos na Zona Portuária.....	90
<b>Figura 4.42</b> – Logo Marca do Projeto Maravilha.....	91
<b>Figura 4.43</b> – Logo Marca da Concessionária produtora do Projeto Porto Maravilha.....	91
<b>Figura 4.44</b> – Projetos Especiais da requalificação urbana na Região Portuária do RJ.....	91
<b>Figura 4.45</b> – Vista Aérea da Cidade do Samba e da Vila Olímpica da Gamboa.....	92
<b>Figura 4.46</b> – Maquete do Museu do Amanhã e o arquiteto produtor Santiago Calatrava.....	96

<b>Figura 4.47</b> – Foto ilustrativa da fachada do Museu de Arte do Rio – MAR.....	97
<b>Figura 4.48</b> – Cidade das Artes (antiga Cidade da Música) na Barra da Tijuca – RJ.....	98
<b>Figura 5.49</b> – Extensões da TransOeste.....	103
<b>Figura 5.50</b> – Início das obras do Túnel.....	103
<b>Figura 5.51</b> – Inauguração do Túnel por Políticos.....	103
<b>Figura 5.52</b> – Notícia da saída da Construtora Delta do consórcio TransCarioca BRT.....	106
<b>Figura 5.53</b> – Mergulhão Clara Nunes no bairro de Madureira.....	106
<b>Figura 5.54</b> – Avenida Brasil receberá o corredor expresso de ônibus com a TransBrasil..	107
<b>Figura 5.55</b> – A malha de BRTs pelo município do Rio de Janeiro.....	108
<b>Figura 5.56</b> – Restauração do Cais do Valongo e do Cais da Imperatriz.....	109
<b>Figura 5.57</b> – Restauração de todo o Jardim Suspenso do Valongo.....	110
<b>Figura 5.58</b> – Charge produzida a partir das denúncias de remoções pelos Movimentos Sociais.....	112
<b>Figura 5.59</b> – Charge produzida a partir das denúncias de remoções pelos Movimentos Sociais.....	112
<b>Figura 5.60</b> – Prédio do Museu do Índio antes da construção do Estádio do Maracanã.....	113
<b>Figura 5.61</b> – Prédio do Museu do Índio atualmente em má conservação estrutural.....	113
<b>Figura 5.62</b> – Devido a buracos na pista, o ônibus do BRT TransOeste passa fora da via exclusiva.....	114

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 2.1</b> – Renascimento da cidade por meio dos projetos estratégicos (“Ilhas de Prosperidade”, reabilitação).....	32
<b>Quadro 3.2</b> – Todas as Copas do Mundo e seus resultados.....	53
<b>Quadro 3.3</b> – Anos e localidades dos Jogos Olímpicos de Verão.....	60
<b>Quadro 3.4</b> – Anos e localidades dos Jogos Olímpicos de Inverno.....	62
<b>Quadro 4.5</b> – Comparação entre os 1º Plano Estratégico do Rio de Janeiro e o Plano Estratégico de Barcelona.....	70
<b>Quadro 4.6</b> – Comparação entre os Planos Estratégicos do Rio de Janeiro.....	75
<b>Quadro 4.7</b> – Vilas Olímpicas no município do Rio de Janeiro.....	95

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AEIU** – Área de Especial Interesse Urbanístico

**ACRJ** – Associação Comercial do Rio de Janeiro

**AIAF** – Associação Internacional das Federações Atletismo

**BIRD** – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

**BRT** – *Bus Rapid Transit*

**BNDS** – Banco Nacional de Desenvolvimento

**CBF** – Confederação Brasileira de Futebol

**CDURP** – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro

**CGP** – Comitê Gestor das Parcerias

**CISM** – *Conseil International du Sport Militarie*

**CNDUS** – Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável

**COA** – Comitê Olímpico Americano ou das Américas

**COB** – Comitê Olímpico Brasileiro

**COI** – Comitê Olímpico Internacional

**COMLURB** – Companhia Municipal de Limpeza Urbana

**CO-RIO** – Comitê Olímpico do Rio de Janeiro

**CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

**DEL** – Desenvolvimento Econômico Local

**DETRO** – Departamento de Transporte Rodoviários do Rio de Janeiro

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais

**FIFA** – *Fédération Internationale de Football Association*

**Fiocruz** – Fundação Oswaldo Cruz

**FIRJAN** – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

**IPP** – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

**IPPUR** – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

**JMM** – Jogos Mundiais Militares

**JMJ** – Jornada Mundial da Juventude

**LIESA** – Liga Independente das Escolas de Samba

**MAC** – Museu de Artes Contemporâneas

**MAR** – Museus de Artes do Rio

**NBB** – Novo Basquete Brasil

**ODEPA** – Organização Desportiva Pan-Americana

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OSB** – Orquestra Sinfônica Brasileira

**PAs** – Planos de Alinhamento

**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento

**POLI** – Escola Politécnica

**PPP** – Parceria Pública Privada

**RIOURB** – Empresa Municipal de Urbanização

**SMEL** – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

**SMU** – Secretaria Municipal de Urbanismo

**TCU** – Tribunal de Contas da União

**TER** – Tribunal Eleitoral Regional

**Tubsa** – Tecnologia Urbana Barcelona S.A.

**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UPP** – Unidade de Polícia Pacificadora

**UTE** – *Unió Temporal D'Escribes*

**VLT** – Veículo Leve sobre Trilhos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1. BASES TEÓRICAS.....	18
1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	19
<b>CAPÍTULO 2: O QUE É O EMPRESARIAMENTO URBANO?.....</b>	<b>22</b>
2. 1. DEFINIÇÃO DO MODELO DE EMPRESARIAMENTO URBANO.....	22
2. 2. EMPRESARIAMENTO URBANO: TERMINOLOGIA E ESTRATÉGIAS.....	24
2. 2. 1. O significado do termo Empresariamento Urbano e seus sinônimos descritivos.....	24
2. 2. 2. As estratégias do empresariamento urbano.....	25
2. 3. O AVANÇO DO EMPRESARIAMENTO URBANO.....	27
2. 4. AS NOVAS POSTURAS DOS AGENTES POLÍTICOS LOCAIS.....	29
2. 5. OS DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO DO MODELO DE EMPRESARIAMENTO URBANO .....	31
2. 5. 1. <i>CITY-MARKETING</i> : a publicidade, a venda e a compra da cidade e de suas arquiteturas.....	34
2. 6. ALGUMAS CRÍTICAS AO EMPRESARIAMENTO URBANO.....	36
<b>CAPÍTULO 3: O HISTÓRICO DOS MEGAEVENTOS.....</b>	<b>38</b>
3. 1. CONHECENDO A HISTÓRIA DOS MEGAEVENTOS.....	40
3.1.1. Os Jogos Mundiais Militares – JMM.....	41
3.1.2. <i>Rock in Rio</i> .....	42
3.1.2.1. Uma breve história do <i>Rock in Rio</i> .....	44
3.1.3. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – CNDUS.....	46
3.1.4. Copa das Confederações da FIFA.....	48
3.1.5. Jornada Mundial da Juventude – JMJ.....	49
3.1.6. Copa do Mundo de Futebol da FIFA.....	53
3.1.7. Jogos Olímpicos.....	57

3.1.7.1. Jogos Olímpicos de Verão.....	59
3.1.7.2. O significado da bandeira Olímpica.....	60
3.1.7.3. Jogos Olímpicos de Inverno.....	61
3.1.7.4. Quando um esporte é considerado modalidade olímpica?.....	62
3.1.7.5. Jogos Paraolímpicos.....	62
3. 2. OS MEGAEVENTOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	64
<b>CAPÍTULO 4: O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, UM CASO DO EMPRESARIAMENTO URBANO.....</b>	<b>67</b>
4. 1. O PLANO ESTRATÉGICO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	67
4. 2. ORGANIZANDO O “ESPAÇO MUNICIPAL” PARA PRODUZIR OS PLANOS ESTRATÉGICOS.....	68
4. 2. 1. Plano Estratégico I – “Rio sempre Rio” .....	69
4. 2. 2. Plano Estratégico II – “As Cidades das Cidades”.....	71
4. 3. OS GOVERNOS DO EMPRESARIAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	74
4.3.1. Primeiro Mandato do Prefeito Cesar Maia (1993 – 1996).....	74
4.3.2. Prefeito Luiz Paulo Conde.....	75
4.3.3. Segundo Mandato do Prefeito Cesar Maia (2001 – 2004).....	76
4.3.4. Terceiro Mandato do Prefeito Cesar Maia (2005 – 2008).....	77
4.3.5. Prefeito Eduardo Paes.....	77
4.3.5.1. Primeiro Mandato do Prefeito Eduardo Paes (2008 – 2012).....	78
4.3.5.2. Segundo Mandato do Prefeito Eduardo Paes (2012 – 2016).....	79
4.5. OS PRINCIPAIS PROJETOS PARA O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS – OS MARCOS DO EMPRESARIAMENTO URBANO.....	80
4.5.1. A busca pelo sonho “Olímpico Carioca”.....	81
4.5.2. O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.....	84

4.5.3. O Estádio Olímpico João Havelange.....	86
4.5.4. O Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária Carioca.....	89
4.5.5. A Cidade do Samba.....	92
4.5.6. As Vilas Olímpicas.....	94
4.5.7. O Museu Guggenheim e o Museu do Amanhã.....	95
4.5.8. Museu de Arte do Rio – MAR.....	96
4.5.9. A Cidade das Artes (antiga Cidade da Música).....	98
<b>CAPÍTULO 5: UMA AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS E DAS INFRAESTRUTURAS QUE ESTÃO SENDO PRODUZIDAS.....</b>	<b>101</b>
5.1. INFRAESTRUTURA QUE ESTÁ SENDO REALIZADA PELO GOVERNO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.....	102
5.1.1. TransOeste.....	102
5.1.2. TransOlímpica.....	104
5.1.3. TransCarioca.....	105
5.1.4. TransBrasil.....	107
5.1.5. Obras do Projeto Porto Maravilha.....	109
5.2. CONSEQUÊNCIAS E AVALIAÇÕES DAS INFRAESTRUTURAS REALIZADAS PELO GOVERNO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.....	110
5.3. Rio: será à hora da virada?.....	115
5. 4. OS APRENDIZADOS COM EXPERIÊNCIAS PASSADAS.....	117
<b>CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>128</b>



## CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Essa dissertação resulta de investigação das teorias e das práticas do modelo político-administrativo denominado de empresariamento urbano, no município do Rio de Janeiro. Esse modelo vem sendo implementado na cidade desde a década de 1990.

O interesse por esse processo surgiu em disciplinas cursadas na Especialização em Política e Planejamento Urbano, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e no Mestrado Profissional em Engenharia Urbana, da Escola Politécnica (POLI), também da UFRJ. Nesses cursos foram apresentadas as diversas estratégias de gestão pública municipal que vem sendo adotadas por governos municipais brasileiros no período pós-Constituição de 1988, além da acima referida - como o ativismo democrático, o “empreendedorismo governamental”, as estratégias que tem no território o marco estratégico orientador.

As questões específicas que orientaram sua elaboração foram às seguintes:

Afinal, qual o real interesse dos governantes e dos empresários em implantar esse modelo na cidade? O que a sociedade carioca em seu todo (sem diferenças sociais e econômicas) ganha com ele?

Seu objetivo consiste em problematizar e melhor compreender a implementação do empresariamento urbano no município do Rio de Janeiro, através da reunião, sistematização e análise de estudos, documentos e informações sobre o tema, dispersos em universidades, órgãos públicos e na mídia em geral. Portanto, trata-se de um trabalho de caráter exploratório.

A escolha da análise da prática desse modelo relaciona-se ao fato da vivência do autor na cidade indicar que os benefícios de sua adoção não são distribuídos equitativamente para toda a sua população – o que contraria os propósitos da gestão pública.

Para realizar o estudo foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas e/ou documentais sobre:

- As duas principais vertentes temáticas relacionadas ao processo: empresariamento urbano e *city marketing* ou marketing urbano.
- A realização e os resultados das Olimpíadas de Barcelona (1992), pois Barcelona – ESP foi uma das primeiras localidades a implementar esse modelo; e, paralelamente, a realização dos Jogos Pan Americanos & Parapan Americanos no Rio de Janeiro (2007), primeiro megaevento realizado no município, tendo o modelo do empresariamento urbano em prática.

- Outros megaeventos que o município do Rio de Janeiro recebeu (Jogos Mundiais Militares e Rock in Rio) e receberá na segunda metade da década de 2010 (Copa das Confederações FIFA 2013, Jornada Mundial da Juventude, etc).
- Projetos, obras de infraestrutura e prédios ou aparatos monumentais que foram ou serão construídos no município do Rio de Janeiro vinculado ao modelo de empresariamento urbano (Museu de Artes do Rio, Museu do Amanhã, Cidade das Artes, Projeto Porto Maravilha, etc).
- Impactos dos projetos e das obras produzidas pelo poder municipal, no cotidiano da sociedade carioca.

### 1.1. BASES TEÓRICAS

Para a definição conceitual de empresariamento urbano e de suas estratégias foi utilizado HARVEY (1996), como principal fonte teórica.

Com o avanço dos estudos acadêmico-científicos sobre empresariamento urbano, outros conceitos foram sendo produzidos e associados a ele. Esses conceitos também foram apresentados no trabalho: SANTOS FILHO, MARTONI e GOMES (2006)

Para construir o entendimento sobre o modelo dessa política governamental foram utilizados conceitos, pesquisas e estudos de BORJA (1994), CASTELLS & BORJA (1996), FERNANDES (1997), MOURA (1997), LEFEBVRE (1991), RIBEIRO (1999), VAINER (2000), CAMPOS e SOMEKH (2001), SÁNCHEZ & VAINER (2003), SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, CANTO, et. al, (2004), BOTELHO (2004) e COMPANS (2005).

Na definição conceitual e das práticas expressivas de *Marketing Urbano*, as referências foram HARVEY (1996), ARANTES (2000), SÁNCHEZ (2003), SÁNCHEZ, BIENENSTEIS, CANTO et. al. (2004) e DUARTE & CZAJKOWSKI JÚNIOR (2007), esses autores demonstram como a propaganda e divulgação dos ambientes construídos e/ou modificados colaboram para modificar a imagem das cidades e contribui para a legitimação do modelo. A partir destes autores também se observa como a arquitetura monumental e renomada, determinada por SÁNCHEZ como “Arquitetura de Grife”, também contribui para a publicidade municipal e a busca de investimentos públicos e privados.

As críticas ao modelo do empresariamento urbano foram construídas com base em HARVEY (1996), VAINER (1996), COMPANS (2005) e SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, CANTO, et. al. (2004), que demonstram, a partir de suas experiências e estudos, as

consequências negativas deste modelo. E para melhor estruturar as considerações críticas destes autores foram utilizados os escritos de BORJA e FORN (1996).

A caracterização de megaeventos foi feita a partir de HALL (1992), que explica a magnitude e as metas destes acontecimentos temáticos, que tem o objetivo exclusivo de promover a movimentação econômica da localidade que os recebe. FREITAS, NUNES, FERNANDES, et. al (2010) também auxiliaram na compreensão dos megaeventos.

As análises das práticas do empresariamento urbano no município do Rio de Janeiro, dos planos estratégicos e das infraestruturas produzidas foram realizadas a partir de CASTELLS & BORJA (1996), VILLAÇA (1998), FERREIRA (2000), COMPANS (2005) e RIBEIRO (2009). Porque esses autores, através de suas pesquisas e textos, fornecem dados e conteúdos específicos para se entender a relação entre planejamento do modelo de empresariamento urbano e as infraestruturas produzidas. Tendo grande relevância o livro de COMPANS (2005), que explicita a definição conceitual de empresariamento urbano e as histórias, ações, desenvolvimentos e práticas do modelo, no Rio de Janeiro; e a tese de doutoramento de RIBEIRO (2009), que possui um relato do planejamento urbano, das ações políticas e da produção arquitetônica do empresariamento urbano também no Rio de Janeiro durante os governos dos prefeitos César Maia e Luiz Paulo Conde.

Os impactos negativos no cotidiano dos cidadãos cariocas com a implantação do modelo foram identificados em uma cartilha de formação do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), elaborada em colaboração com o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas. Nessa publicação, encontram-se os argumentos em relação aos problemas que as intervenções urbanas e arquitetônicas estão causando a vários grupos sociais do município e que não são demonstrados com tanta clareza e dados, pelo governo e os meios de comunicação.

Para trazer um olhar economicista sobre as mudanças políticas e urbanísticas que estão ocorrendo no município do Rio de Janeiro, foi utilizado o livro organizado por URANI e GIAMBIAGI (2011).

## 1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Os resultados de todo esse trabalho estão estruturados em 6 capítulos.

O primeiro capítulo é essa introdução.

No segundo capítulo, são apresentados: (i) a definição do modelo de empresariamento urbano, sua origem e influência sobre os administradores urbanos, bem como os conceitos a

ele relacionados; (ii) as estratégias do empresariamento urbano e como essas estratégias são incorporadas ao planejamento das ações dos municípios e/ou das cidades; (iii) o avanço do empresariamento urbano por diversas partes do globo terrestre.

Também são destacados, neste capítulo, os discursos de legitimação do modelo e o *city marketing*.

O capítulo finaliza com as críticas ao modelo formuladas por estudiosos do tema, brasileiros e estrangeiros.

No terceiro capítulo, os megaeventos são apresentados em uma perspectiva histórica (datam principalmente do início da Era Cristã) e caracterizados. Em seguida faz-se um relato de cada um dos megaeventos que o Rio de Janeiro recebeu e ainda receberá, bem como dos argumentos utilizados para trazê-los para o município.

O quarto capítulo aborda a implantação do modelo do empresariamento urbano no município do Rio de Janeiro. Apresenta os planos estratégicos: Plano Estratégico I – “Rio sempre Rio” e Plano Estratégico II – “As Cidades das Cidades”, que colocaram as metas e os planos a serem cumpridos para que o Rio de Janeiro pudesse produzir aparatos urbanos e infraestruturas necessários a receber megaeventos e se transformar em um município mais atrativo para o mundo. E também os símbolos da implantação e promoção do empresariamento urbano no Rio de Janeiro, denominado de “Pentágono do Novo Milênio” por RIBEIRO (2009), construídos nas gestões dos ex-prefeitos Cesar Maia e Luiz Paulo Conde e o atual prefeito, reeleito, Eduardo Paes. Como, por exemplo: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, o Estádio Olímpico João Havelange, o Plano de Reestruturação e Revitalização Portuária do Rio de Janeiro (“Porto Maravilha”), a Cidade do Samba, as Vilas Olímpicas, o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio e a Cidade das Artes (anteriormente denominada Cidade da Música).

O quinto capítulo especifica cada uma das produções e/ou intervenções urbanísticas que estão sendo realizadas pelo governo municipal: as vias expressas de transporte coletivo – com BRTs (TransOeste, TransOlímpica, TransCarioca e TransBrasil) e as obras do “Porto Maravilha”.

Em seguida problematiza esse tipo de intervenção na cidade expondo algumas consequências já conhecidas: processos de remoções de moradias e comércios; as problemáticas em relação ao processo de demolição do prédio do Museu do Índio (no bairro do Maracanã); e a qualidade e/ou falta de manutenção em algumas obras das vias dos BRTs que já foram inauguradas.

Cabe observar que os problemas estruturais do Estádio Olímpico João Havelange não foram tratados porque quando descobertos, o trabalho empírico desta dissertação já havia sido concluído.

O capítulo é finalizado com argumentos favoráveis a essa estratégia do modelo de empresariamento urbano retirados da publicação “Rio a hora da virada” (URANI & GIAMBIAGI, 2011).

Nas considerações finais que se encontram no sexto capítulo, descreve-se a constatação, obtida a partir dos estudos e pesquisas, de que a prática do modelo de administração estudada se utiliza de diversos instrumentos para colocar em prática novas formas de privilegiar algumas localidades do município e alguns grupos da sociedade local (setores empresariais, investidores, classes sociais mais abastardas, entre outros), em detrimento da população carioca em seu todo.

## CAPÍTULO 2: O QUE É O EMPRESARIAMENTO URBANO?

### 2. 1. DEFINIÇÃO DO MODELO DE EMPRESARIAMENTO URBANO

No período dos anos 1970, quando ocorreu a crise do capitalismo e em resposta a ela, várias estratégias de produção e reprodução do capital foram idealizadas e postas em prática em todas as escalas econômicas e espaciais.

Segundo BOTELHO, as respostas à crise geral do capitalismo tiveram correspondência nas políticas urbanas e no próprio urbanismo, a partir da década de 1980.

Em relação às inovações e/ou posturas realizadas pelos poderes públicos municipais, o estudioso David HARVEY (1996, p. 50), denomina tal passagem de ações políticas de gerenciamento urbano para o empresariamento urbano. O novo comportamento, empresarial, das administrações urbanas é associado pelo autor à desindustrialização, ao desemprego e à austeridade fiscal, decorrentes da crise; a uma onda de neoconservadorismo, ao forte apelo à racionalidade do mercado e da privatização como estratégias para dela sair; ao declínio do Estado-Nação no controle do fluxo monetário multinacional, entre outros fatores, que acabam por colocar as cidades em crise socioeconômica.

De acordo com HARVEY (1996), pode-se verificar que, com a redução nas barreiras espaciais à circulação de bens, pessoas, dinheiro e informação, no último terço do século XX, a qualidade do espaço ganha importância para a inserção das cidades nos espaços econômicos globais. Em contexto de competição interurbana, essa qualidade passa a ser decisiva na atração do capital com vistas ao desenvolvimento capitalista (investimento, emprego, turismo, etc.).

Dessa forma, os administradores públicos, além de atuarem no sentido de facilitar os investimentos privados no âmbito local, também buscam uma maior competitividade internacional, explorando vantagens locais, reforçando o grau de atração da cidade pela elevação da qualidade de vida (melhora do meio físico, cultural, lúdico, etc.) e, sobretudo, difundindo-a publicitariamente através do *City Marketing*, (BENACH E TELLO apud BOTELHO, 2004, p.113).

O empresariamento urbano se caracteriza, principalmente, pela parceria público-privada, tendo como objetivo político e econômico imediato muito mais o investimento e o crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico (HARVEY, 1996, p. 53). Nesses

empreendimentos são valorizados: o cuidado com centros históricos, a construção de parques de ócio, parques industriais, centros de convenções, campus universitários grandiosos e concentradores de todos os cursos, sediar grandes eventos internacionais (Jogos Olímpicos, Exposições Universais, Congressos Internacionais, Desfiles Internacionais, entre outros), a reestruturação de portos e a renovação de frentes marítimas (as conhecidas beira-mares).

De acordo com autores como MOURA (1997), BOTELHO (2004) e COMPANS (2005), a lógica empresarial e especulativa é que orienta a realização de empreendimentos nas cidades - investe-se onde é mais rentável e os custos são compartilhados pelos contribuintes, enquanto os benefícios são apropriados apenas pelos promotores associados aos projetos de renovação urbana que ocorrem nas mesmas. Ou seja, os lucros e benefícios (sejam econômicos, sociais, de lazer, de segurança, etc.) são desfrutados apenas por algumas classes sociais, particularmente as que são mais privilegiadas. Porque são formadas pelos empresários, banqueiros e políticos.

Em síntese, o Empresariamento Urbano é definido, segundo HARVEY (1996), como o comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico adotado por todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais na organização da vida humana. Em outros termos, a formação de alianças e coligações voltadas para o desenvolvimento econômico das cidades, que tem por finalidade tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego, no sentido de tornar as cidades mais atrativas para o desenvolvimento capitalista, nas quais os governos e a administração urbana desempenham um papel de agilizadores dos interesses estratégicos do desenvolvimento capitalista.

Por isso, segundo COMPANS (2005):

Assim é que a cidade que busca aprovação das forças do mercado mundial torna-se, ao mesmo tempo, a cidade do controle e da vigilância generalizada, onde a política é neutralizada e a segurança torna-se princípio básico da ação do Estado. Consequentemente, as ações de governo dos processos urbanos se despolitizam e a cidade torna-se objetivo de controle policial (COMPANS, 2005, p. 13)

## 2. 2. EMPRESARIAMENTO URBANO: TERMINOLOGIA E ESTRATÉGIAS

### 2. 2. 1. O significado do termo Empresariamento Urbano e seus sinônimos descritivos

Com base nas explicações de HARVEY (1996), como referido acima, o empresariamento urbano (no sentido mais amplo) é a formação de alianças e coligações voltadas para o desenvolvimento econômico das cidades, que tem por finalidade tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego, no sentido de tornar as cidades mais atrativas para o desenvolvimento capitalista, nas quais os governos e a administração urbana desempenham um papel de agilizadores dos interesses estratégicos do desenvolvimento capitalista.

Assim, verifica-se que o ato em idealizar e efetivamente colocar em prática o empresariamento urbano é o fato de fazer da cidade uma organização totalmente estruturada com o objetivo de receber investimentos, acréscimos econômicos e um desenvolvimento voltado para a lucratividade e o bem do capital. A cidade não é vista como ambiente de produção das relações sociais, que está devidamente espacializada para o convívio dos seres que neste lugar habitam, trabalham, estudam e praticam seus lazeres, como a define LEFEBVRE (1991).

O empresariamento urbano vem sendo denominado e caracterizado de formas diversas pelos autores brasileiros. Os termos *Empresarialismo*, *Empreendedorismo Competitivo* e *Empreendedorismo Público Urbano* traduzem o mesmo sentido de fazer da cidade o foco de grandes investimentos.

FERNANDES (1997, p.34), apresenta o que Harvey denomina de empresariamento, como empresarialismo, dizendo que “trata-se de um conjunto de ações com efeitos nas instituições urbanas, bem como nos ambientes urbanos construídos, que visa potencializar a vida econômica, através da criação de novos padrões e estruturas urbanas de produção, mercado e consumo”.

MOURA (1997, p.1761), denomina empreendedorismo competitivo como “um movimento de redefinição no papel e atuação dos governos locais, com ênfase dada ao desenvolvimento de vantagens comparativas e à busca de uma maior eficiência da gestão urbana, visando à integração competitiva no mercado global. Segundo a autora, Harvey é um dos autores que contribui para essa definição quando discute o novo “empresariamento urbano”.



COMPANS (2005, p. 255), descreve o Empreendedorismo público urbano como “modelo ‘técnico’ de gestão urbana que persegue a eficácia administrativa e o aumento da competitividade mediante a adoção de uma racionalidade empresarial na condução das políticas públicas”, que se constitui, na verdade, “numa estratégia político-argumentativa que objetiva a modernização das condições locais da acumulação capitalista”.

### 2. 2. 2. As estratégias do *empresariamento urbano*

O empresariamento urbano (também denominado de empresarialismo urbano, empreendedorismo competitivo ou empreendedorismo urbano) se realiza por meio da adoção de estratégias diversas.

Vários estudiosos caracterizam essas estratégias como fundamentais para atingir o grande objetivo de tornar as cidades mais prósperas baseadas nos fundamentos empreendedores. Mas, é em HARVEY (1996) que se encontra a melhor caracterização.

A primeira estratégia da modalidade de gestão em estudo consiste em explorar as vantagens específicas para a produção de bens e serviços, ou seja, vantagens que vêm dos recursos básicos (o que as cidades possuem de recursos a serem explorados) ou da localização (onde ficam e quais as vantagens que podem ser aproveitadas a partir disso). Mas, muitas dessas vantagens podem ser criadas, como as infraestruturas necessárias para tal produção, com a diminuição de subsídios ou vantagens econômicas, para a possível localização de empresas ou órgãos privados nesse ambiente urbano passível ao empreendedorismo.

A maioria dos investimentos ou empreendimentos grandiosos que ocorrem nos dias atuais sempre conta com bons incentivos governamentais (abatimento de impostos, reduções de alíquotas para a implantação do projeto, estruturação de infraestrutura necessária para a instalação de empresas ou indústrias, entre outros).

A segunda estratégia se caracteriza por transformar a cidade em lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, jogar e consumir. As cidades buscam evidenciar seus ambientes comerciais, turísticos, geográficos, culturais e históricos. O desenvolvimento de pontos que demonstrem qualidade de vida melhor, ambiente com características de conforto e requinte, e com percepções diferenciais, acaba por atrair pessoas de todos os pontos do planeta.

Tais qualidades e evidências são promovidas pelos poderes públicos e privados e são mostradas como verdadeiros “cartões de visita”, através do *City Marketing*, que tem por objetivo mostrar apenas os pontos, lugares, comércios, centros de consumo e diversão da

melhor forma possível, para chamar a atenção dos que possuem recursos financeiros para investir, gastar, consumir e financiar o crescimento das cidades. Tais publicidades são cada vez mais visualizáveis através dos diversos órgãos de imprensa mundial, fora as caracterizações que mostram as cidades de um modo que elas possam ser reconhecidas por festividades locais, pontos turísticos, produções de artesanatos, pratos alimentícios ou danças típicas.

A caracterização e efetiva demonstração de potencial receptivo das cidades acabam por colocá-las em grupos seletos de grandes investimentos internacionais ou até mesmo como possíveis palcos de grandes eventos internacionais, como Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, Copas Mundiais de Esportes (Futebol, Natação, Ciclismo, Voleibol, etc.), Congressos Internacionais Políticos ou de organização Privada, Semanas ou Festivais de Moda, Teatro, Cinema, Música, Arte, Tecnologia e Gastronomia e visitas de representantes (grandes autoridades) Religiosas, Políticas ou Artísticas. Pois, grandes festividades ou grandes eventos, aumentam o potencial turístico, acomodam o recebimento de grandes quantias financeiras devido ao consumo gerado e ainda podem evidenciar mais a publicidade e a imagem desse lugar receptor.

Segundo COMPANS (2004), todos os pacotes de comercialização das características de uma cidade são postos na “vitrine comercial global” tentando passar a idéia da qualidade da infraestrutura, segurança, educação, entretenimento, hospedagens, restaurantes e serviços de consumo. Mesmo que todos esses pontos atrativos sejam pontuais, apenas nas áreas em que os turistas, investidores e iniciativa privada fiquem localizados. O importante mesmo é vender a beleza das áreas que rendem lucro e manter as áreas territoriais desprivilegiadas na maior passividade possível, de preferência, escondidas, para que não se tornem notícia na imprensa e isso manche o trabalho e a incorporação de benefícios realizados pelas publicidades através da política de *City Marketing*.

A terceira estratégia é transformar a cidade em local de controle e funções de comando de altas operações financeiras, de governo ou de centralização e processamento.

Os investimentos são altos, eficientes e necessários para um ótimo padrão de conservação em estradas, portos, aeroportos, transportes, teleportos, comunicação telefônica, uso de internet em boa e alta qualidade e tudo isso ligado em redes para facilitar a fluidez de toda a estrutura necessária.

As cidades que se enquadram nesta estratégia acabam por ser denominadas como *Cidades Globais ou Mundiais*<sup>1</sup>. São cidades que difundem progresso tecnológico e serviços especializados e concentram importantes mercados financeiros. A rede de cidades globais reúne milhares de grandes empresas que coordenam e administram a economia mundial. Reflexo disso pode ser visto nas crises que abalam os mercados financeiros. Nos dias atuais, a queda na bolsa de valores de uma cidade global pode afetar a estabilidade da economia em todo o planeta (SASSEN, 1998).

Tomando HARVEY (1996) como base, entende-se que a intenção, na realidade, é fazer parecer que a cidade do futuro seja uma cidade com funções unicamente de comando e de controle, uma cidade-informação, uma cidade pós-industrial na qual a exportação de serviços (financeiros, de informação e de produção de conhecimento) se torne a base para a sobrevivência urbana.

A quarta e última estratégia é caracterizada por tentar assegurar a sobrevivência da cidade através da captura e/ou manutenção de repasses dos governos centrais. Estratégia difícil de ser praticada, em contexto de crise fiscal e de corte de fluxos de sustentação dos governos centrais para as regiões urbanas.

Tomando o caso brasileiro para ilustrar essa estratégia, vale apresentar notícia publicada, em janeiro 2011, sobre municípios de Roraima que precisam dos repasses do governo federal para sobreviver:

“Informações publicadas no Portal da Transparência do governo federal, acerca dos repasses feitos a estados e municípios brasileiros, dão a exata dimensão da dependência das prefeituras roraimenses com relação à União. A grande maioria delas sobrevive das transferências e, por conta disso, tem pouca expectativa de desenvolvimento econômico.”  
([www.folhabv.com.br/noticia.php?id=144521](http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=144521) - em 18/01/2013 – 10h25m).

### 2. 3. O AVANÇO DO EMPRESARIAMENTO URBANO

Com as transferências de responsabilidades sobre a gestão urbana dos governos centrais para os locais, fato esse que ocorreu em vários países da Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 1980, pode-se observar o aumento das tarefas a serem cumpridas em relação às ações econômicas e sociais. Foram necessárias reestruturações econômicas, fiscais

---

<sup>1</sup> Para uma melhor compreensão das cidades globais ou mundiais, ler SASSEN (1998): SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo. Estúdio Nobel. 1998.

e de planejamento de políticas para que os governos conseguissem cumprir suas responsabilidades.

BORJA e CASTELL (1996, p. 155), focando o caso europeu, afirmam:

As grandes cidades devem responder a cinco tipos de objetivos: nova base econômica; infraestrutura urbana; qualidade de vida; integração social; governabilidade.

Somente gerando uma capacidade de resposta a estes propósitos poderão, por um lado, ser competitivas para o exterior e inserir-se nos espaços econômicos globais, por outro, dar garantias a sua população de um mínimo de bem-estar para que a convivência democrática possa se consolidar. A resposta a estes objetivos requer um projeto de cidade cuja construção pode apoiar-se em elementos diferenciados.

Nesse sentido, os governos locais e os principais agentes econômicos de cidades como Birmingham, Amsterdã e Lyon, promoveram uma transformação da infraestrutura urbana para facilitar a passagem do modelo industrial tradicional para o do Centro Terciário Qualificado; Barcelona, Lisboa, Glasgow e Manchester utilizaram um grande evento internacional com vistas ao desenvolvimento econômico local.

Na América Latina esses acontecimentos governamentais locais são experimentados mais recentemente, desde meados da década de 1990, a partir da elaboração de planos estratégicos, como ocorrido no Rio de Janeiro, Bogotá e Córdoba.

Assim, a observância é que a adoção do instrumento do planejamento estratégico, com um tipo de abordagem que enfatiza a cooperação entre agentes públicos e privados, entre governo e sociedade civil, vem responder as motivações do empresariamento. Ganha relevância a postura do diálogo e de busca da participação. Por isso que desde o início deve-se ter uma idéia de Plano da Cidade e não de um Plano da Prefeitura.

Mas, o que se tem na realidade é um domínio econômico nas formas de gestão e realização das ações financeiras, a existência de novos e mais complexos modos de apropriação dos ambientes e isso acaba por influenciar diretamente as organizações urbanas.

A valorização dos municípios já ocorre ao pensar os planejamentos e as intervenções. O desejo em configurar as mesmas no circuito mundial de valorização, através do modo de governança e de produção dos espaços.

Competitividade, “empresariamento”, planejamento, estratégico (por projetos), intervenções pontuais, entre outros enunciados, passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores urbanos dos mais diversos matizes político-ideológicos (SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, CANTO, et. al, 2004, p. 41).

Todos os ideais desta prática de gestão e elaboração política tem se divulgado por todo o mundo, tendo por base a aplicação em outras cidades que possuem características, culturas e relações políticas completamente diferentes. Assim, idealizam-se acontecimentos e a promoção de uma verdadeira receita de sucesso, acontecimentos e possíveis investimentos para as cidades que seguem passo-a-passo o “caminho de sucesso”.

Com base em SÁNCHEZ, verifica-se que o espaço metropolitano é diagnosticado como o ambiente favorável para o desenvolvimento de processos de modernização, devido à densidade sociocultural e econômica e assim também, a concentração de recursos públicos para sustentar as estratégias. Por isso, a reflexão produzida acaba em verificar a importância dos projetos estratégicos para as relações socioespaciais e os desafios em que reconstruir ou até mesmo refazer as diferentes formas das cidades.

Assim, a prioridade é adotar os grandes projetos de desenvolvimento urbano (GPDUs) com perspectiva estratégica de diminuir ou até acabar com a crise fiscal por que passam as cidades. Tendo como grande intuito a modernização socioespacial subordinada aos novos circuitos do capitalismo globalizado, circuitos estes estreitamente vinculados à sociedade urbana mundial (LEFEBVRE, 1991).

#### 2. 4. AS NOVAS POSTURAS DOS AGENTES POLÍTICOS LOCAIS

Segundo SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, CANTO (2004), com o empresariamento os agentes políticos locais adquirem “nova” forma de ver, pensar e administrar as cidades, procurando adequar oportunidades oferecidas pelas dinâmicas de acumulação

Surgem às parcerias público-privadas, a formação de novos instrumentos e instituições voltadas para o governo urbano, a organização e flexibilização de leis e ordens governamentais no ambiente urbano e a promoção/produção de projetos de grande impacto nos espaços construídos das cidades.

Incontáveis são os exemplos de GPUs que, orientados para a “revitalização urbana”, prometem promover o crescimento econômico, tanto mediante o incremento do turismo quanto da atração de novos investimentos. Apresentado como alternativo ao modelo normativo, diretivo e rígido do zoneamento e do Plano Diretor, o planejamento por projeto é propugnado como estratégia apta a estimular o desenvolvimento e a articular o tecido da cidade (SÁNCHEZ; VAINER, 2003).

É importante lembrar que com base na tendência mundial do “urbanismo estratégico”, esse modelo de gestão por projetos dá prioridade às intervenções localizadas, pontuais, que

possam entranhar efeitos positivos para a cidade, em contraponto aos modelos inscritos num planejamento tido como mais “tradicional” e “regulador” (FERNANDEZ VILAN, 1999; CHADOIN; GODIER; TAPIE, 2000 apud SÁNCHEZ, BIENESTEIN, CANTO et. al. 2004).

A defesa da sua viabilidade está sempre ligada às parcerias público-privadas, que são justificadas como necessárias, devido à lentidão da dinâmica do setor público.

Segundo SÁNCHEZ, BIENESTEIN, CANTO et. al. (2004) as “formatações inovadoras” das parcerias buscam escapar dos regulamentos e/ou impedimentos da máquina pública e facilitar as formatações jurídico-administrativas e as financeiras para executar os projetos. Ou seja, buscam fugir de burocracias governamentais, para arrecadarem investimentos. E o “preço pago” com tais “filantropias privadas” é inserir primeiramente os benefícios urbanísticos em localidades em que as mesmas se localizam ou ainda irão se fixar.

Novos arranjos econômicos e políticos, combinados e potencializados pelos atores que entram em cena na política urbana, redefinem as novas relações entre o capital imobiliário e financeiro e o Estado. Análises recentes de operações urbanas já realizadas mostram que o maior ônus acaba recaindo na prefeitura, tanto no que se refere a um importante investimento inicial quanto no longo prazo, como exemplifica FIX (2001) para o caso de São Paulo (Ibidem, p. 43).

As intervenções urbanas acabam por ser um cenário emblemático politicamente, mas que, na verdade, escondem o interesse de um grupo por determinadas localidades ou centralidades até então não engendradas aos interesses comerciais urbanos.

A luta simbólica para impor determinada visão de mundo associada a um “modelo” parece tratar-se de um dos projetos políticos relevantes na compreensão daqueles mobilizados para a reconstrução de lugares, em relação dialética com os processos materiais de modernização urbana capitalista do atual período histórico. Neste caminho de atribuição de sentido, os discursos atuam sobre o campo das práticas, reelaboram as práticas. Por seu lado, as práticas materiais ligadas a esta modalidade de projetos não se impõem facilmente. Pelo contrário, a legitimação dos projetos associados à modernização depende de estratégias discursivas e retóricas que parecem centrais. Deste modo, desconstruir leituras e discursos do espaço é interpelar seu léxico, seu padrão argumentativo (VAINER, 2000 & SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, CANTO, et. al, 2004, p. 44).

## 2. 5. OS DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO DO MODELO DE EMPRESARIAMENTO URBANO

As cidades passam a ser o local da prática do modelo do empresariamento urbano e no sentido de legitimá-lo, perante a população, são construídos discursos específicos, que visam o “sucesso do modelo”.

Tal lógica se relaciona à finalização do “sentimento de crise local”, a legitimação dos projetos e ao renascimento da cidade por meio de grandes projetos.

Como cita SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, CANTO et. al. (2004, p. 45), exemplos do modelo em pauta, transformados em produtos-vitrine das atuais operações urbanas, podem ser identificados a partir das experiências pioneiras nos Estados Unidos (Boston, Baltimore, Nova York), passando pela Europa (Londres, Barcelona, Berlim, Lisboa) e chegando aos recentes esforços de alguns governos municipais e coalizões empresariais da América Latina (Buenos Aires, Belém do Pará, Fortaleza, São Luís, Rio de Janeiro, Niterói e Vitória) em se inserirem no rol internacional de cidades ditas (pós) modernas, por meio de projetos estratégicos.

As ações deste modelo, através das intervenções urbanísticas e dos discursos de legitimação, acabam, de fato, por legitimar socialmente toda operação como necessária para o crescimento da estrutura urbanística das cidades envolvidas. A própria sociedade local passa acreditar que as intervenções que ocorrem serão benéficas a todos.

Demonstrar a possibilidade do empresariamento de promover o crescimento futuro, o desenvolvimento local, o fim das mazelas e a ruptura com as ações que não colocam a cidade no patamar que merece são pontos chaves para trabalhar o poder simbólico junto os cidadãos. Já explicou RIBEIRO (1999), “representar a totalidade, o todo social, implica poder: implica construção de hegemonia, capacidade de convencimento, criação de consenso.”.

No quadro a seguir (Quadros 2.1), produzidos por SÁNCHEZ, BIENENSTEIS, CANTO et. al. (2004, p. 46 – 48), vemos os argumentos utilizados para a venda de empreendimentos do empresariamento urbano para a população.

Quadro 2.1: Renascimento da cidade por meio dos projetos estratégicos (“Ilhas de Prosperidade”, reabilitação)

Rio de Janeiro - RJ	“Muito mais que um museu com arquitetura ousada e única, seria um deflagrador de revitalização urbana da área portuária e do centro histórico, além de recolocar o Rio no circuito das grandes cidades globais, recuperando sua centralidade cultural.” (RIO DE JANEIRO, 2002, p.2).
Barcelona	“ <i>Bienvenido al mayor proyecto de desarrollo urbano de Europa.</i> ” (Outdoor publicitário do Ayuntamiento de Barcelona, 1990).
Vitória - ES	“Vitória, na perspectiva negativa, lembra o caminhar do caranguejo, mas pode preparar-se para o salto do marlim azul.” (Prefeitura de Vitória, 1996).
Niterói - RJ	“A inclusão definitiva do Caminho Niemeyer nos roteiros turísticos internacionais garantirá a Niterói um desenvolvimento monumental.” (Prefeitura Municipal de Niterói, 2002).

Fonte: SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, CANTO, et. al. 2004.

Há muito anos o desejo em reestruturar espaços degradados, áreas portuárias que não são mais devidamente utilizadas, reorganizar espaços centrais que estavam com moradias precárias, valorizar grandes extensões territoriais que pertencem a empresários e/ou antigas indústrias locais e tantas outras “necessidades de alguns grupos locais”, interessavam governantes e empresários em diversas cidades do mundo. O empresariamento urbano e seu discurso legitimador vêm para realizar esse desejo.

Portanto, todos esses acontecimentos e realizações nada mais são do que a refuncionalização de áreas degradadas e vazias, que até o momento das interferências urbanísticas serviam como áreas de proliferação de violência, uso e comercialização de drogas, habitação para grupos sociais de extrema pobreza e passam a ser áreas de modernização e novos deslumbramentos para a sociedade. Como por exemplo, ocorreu na antiga região industrial e portuária de Barcelona – Espanha (Figura 2.1), em Porto Madeira – Buenos Aires – Argentina (Figuras 2.2 & 2.3) e está ocorrendo no município do Rio de Janeiro – Brasil com o Projeto Porto Maravilha.





Figura 2.1: Vista aérea de Barcelona após “revitalizações”.  
 Fonte: [www.blogdageografia.com.br](http://www.blogdageografia.com.br) – em 15/12/2012 – às 15hs.



Figura 2.2: Construções após “revitalização”  
 em Puerto Madero - Buenos Aires.  
 Fonte: Prefeitura de Buenos Aires – Divulgação.



Figura 2.3: Reforma dos armazéns de Puerto  
 Madero na capital argentina.  
 Fonte: Arquivo Pessoal do Autor.

É importante lembrar que o planejamento estratégico é um dos principais instrumentos para a renovação econômica nos moldes do neoliberalismo. O que permite inferir que os projetos com base no modelo do empresariamento urbano também o são.

2. 5. 1. *CITY-MARKETING*: a publicidade, a venda e a compra da cidade e de suas arquiteturas.

Um dos instrumentos mais utilizados para legitimar o empresariamento e vender a cidade para o capital internacional, demonstrando seus aspectos, vocações e estruturas, é o que alguns estudiosos chamam de *City-Marketing* ou *Marketing Urbano*:

Tomando-se como ponto de partida a constatação de que, nos dias de hoje, “os consumidores deparam-se com diversos tipos de produtos e serviços, fazendo suas escolhas com base em suas *percepções* do valor que estes os proporcionam” (Kotler, 2001:6), muitos gestores urbanos estão importando certas metodologias da iniciativa privada (notadamente aquelas que possuem maior relação com o marketing) com o objetivo de tornar as suas cidades dotadas de um maior *valor* aos olhos de seus moradores e especialmente dos investidores externos. Ribeiro e Garcia (1996), Sánchez Garcia (1999, 2001), Pereira (2003), entre outros, a partir da análise das novas políticas públicas adotadas não só no Brasil, mas também em outros países do mundo, e particularmente relacionadas com a promoção das cidades na esfera local, regional e global, denominam tal processo de *city marketing* (DUARTE & CZAJKOWSKI JÚNIOR, 2007, p. 277).

A utilização de aparatos urbanos nas cidades para a sua venda se tornou praticamente uma forma de diferenciação entre as demais. Ocorre uma verdadeira super valorização das áreas e de capitais culturais. São observadas as vocações históricas, culturais, turísticas, naturais, esportivas e de entretenimento de cada localidade.

A produção e gestão do espaço contemporâneo parecem estar transformando a cidade cada vez mais em mercadoria a ser vendida através de políticas de marketing dignas de uma grande empresa (SÁNCHEZ, 2003). As cidades ganham categorias, premiações, nomenclaturas turísticas e *status* em relação ao que possui e ao que pode oferecer aos moradores e turistas.

Segundo ARANTES (2000, p. 47) “(...) *era exatamente isso que Guy Debord queria dizer quando profeticamente anunciou que a cultura seria a mercadoria vedete na próxima rodada do capitalismo, exercendo a mesma função estratégica desempenhada nos dois ciclos anteriores pela estrada de ferro e pelo automóvel*”.

Por fim, no contexto do *city-marketing*, percebe-se ainda a produção de formas arquitetônicas e de planejamentos por nomes prestigiados, como um modo de qualificar ainda mais o empresariamento urbano. SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, CANTO et. al. (2004, p. 50) caracterizam esse fenômeno como “ARQUITETURA DE GRIFE”. Produzir arquitetura,

projetos e modificações urbanísticas com uma imagem pós – moderna é visto como uma renovação e uma garantia de sucesso.

As assinaturas arquitetônicas transformam-se em verdadeiros emblemas e marcam as ações nos grandes projetos de intervenções urbanísticas. Essas edificações se tornam modelos a todo o restante da cidade e passam até a serem utilizados nos discursos e entrevistas de prefeitos ou prefeitas como indicador do processo de internacionalização chegando à cidade.

Exemplos deste modelo de Arquitetura de Grife são: a projeção do Museu do Amanhã no município do Rio de Janeiro pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava e a projeção do Caminho Niemeyer no município de Niterói pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer (figuras 2.4 & 2.5 – mostram arquiteturas de Oscar Niemeyer em Niterói).



Figura 2.4: Teatro Popular no Caminho Niemeyer em Niterói – RJ.  
Fonte: Arquivo Pessoal do Autor.



Figura 2.5: MAC uma Arquitetura de renome no município de Niterói – RJ.  
Fonte: Prefeitura de Niterói – Divulgação.

Contudo, o que se verifica mesmo é uma combinação entre os interesses e os investimentos financeiros governamentais (públicos) e empresariais/ comerciais (privados). Que segundo SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, CANTO et. al. (2004, p. 51) é a receita básica para a construção de novos equipamentos culturais e de serviços, ampliação do número de empreendimentos com fins habitacionais próximos aos centros financeiros e comerciais e criação de áreas públicas junto ao mar.

Uma vez apresentado o modelo do empresariamento urbano e a forma como ele vem se afirmando no mundo, cabe expor as críticas ao mesmo. HARVEY (1996) e COMPANS, (2005) fazem uma boa síntese.

## 2. 6. ALGUMAS CRÍTICAS AO EMPRESARIAMENTO URBANO

Do texto de HARVEY (1996), podemos tirar diversas críticas. Em primeiro lugar, a redução das barreiras espaciais à circulação do capital, somada à importância que a qualidade do espaço adquire para o desenvolvimento capitalista nesse contexto, e ao interesse das administrações urbanas em maximizar a atividade local para o desenvolvimento capitalista, geram não apenas a competição interurbana como desenvolvimentos e destinos desiguais para as cidades. Os locais que oferecerem mais vantagens competitivas para o capital terão um “desenvolvimento” capitalista maior do que os que não oferecerem.

Em segundo lugar, o fato das atividades das parcerias público-privadas e seus respectivos empreendimentos terem uma execução e uma concepção especulativas, no empresariamento, faz com que ambos fiquem sujeitos a todas as dificuldades e perigos inerentes a empreendimentos especulativos.

Por outro lado, o impacto dos grandes empreendimentos imobiliários pode ser meramente local, sem nenhum impacto de alcance metropolitano. E pior, como eles tornam-se o foco de atenção pública e política, costumam desviar a atenção e recursos de outros problemas mais importantes do território como um todo – o que pode contribuir para uma maior polarização na distribuição social da renda real, para crescentes disparidades de riqueza e de renda e para o aumento da pobreza urbana.

E ainda, as respostas inovadoras e competitivas das alianças das classes dominantes urbanas a esse novo contexto, muitas vezes com ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros, paliativos, numa dada localidade engendram muita incerteza e podem acabar por tornar o sistema urbano vulnerável às incertezas das transformações rápidas.

Em síntese, para HARVEY (1996):

É a generalidade da competição interurbana, dentro do quadro geral do desenvolvimento geográfico desigual capitalista que parece compelir às opções onde “maus” projetos expulsam os “bons” e onde coalizões de classe benevolentes e bem intencionadas se comprometem a ser “realistas” e “pragmáticas” a um grau que as faz atuar de acordo com as regras de acumulação capitalista em vez de perseguir o objetivo de atender as necessidades locais ou maximizar o bem-estar social.(...)

A trajetória seguida com o crescimento do empresariamento urbano nestes últimos anos serve para manter e aprofundar as relações capitalistas do desenvolvimento geográfico desigual e, através disso, afetar a trajetória geral do desenvolvimento capitalista de forma intrigante.

Com base em COMPANS (2005), pode-se afirmar que o modelo de empreendedorismo público urbano se constitui em uma estratégia político-argumentativa que objetiva a modernização das condições locais da acumulação capitalista; favorece a legitimação de determinada agenda política relacionada à busca de competitividade, apesar de não se restringir a ela, uma vez que “os grandes beneficiários da maioria das iniciativas do poder público no que tange à política urbana, embora justificadas pelo discurso da atratividade e da competitividade da cidade, foram empresas do setor imobiliário que há muito tempo aqui possuíam negócios e interesses especificamente localizados”; e subordina a política urbana à lógica do mercado imobiliário e à privatização dos serviços públicos. (COMPANS, 2005, p. 256).

### **CAPÍTULO 3: O HISTÓRICO DOS MEGAEVENTOS.**

Como visto no capítulo anterior, a realização de “megaeventos” é uma das iniciativas mais praticadas e visíveis, no âmbito do empresariamento urbano.

Tomando por base HALL (1992), a noção de Megaeventos surge com as Feiras Mundiais e Exposições, a Copa do Mundo de Futebol da FIFA ou as Olimpíadas, eventos especificamente direcionados para o mercado de turismo internacional, que podem ser adequadamente descritos como mega, em virtude de sua grandiosidade em termos de público, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura pelos meios de comunicação, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da comunidade anfitriã.

O mesmo autor afirma que os megaeventos se destinam a atrair turistas, mas também é uma maneira de mostrar as potencialidades locais e características culturais, de melhorar a reputação de uma cidade além de seus limites e de demonstrar orgulho cívico e capacidade de mobilizar recursos.

Pode-se falar que os “megaeventos” existem antes da Era Cristã. São verificados em registros antigos até os dias de hoje, como demonstram dados sobre volumosos ajuntamentos de pessoas em torno de esportes, artes, política, com, naturalmente, a ética e a estética próprias de cada época.

Para o homem, o prazer de estar junto com seus semelhantes é tão antigo e importante como seu instinto de defesa e sobrevivência. Os teatros de Atenas construídos séculos antes da era cristã já bem demonstravam a relevância do espetáculo na vida dos cidadãos. Entre as atividades mais freqüentadas, os jogos públicos faziam parte desse imaginário no qual a multidão é condição fundamental para a existência do evento. Desses jogos, nasceram na Grécia os concursos atléticos (com disputas de disco, pugilatos, corridas, entre outras) e os concursos musicais e poéticos.

Na Roma antiga, por sua vez, ainda antes de Cristo, mas especificamente nos primeiros séculos d.C., os jogos também constituíam parte das celebrações religiosas, aniversários, funerais, e aconteciam em teatros, anfiteatros e circos. Tanto na Grécia como em Roma, o rigor às regras nos jogos era o eixo motor de sua dinâmica, mesmo que muitas vezes seu resultado fosse cruel, como no caso de lutas em que o ganhador dependia da morte de seu adversário.

Desde então, as cidades abrigam eventos das mais diversas naturezas seja para o lazer, seja para as obrigações de ordem religiosa ou política.

Com o passar dos séculos, o desenvolvimento técnico-científico-informacional, o avanço do sistema econômico-político-social de maior abrangência, denominado como Capitalismo, e a união econômica de diversas nações, principalmente após o fim da II Guerra Mundial, os megaeventos recebem cada vez mais destaque dentro das ações de governos.

Portanto, mesmo com o passar de tantos anos e o aperfeiçoamento na definição dos megaeventos, é importante enfatizar que o objetivo do mesmo de reunir as pessoas em prol de alguma festividade continua, ainda que com finalidades diferentes.

Nos dias mais atuais esse objetivo foi anexado aos interesses de lucros financeiros e econômicos. Ou seja, hoje em dia os megaeventos são muito mais imbuídos de propagandas, investimentos privados, retornos financeiros imediatos e exposição midiática da localidade que os abriga. Com a possibilidade de ganhos estruturais e econômicos, os governos acabaram por observar “nesse caminho” (os megaeventos) diversas oportunidades.

Somando aos interesses governamentais, os interesses privados nas oportunidades geradas pela realização de megaeventos (empresas, indústrias, marcas famosas, entre outras), esse modelo de reunião e fraternidade entre as pessoas passou a não ter mais fronteiras e a estabelecer em qualquer localidade ou lugar que possa desempenhar o papel de polo gerador de lucros e *marketing*.

Tomando por base os megaeventos esportivos mundiais, que passaram a integrar a agenda de grande parte dos governos ao redor do planeta, pode-se afirmar que estes constituem-se em elementos catalisadores de oportunidades tanto para empresas quanto para investidores, ao influenciar diretamente o desempenho econômico, político e social de um país.

O Brasil, por exemplo, sediará esse tipo de megaeventos nos próximos anos – Copa do Mundo da FIFA em 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Ao hospedar grandes eventos, nosso país começará a experimentar rapidamente uma ampla gama de temas e atividades que não seria vivenciada em tempos normais.

De acordo com alguns especialistas no assunto (como exemplos BORJA e CASTELLS), os megaeventos têm a qualidade de congregar as pessoas em um objetivo comum, como também de conduzir a realização de programas e projetos que levariam décadas para serem concebidos e concluídos. Para outros especialistas (como HARVEY e VAINER), os megaeventos são apenas iniciativas com fins lucrativos de empresas e camadas socioeconômicas já privilegiadas das sociedades.

Além disso, as iniciativas são incentivadas a serem realizadas de forma eficiente diante das exigências estabelecidas pelos organizadores dos eventos e até mesmo por conta da demanda local e estrangeira.

A realização de grandes eventos também promove a colaboração entre os setores públicos e privados e entre os mesmos e as comunidades envolvidas. Segundo BORJA e CASTELLS (1996), eles acabam por tornar flexível e por estimular as relações entre os vários níveis de governo, melhoram sua eficiência, além de introduzirem novas idéias e comportamentos, tais como os relacionados à sustentabilidade ambiental e à diversidade, entre outros. Adicionalmente, os megaeventos são ambiciosos, altamente desafiadores e extremamente dependentes da capacidade de planejamento e execução em suas diversas fases – durante sua vida útil e em seus legados.

O município do Rio de Janeiro é um dos importantes palcos de eventos de grande porte em todo o planeta. Por ele passam artistas internacionais, campeonatos de diversas modalidades esportivas, além de sediar variados congressos e feiras de diferentes temáticas. O Rio de Janeiro recebe milhares de turistas durante todos os meses do ano. No entanto, a imagem de cidade violenta e perigosa é consolidada pela mídia e se torna uma das primeiras características lembradas por turistas estrangeiros e brasileiros.

Curiosamente, esse medo não diminui a importância e a grandeza dos megaeventos nela sediados. E essa mesma imagem de violência é “desmontada” a cada evento, com estratégias específicas adotadas nesse sentido, como é o caso da implantação recente de Unidades de Polícia Pacificadora – UPP em áreas consideradas violentas, pelo governo do estado.

A produção de um ambiente seguro é uma das grandes metas a serem cumpridas pelos governos nas três esferas (municipal, estadual e federal), os Comitês organizadores dos eventos e os investidores privados.

### 3. 1. CONHECENDO A HISTÓRIA DOS MEGAEVENTOS

Entre todos os megaeventos de abrangência mundial, é importante destacar aqueles que colaboraram e ainda terão a função de nortear as grandes transformações do espaço urbano, das ações governamentais, dos investimentos econômicos e dos anseios populares.

Portanto, conhecer um pouco da história de cada um desses megaeventos e as suas devidas importâncias para todas as sociedades participantes acaba por demonstrar a magnitude de cada um deles.



### 3.1.1. Os Jogos Mundiais Militares – JMM

Com base nas informações do site do Conselho Internacional dos Jogos Militares<sup>2</sup>, esse é um evento multiesportivo realizado a cada quatro anos. Os eventos são organizados pelo Conselho Internacional do Desporto Militar, com sede em Bruxelas na Bélgica.

Em 1995, na celebração dos 50 anos do final da Segunda Guerra Mundial, realizaram-se os I Jogos Olímpicos Mundiais Militares. Os Jogos ocorreram em Roma, de 4 a 16 de setembro de 1995. O evento reuniu atletas de 93 países. Vários dos competidores que poderiam ter se enfrentado nos campos de batalha estavam disputando medalhas nos campos esportivos.

Os jogos em Roma contaram com a participação de 4.017 atletas, que se dividiram em 17 modalidades. Os jogos tiveram grande número de espectadores e na cerimônia de abertura teve a presença do Papa João Paulo II, do Presidente italiano da época Oscar Luigi Scalfaro e do então primeiro-ministro Lamberto Dini. Indicadores que já evidenciavam o grande sucesso que esse evento passaria a ter em todo o cenário mundial.

A segunda edição dos jogos, Os II Jogos, ocorreu em Zagreb, na Croácia em 1999; contou com 6.734 atletas de 82 países; os III Jogos Mundiais Militares ocorreram em Catânia, na Itália, em 2003, com mais de 7 mil atletas de 87 países e os IV Jogos ocorreram em 2007, na cidade de Hyderabad, na Índia. Por conta da distância, houve redução no número de atletas (ao redor de 5 mil). Mas refletindo a importância que os países vêm na competição, houve aumento no número de nações participantes (recorde de 101 países). Nesses Jogos, a Rússia foi o país com mais medalhas (total de 100 medalhas), seguida por China, Alemanha e Itália; o Brasil conquistou 3 medalhas.

Em 25 de maio de 2007, na cidade de Ouagadougou, capital do Burkina Faso, o CISM – *Conseil International du Sport Militarie* – anunciou que o Brasil seria a sede dos V Jogos Mundiais Militares, no ano de 2011 (nas figuras 3.6, 3.7 & 3.8 imagens do evento e de atletas militares brasileiros).

---

<sup>2</sup> <<http://www.rio2011.mil.br>> - Último acesso em 20/07/2012 – às 20hs.

A maioria das competições ocorreram nos mesmos recintos dos Jogos Pan-Americanos de 2007. O evento teve o apoio dos Governos Federal e Estadual. O Presidente do CISM, Major General Gianni Gola, teve encontros no Brasil e na Europa com diversas autoridades brasileiras. O alojamento dos atletas foi construído no 31º Grupo de Artilharia de Deodoro (no município do Rio de Janeiro), com os custos divididos entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica.



Figura 3.6: Cerimônia de Abertura JMM Rio.



Figura 3.7: Cerimônia de Encerramento JMM Rio.

Fonte das imagens: [www.rio2011.mil.br/imagensdoevento](http://www.rio2011.mil.br/imagensdoevento) - em 20/07/2012 - às 20hs.



Figura 3.8: Encontro dos esportistas militares brasileiros com a Presidenta Dilma em Brasília (2011).

Fonte: Agência Brasil de Comunicação em 29/07/2011 – 18h22min.

### 3.1.2. Rock in Rio

De acordo com o site oficial do festival<sup>3</sup>, O *Rock in Rio* é um festival de música originário do Brasil idealizado pelo empresário brasileiro Roberto Medina e realizado

<sup>3</sup> <[http://www.rockinrio.com.br/historia\\_acervo](http://www.rockinrio.com.br/historia_acervo)> Último acesso 16/12/12 – às 09hs34min.

pela primeira vez em 1985, no município do Rio de Janeiro. Tornou-se um evento de repercussão mundial e, em 2004, teve a sua primeira edição fora do país em Lisboa, Portugal.

Ao longo da sua história, o *Rock in Rio* teve 12 edições, quatro no Brasil, cinco em Portugal e três na Espanha. Em 2008, foi realizado pela primeira vez em dois locais diferentes, Lisboa e Madrid (figuras 3.9 & 3.10).



Figura 3.9: Entrada do IIIº *Rock in Rio* – LISBOA – 2008.

Fonte: [www.rockinrio.com.br/historia\\_acervo](http://www.rockinrio.com.br/historia_acervo) - em 16/12/12 - às 9hs10min.



Figura 3.10: Show no Iº *Rock in Rio* – MADRID – 2008.

Fonte: [www.rockinrio.com.br/historia\\_acervo](http://www.rockinrio.com.br/historia_acervo) - em 16/12/12 - às 9hs20min

A última edição do festival no Brasil ocorreu nos dias 23, 24, 25, 29, 30 de Setembro e nos dias 1 e 2 de outubro de 2011 no município do Rio de Janeiro. O hino do festival é de autoria do compositor Nelson Wellington e do maestro Eduardo Souto Neto e foi gravado originalmente pelo grupo Roupas Nova.

No ano de 2011 a organização Rock World S.A. até então proprietária única do festival arrecadou cerca de 69 milhões de reais em patrocínios (fonte das informações o site oficial do evento).

No dia 12 de maio de 2012 foi anunciada a compra de 50% do festival pelo empresário brasileiro Eike Batista por meio de sua empresa IMX Live.



A história do festival está contada no livro CARNEIRO, Luiz Felipe. *Rock in Rio – A História do Maior Festival de Música do Mundo*. Rio de Janeiro. Editora Globo. 2011. Com a figura 3.11 (ao lado), observa-se a logo marca e o *slogan* de um dos maiores festivais de música do planeta.

Figura 3.11: Logo Marca e *Slogan* do festival de Música.  
Fonte: [www.rockinrio.com.br/historia\\_acervo](http://www.rockinrio.com.br/historia_acervo) - em 16/12/12 - às 9hs34min.

### 3.1.2.1. Uma breve história do Rock in Rio

A primeira edição do *Rock in Rio* foi realizada entre 11 e 20 de janeiro de 1985, em área especialmente construída para receber o evento.

O terreno, com o tamanho de 250 mil metros quadrados, ficava próximo ao Rio Centro e ficou conhecido como "Cidade do Rock".

Contava com o maior palco do mundo já construído até então: com 5 mil metros quadrados de área, além de dois imensos *fast foods*, dois *shopping centers* com 50 lojas, dois centros de atendimento médico e uma grande infra-instrutora para atender a quase 1,5 milhão de pessoas que freqüentaram o evento.

A grande fama do evento deveu-se ao fato de que, até sua realização, as grandes estrelas da música internacional não costumavam visitar a América do Sul, pelo que o público local tinha ali a primeira oportunidade de ver de perto os ídolos do rock e do pop internacionais.

Logo depois do fim do *Rock in Rio*, a "Cidade do Rock" foi demolida por ordem do então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. A organização do festival pediu ocupação provisória do terreno, com o intuito de manter a sua posse, após o fim do evento, caracterizando invasão de propriedade pública. No entanto, o mesmo governador decretou sua demolição para efetuar a reintegração de posse do terreno, patrimônio do município do Rio de Janeiro.

Após seis anos da primeira edição e devido ao grande sucesso do evento original, o empresário Roberto Medina promoveu entre 18 e 26 de janeiro de 1991, o *Rock in Rio II*. Essa segunda edição do evento foi realizada no estádio de futebol do Maracanã, cujo gramado foi adaptado para receber o palco e os espectadores (aproximadamente 700 mil pessoas, em 9 dias de evento – de acordo com o site oficial do evento), que também puderam assistir ao evento das arquibancadas do estádio (por preços um pouco maiores do que aqueles do gramado).

No ano de 2001, praticamente 10 anos após a segunda edição, ocorreu a realização do *Rock in Rio III*, nos dias 12 a 14 e 18 a 21 de janeiro. Nesta ocasião, os organizadores decidiram construir uma nova "Cidade do Rock"<sup>4</sup>, no mesmo local onde fora a primeira, com a inédita capacidade de 250 mil espectadores por dia e "tendas" alternativas onde se realizaram concertos paralelos aos do palco principal. Havia tendas de música eletrônica ("Tenda Eletro"), música nacional ("Tenda Brasil", na qual artistas brasileiros apresentaram-se), música africana ("Tenda Raízes") e música mundial ("Tenda Mundo Melhor").

O evento recebeu a legenda de "*Por Um Mundo Melhor*", o que foi marcado com o ato simbólico de observação de três minutos de silêncio antes do início das apresentações no primeiro dia do evento. Às 19 horas daquele dia 12 de janeiro de 2001, três mil rádios e 522 TVs silenciaram pela melhoria do mundo. O início e o fim do ato foram marcados pelo toque de sinos e pela libertação de pombas brancas, representando um pedido pela paz mundial.

Como já mencionado, o *Rock in Rio* foi internacionalizado em 2004 com a primeira edição do *Rock in Rio Lisboa*, na cidade de Lisboa, em Portugal. A organização do festival foi similar à edição de 2001 no Brasil, tendo sido distribuído pelos 200 mil metros quadrados do Parque da Bela Vista, o "Palco Mundo" (palco principal), a "Tenda Raízes", "Tenda Mundo

---

<sup>4</sup> A "Cidade do Rock" construída para o *Rock in Rio III*, já foi desmontada porque o local abrigará a Vila Olímpica dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016.

Melhor" e a "Tenda Eletrônica". Participaram mais de 70 artistas ao longo dos 5 dias de festival, e o evento foi um sucesso, recebendo mais de 385 mil espectadores.

A mídia brasileira e o público foram totalmente contra a realização do festival em Portugal, porque acreditavam que era um evento brasileiro e não deveria ocorrer fora. Mas ignorados devidos a pensamentos ambiciosos por parte de Roberto Medina o festival ocorreu.

Em 2006, foi realizada a segunda edição do *Rock in Rio Lisboa*, no mesmo local e tendo algumas modificações. A terceira edição do evento em Lisboa ocorreu no mesmo parque da primeira edição, no ano de 2008. E neste mesmo ano, nos meses de junho e julho ocorreu o *Rock in Rio Madrid*.

Em 2011, aconteceu a quarta edição do festival no Brasil, após dez anos da terceira edição. Inicialmente previsto para 2014, para coincidir com o ano da Copa do Mundo FIFA de 2014, que será realizada no Brasil, seu lançamento foi adiantado em três anos, a pedido da prefeitura do município do Rio de Janeiro.

A Prefeitura construiu um novo local permanente que permitirá uma maior periodicidade do evento. Essa nova cidade do rock será um espaço multiuso e poderá abrigar outros shows e eventos.

Mais duas edições do *Rock in Rio* no Brasil já foram confirmadas: o *Rock in Rio 5* que acontecerá em 2013 e o *Rock in Rio 6* que acontecerá no ano de 2015.

Em 2012 o *Rock in Rio* voltou à Península Ibérica para mais uma edição do *Rock in Rio Lisboa* e do *Rock in Rio Madrid*. A edição 2014 do *Rock in Rio Lisboa* também já foi confirmada pela organização do festival.

E para os próximos anos vários outros países são cogitados a receber o grande festival musical. Dentre os países que possuem interesses das populações e governos locais estão: Argentina, Colômbia, Peru e México.

### 3.1.3. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – CNDUS

Essa conferência organizada pela Organização das Nações Unidas – ONU<sup>5</sup> ocorreu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 e ficou conhecida também como Rio+20, por ocorrer exatamente vinte anos após a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro (em 1992) (ver figura 3.12, com a logo marca da Conferência no Rio de Janeiro).

---

<sup>5</sup> <<http://www.onu.org.br/rio/2012>> - Último acesso em 16/12/2012 - às 10hs23min.

O objetivo deste evento foi discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.



Figura 3.12: Logo Marca da Conferência Rio+20.  
Fonte: [www.onu.org.br/rio/2012](http://www.onu.org.br/rio/2012) - em 16/12/2012 - às 10hs16min.

Considerado pela ONU e diversos líderes de Estado como o maior evento já realizado pela Nações Unidas, a Rio+20 contou com a participação de chefes de estados de 190 nações (figura 3.13) que propuseram mudanças, sobretudo, no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta. Além de questões ambientais, foram discutidos, durante a CNUDS, aspectos relacionados à questões sociais como a falta de moradia e outros.



Figura 3.13: Foto Oficial com os Chefes e representantes de Estados.  
Fonte: [www.onu.org.br/rio/2012](http://www.onu.org.br/rio/2012) - em 16/12/2012 - às 10hs23min.

O evento ocorreu em dez locais, tendo o Riocentro como principal local de debates e discussões e outras localidades cariocas figuraram no evento como o Aterro do Flamengo e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Mas, o evento ficou caracterizado também pela falta de alguns chefes de Estado, como o Presidente estadunidense Barack Obama e também pela demora nos entendimentos políticos relativos a temas como a diminuição de emissões de CO<sup>2</sup> na atmosfera e ações mais sustentáveis com menos consumos.

No entanto, perante a imprensa mundial e a avaliação de estudiosos mais otimistas, o evento conseguiu cumprir o objetivo esperado. O relatório oficial do evento, produzido pela ONU, demonstra isso.

Já, segundo os partidários do empresariamento urbano, para o Rio de Janeiro e até mesmo o Brasil foi uma ótima oportunidade de anunciar e tornar ainda mais visível a “nossa boa imagem” para todo o planeta.

#### 3.1.4. Copa das Confederações da FIFA

O site oficial da FIFA<sup>6</sup> – *Fédération Internationale de Football Association* – define a Copa das Confederações como um torneio de futebol organizado pela entidade entre seleções nacionais a cada quatro anos (somente a partir de 2005, anteriormente era a cada dois anos). Os participantes são os seis campeões continentais mais o país sede e o campeão mundial, perfazendo um total de oito países.

A primeira edição foi disputada na Arábia Saudita, em 1992, sendo chamada de *Copa Rei Fahd*. A segunda e terceira edições, também foram na Arábia Saudita, e tiveram seus status elevados em publicidades e visão midiática. Mas, foi na terceira edição que o número de países participantes foi aumentado para oito e o nome mudado para *Copa das Confederações da FIFA*.

Em 2001 o torneio foi sediado pela Coreia do Sul e Japão como uma prévia para a Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 2002.

No ano de 2003 foi à última edição da série que ocorria dois em dois anos e foi realizada na França. Em junho de 2005, quando o país sede da Copa mundial de futebol de 2006 foi a Alemanha, a mesma sediou a Copa das Confederações 2005. A partir de então, a

---

<sup>6</sup> <<http://pt.fifa.com>> - Último acesso em 16/12/2012 - às 14hs.



Copa das Confederações passou a ocorrer de quatro em quatro anos, sempre no ano anterior ao campeonato mundial de futebol e no mesmo país sede do mundial.

No ano de 2009 a sede da Copa das Confederações foi a África do Sul, anfitriã da Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2010. Isto também ocorrerá no Brasil, anfitrião tanto da Copa das Confederações de 2013 (figura 3.14) quanto da Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2014.

E assim, a FIFA entende, deverá continuar nas próximas competições, como na Rússia em 2018 e no Qatar em 2022.



Figura 3.14: Logo Marca da Copa das Confederações no Brasil – 2013.  
Fonte: pt.fifa.com - em 16/12/2012 - às 10hs47min.

O país que mais títulos têm na Copa das Confederações é o Brasil, com o total de 3 títulos (1997, 2005 e 2009). A França possui 2 títulos (2001 e 2003). E outros três países possuem apenas um título: Argentina (1992), Dinamarca (1995) e México (1999).

### 3.1.5. Jornada Mundial da Juventude – JMJ

Tomando por referência os sites das últimas edições da Jornada Mundial da Juventude – JMJ<sup>7</sup> e algumas revistas católicas, esse megaevento religioso foi criado pelo Papa João

<sup>7</sup> <<http://www.jmj2011madri.com/pt.inicio>> - Último acesso em 16/12/2012 - às 11hs25min e <<http://www.rio2013.com/pt>> - Último acesso em 16/12/2012 - às 11hs52min.

Paulo II (figura 3.15) em 1985, e tem por objetivo reunir os fiéis católicos de todo o mundo, sobretudo jovens.

O evento é celebrado a cada dois ou três anos, numa cidade escolhida para celebrar a grande jornada. Nos anos intermédios, a mesma Jornada é vivida localmente, no Domingo de Ramos, pelas dioceses ao redor do mundo. Para cada Jornada, o Papa sugere um tema.

Durante a JMJ, acontecem eventos como catequeses, adorações ao Santíssimo Sacramento, missas, momentos de oração, palestras, partilhas e shows de cantores católicos. Tudo isso em diversas línguas. Em sua última edição, em 2011 no município de Madrid – Espanha, reuniu cerca de três milhões de jovens (segundo a imprensa local).

Apesar de ser proposta pela Igreja Católica, é um convite a todos os jovens do mundo.

O Papa João Paulo II destacava, *"...a esperança de um mundo melhor está numa juventude sadia, com valores, responsável e, acima de tudo, voltada para Deus e para o próximo."*

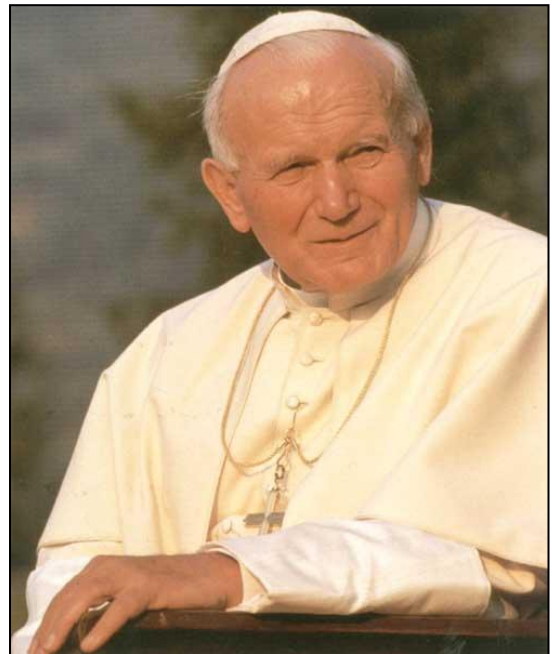


Figura 3.15: Papa João Paulo II – criador da JMJ.  
Fonte: [www.reporterdecristo.com](http://www.reporterdecristo.com) - em 16/12/2012 - às 11hs.

A Jornada Mundial da Juventude foi celebrada pela primeira vez, de maneira oficial, no Domingo de Ramos de 1986, no Vaticano. A partir de 1987 e depois, a cada dois anos, como regra geral, organiza-se a Jornada Mundial da Juventude em algum lugar determinado do mundo.

Em 1987, os jovens foram convocados a Buenos Aires, onde 1 milhão de participantes escutaram as palavras do Papa. Dois anos depois, 600 mil jovens foram em peregrinação à cidade espanhola de Santiago de Compostela. Em 1991, 1 milhão e meio de pessoas participaram da Jornada no santuário mariano da cidade polonesa de Czestochowa. Depois da queda do Muro de Berlim, essa foi à primeira ocasião em que os jovens do Leste Europeu puderam participar sem problemas do evento.

No ano de 1993, meio milhão de jovens encontraram o Papa João Paulo II na cidade estadunidense de Denver. Diante de um dos grandes pontos turísticos as Montanhas Rochosas.

O maior encontro de todos (em relação a número de participantes) ocorreu em 1995, na Jornada Mundial da Juventude em Manila nas Filipinas, 4 milhões de jovens puderam compartilhar a evocação do Papa com a relação ao próximo.

Em 1997, foram muitos jovens que responderam ao convite do Papa para a Jornada em Paris, que terminou com um evento reunindo quase um milhão de pessoas. O Jubileu do ano 2000 converteu-se também no jubileu das Jornadas Mundiais da Juventude. Cerca de 2,5 milhões de jovens (segundo a imprensa local) reuniram-se em Roma para um novo mega encontro com o Papa.

A cidade canadense de Toronto foi o lugar do encontro de 2002 onde 800 mil pessoas encontraram-se para a última Jornada com o peregrino João Paulo II. O Papa lembrou a todos que o espírito jovem é algo que não pode ser sufocado:

*"Vós sois jovens e o Papa é idoso, e ter 82 ou 83 anos não é a mesma coisa que ter 22 ou 23. Todavia, ele continua a identificar-se plenamente com as vossas esperanças e as vossas aspirações. Juventude de espírito, juventude de espírito! Embora eu tenha vivido no meio de muitas trevas, sob duros regimes totalitários, tive suficientes motivos para me convencer de maneira inabalável de que nenhuma dificuldade e nenhum temor é tão grande a ponto de poder sufocar completamente a esperança que jorra sem cessar no coração dos jovens."*

A Jornada entre os dias 16 e 21 de Agosto de 2005 ocorreu em Colônia na Alemanha, foi à primeira JMJ após a morte do Papa João Paulo II. O evento foi presidido pelo Papa Bento XVI, na primeira viagem internacional do seu pontificado, e em que mais de um milhão de jovens se ajoelharam junto com o Papa na vigília de 20 de agosto. Nem a variedade de línguas e culturas distanciou os jovens.

No ano de 2008, a partir do dia 15 de julho o encontro foi em Sydney na Austrália. Tendo como tema: "Ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós e sereis minhas testemunhas" (At 1, 8). Em 20 de julho, na missa de encerramento, o Papa convocou os jovens do mundo todo para a JMJ de 2011 em Madri na Espanha.

Em Madri o evento reuniu cerca de 1 milhão e meio de pessoas (figura 3.16). Só que o mesmo foi também alvo de diversos protestos por parte de cidadãos espanhóis e de outras nacionalidades que queriam reivindicar desejos e ações de grupos minoritários e criticar as

ações políticas e econômicas devido à crise econômica em que a Espanha passa até os dias atuais.

Ao fim, deste evento o Papa Bento XVI anunciou o município do Rio de Janeiro como à próxima sede da JMJ, no ano de 2013 (figura 3.17).



Figura 3.16: Papa Bento XVI chegando para uma missa na JMJ em Madri – 2011.  
Fonte: [www.jmj2011madri.com/pt.inicio](http://www.jmj2011madri.com/pt.inicio) - em 16/12/2012 - às 11hs25min.



Figura 3.17: Logo Marca da JMJ e data da Jornada no Rio de Janeiro.  
Fonte: [www.rio2013.com/pt](http://www.rio2013.com/pt) - em 16/12/2012 - às 11hs52min.

Em 24 de agosto de 2011 o Papa Bento XVI escolheu o tema para a Jornada Mundial da Juventude do Rio de Janeiro. O tema é um versículo do Evangelho de São Mateus: *Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações!* (Mt 28, 19).

Com dois anos de antecedência da JMJ de 2013, o Brasil recebeu a *Cruz dos Jovens* e o *Ícone de Nossa Senhora*, símbolos das jornadas, no dia 18 de setembro de 2011 em um grande evento, que recebeu o nome de Bote Fé, no município de São Paulo, iniciando a

peregrinação da cruz e da imagem de Nossa Senhora pelas dioceses brasileiras e por outros países como: Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

### 3.1.6. Copa do Mundo de Futebol da FIFA

Também de acordo com o site oficial da FIFA<sup>8</sup> – *Fédération Internationale de Football Association*, a Copa do Mundo de Futebol é um torneio de futebol masculino realizado no período de quatro em quatro anos pela entidade futebolística.

A primeira edição aconteceu em 1930, no Uruguai, com a vitória do mesmo. Nesse primeiro mundial, não havia torneio eliminatório, e os países foram convidados para o torneio. Nos anos de 1942 e 1946, a Copa do Mundo de Futebol não ocorreu devido à Segunda Guerra Mundial.

No quadro 3.6 (abaixo) estão os anos, locais e resultados de todas as Copas do Mundo de Futebol da FIFA.

Quadro 3.2: Todas as Copas do Mundo e seus resultados.

Copas do Mundo	1º	2º	3º	4º	5º
Copa do Mundo de 1930 Uruguai	Uruguai	Argentina	EUA	Iugoslávia	Chile
Copa do Mundo de 1934 Itália	Itália	Tchecos.	Alemanha	Áustria	Espanha
Copa do Mundo de 1938 França	Itália	Hungria	Brasil	Suécia	Tchecos.
Copa do Mundo de 1950 Brasil	Uruguai	Brasil	Suécia	Espanha	Iugoslávia
Copa do Mundo de 1954 Suíça	Alemanha	Hungria	Áustria	Uruguai	Suíça
Copa do Mundo de 1958 Suécia	Brasil	Suécia	França	Alemanha	Gales
Copa do Mundo de 1962 Chile	Brasil	Tchecos.	Chile	Iugoslávia	Hungria
Copa do Mundo de 1966 Inglaterra	Inglaterra	Alemanha	Portugal	URSS	Argentina
Copa do Mundo de 1970 México	Brasil	Itália	Alemanha	Uruguai	URSS
Copa do Mundo de 1974 Alemanha Oci.	Alemanha	Holanda	Polónia	Brasil	Alem. Ori.
Copa do Mundo de 1978 Argentina	Argentina	Holanda	Brasil	Itália	Polónia
Copa do Mundo de 1982 Espanha	Itália	Alemanha	Polónia	França	Brasil
Copa do Mundo de 1986 México	Argentina	Alemanha	França	Bélgica	Brasil
Copa do Mundo de 1990 Itália	Alemanha	Argentina	Itália	Inglaterra	Iugoslávia
Copa do Mundo de 1994 EUA	Brasil	Itália	Suécia	Bulgária	Roménia
Copa do Mundo de 1998 França	França	Brasil	Croácia	Holanda	Itália
Copa do Mundo 2002 Japão e Coréia S.	Brasil	Alemanha	Turquia	Coreia S.	Espanha
Copa do Mundo de 2006 Alemanha	Itália	França	Alemanha	Portugal	Argentina
Copa do Mundo de 2010 África do Sul	Espanha	Holanda	Alemanha	Uruguai	Argentina

Fonte: History of the FIFA World Cup - Tradução: Hélio Augusto Ferreira Fontes – 2008.

<sup>8</sup> <<http://pt.fifa.com>> - Último acesso em 16/12/2012 - às 14hs.

O Brasil é o país que alcançou mais títulos mundiais - cinco (1958, 1962, 1970, 1994 e 2002). É também o único país a ter participado de todos os Campeonatos. A seleção da Itália é tetracampeã (1934, 1938, 1982 e 2006); a Alemanha é tricampeã (1954, 1974 e 1990); os bicampeões são Argentina (1978 e 1986) e Uruguai (1930 e 1950) e, as seleções com um único título, são: Inglaterra (1966), França (1998) e Espanha (2010). O Brasil e a Espanha são os únicos países a ganhar fora de seus respectivos continentes. O Brasil nos anos de 1958 e 2002 & a Espanha em 2010.

A última edição da Copa do Mundo de Futebol foi sediada pela África do Sul, com a Espanha como campeã, a Holanda em segundo lugar, a Alemanha em terceiro e o Uruguai em quarto. Em 2014, o torneio será realizado no Brasil, conforme anúncio da FIFA no dia 30 de novembro de 2007. Nas figuras 3.18 e 3.19 apresentam a logo marca do campeonato e o mascote (Fuleco) do megaevento no Brasil. Desde a Copa do Mundo de 1998 a competição é realizada com 32 equipes participantes.



Figura 3.18: Logo Marca da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 – Brasil.



Figura 3.19: Mascote FULECO da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 no Brasil.

Fonte das Imagens: pt.fifa.com - em 16/12/2012 - às 12hs27min.

A primeira Copa do Mundo de Futebol oficial teve apenas treze seleções participantes, nove países da América (Uruguai, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru, México e Estados Unidos) e quatro da Europa (Bélgica, França, Iugoslávia e Romênia). Muitas seleções europeias desistiram da competição devido à longa e cansativa viagem pelo Oceano Atlântico. As duas primeiras partidas da Copa ocorreram simultaneamente, sendo vencidas pela França e Estados Unidos. A final foi entre o Uruguai e a Argentina, tendo os uruguaios vencido o jogo por 4 a 2, no Estádio Centenário (figura 3.20), em Montevidéu, com um público estimado de 93 mil espectadores.



Figura 3.20: Estádio Centenário, em Montevidéu – Uruguai, local da 1ª Final de Copa do Mundo.  
Fonte: [blogs.diariodepernambuco.com.br/esportes](http://blogs.diariodepernambuco.com.br/esportes) - em 16/12/2012 - às 13hs52min.

Com o decorrer dos anos o evento de futebol se desenvolveu muito. Nas primeiras edições a grande dificuldade da época era a viagem intercontinental, que só era feita por navios e demorava muito. Nas Copas de 1934 e 1938, realizadas na Europa, houve uma pequena participação dos países sul-americanos. Vários deles boicotaram a Copa de 1938 que, de acordo com o rodízio, deveria ser na América. Já as edições de 1942 e 1946 foram canceladas devido à Segunda Guerra Mundial.

O ano de 1950 foi marcado por ser a primeira edição do campeonato com a participação dos britânicos. Porque haviam se retirado da FIFA em 1920, por se recusarem a jogar com países que tinham guerreado recentemente e por um protesto da influência estrangeira no futebol, afinal o esporte era uma "invenção" britânica e esse país considerava que o mesmo tinha sido deturpado pelo modo de jogar estrangeiro. Contudo, eles voltariam a ser membros da FIFA em 1946. O torneio também teve a volta da participação do Uruguai, que tinha boicotado as duas edições anteriores.

Nas Copas dos anos de 1934 até 1978 havia 16 seleções classificadas a fase final (exceto quando alguma desistia). A maioria era da América Latina e da Europa, tendo uma minoria dos outros continentes. Essas seleções normalmente não passavam da primeira fase, sendo facilmente derrotadas (com exceção da Coreia do Norte, que chegou às quartas-de-final em 1966).

A fase final foi expandida para 24 seleções em 1982, e 32 em 1998, permitindo que mais seleções da África, Ásia e América do Norte pudessem participar. Nos últimos anos tem ocorrido certo destaque entre seleções como Camarões, Senegal, EUA e Coreia do Sul.

Desde a segunda edição do torneio, em 1934, até os dias atuais as eliminatórias têm sido feitas para diminuir o tamanho da fase final. Elas são disputadas nas seis zonas continentais da FIFA (África, Ásia, América do Norte e América Central e Caribe, Europa, Oceania e América do Sul) organizadas por suas respectivas confederações. Antes de cada edição do torneio a FIFA decide quantas vagas cada zona continental terá direito, levando em conta fatores como número de seleções e força de cada confederação. Já a fase final do torneio tem 32 seleções competindo por um mês no país sede do evento. A fase final é dividida em duas fases: a fase de grupos e a fase de eliminatória (a seleção que ganha passa a fase anterior e a derrotada é eliminada da competição).

Por fim, um dos grandes destaques desta competição é a taça entregue a seleção vencedora. Entre as competições de 1930 a 1970 a Taça Jules Rimet (figura 3.21) era dada aos campeões de cada edição. Essa era inicialmente conhecida como a Taça do Mundo, foi renomeada em 1946 em homenagem ao presidente da FIFA responsável pela primeira edição do torneio, em 1930. Em 1970, com a terceira vitória da seleção brasileira a mesma ganhou o direito ter a posse permanente da taça. Porém, a mesma foi roubada da sede da CBF – Confederação Brasileira de Futebol em dezembro de 1983, e nunca foi encontrada. Tem-se a hipótese que os ladrões tenham derretido.

Depois de 1970 uma nova taça, chamada Troféu da Copa do Mundo FIFA (figura 3.22), foi criada. Diferentemente da Taça Jules Rimet, ela não irá para qualquer seleção, independente do número de títulos. As seleções do Brasil, da Argentina, da Alemanha, e da Itália são as maiores ganhadoras desta taça, com dois títulos cada uma. A mesma só será substituída quando a placa fixada em sua base estiver totalmente preenchida com os nomes dos campeões de cada edição, o que ocorrerá apenas na competição de 2038.





Figura 3.21: Réplica da Taça Jules Rimet.



Figura 3.22: Troféu da Copa do Mundo FIFA.

Fonte das Imagens: pt.fifa.com - em 16/12/2012 - às 14hs.

### 3.1.7. Jogos Olímpicos

De acordo com o site do Comitê Olímpico Internacional – COI<sup>9</sup> (figura 3.23), os Jogos Olímpicos é um evento esportivo que ocorre a cada quatro anos. Atletas de todo o planeta representam os seus países nos Jogos Olímpicos. Em cada prova são distribuídas medalhas de ouro, prata e bronze para os três primeiros colocados (nos esportes coletivos é contabilizada apenas uma medalha por equipe no quadro de medalhas). Geralmente chamam-se os Jogos Olímpicos de Olimpíadas, mas originalmente a Olimpíada era o tempo decorrido entre duas edições dos Jogos Olímpicos.

---

<sup>9</sup> <<http://www.olympic.org>> - Último acesso em 22/12/2012 - às 19hs20min.



Imagem 3.23: Atual Comitê Olímpico Internacional COI – presidido por Jacques Rogge.  
Fonte: [www.olympic.org/theioc/photos](http://www.olympic.org/theioc/photos) - em 22/12/2012 - às 8hs45min.

Originalmente foram os gregos que criaram os Jogos Olímpicos. Por volta de 2500 a.C., os gregos já faziam homenagens aos deuses, principalmente ao deus Zeus, com realização de competições. Mas, foi somente em 776 a.C. que ocorreram pela primeira vez os Jogos Olímpicos, de forma organizada e com participação de atletas de várias cidades estado.

Atletas das cidades estados gregas se reuniam na cidade de Olímpia para disputarem diversas competições esportivas: atletismo, luta, boxe, corrida de cavalo e pentatlo (luta, corrida, salto em distância, arremesso de dardo e de disco). Os vencedores eram recebidos como heróis em suas cidades e ganhavam uma coroa de louros.

Além da religiosidade, os gregos buscavam através dos Jogos Olímpicos a paz e a harmonia entre as cidades que compunham a civilização grega. Mostra também a importância que os gregos davam aos esportes e a manutenção de um corpo saudável.

No ano de 392 d.C., os Jogos Olímpicos e quaisquer manifestações religiosas do politeísmo grego foram proibidos pelo imperador romano Teodósio I, após converter-se para o cristianismo.

### 3.1.7.1. Jogos Olímpicos de Verão

Em 1896, os Jogos Olímpicos voltaram a Atenas, por iniciativa do francês Pierre de Frédy (figura 3.24), conhecido como o barão de Coubertin, que tinha o sonho de reviver os Jogos Olímpicos. Ele foi pedagogo e historiador francês, tendo ficado para a história como o fundador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Pierre de Frédy ficou mais conhecido pelo seu título de barão. Em 23 de Junho de 1894 ele organizou um congresso internacional na Sorbonne em Paris para criar o COI. Dois anos depois foram realizados os Jogos Olímpicos em Atenas na Grécia, a pátria dos Jogos Olímpicos da Antiguidade.

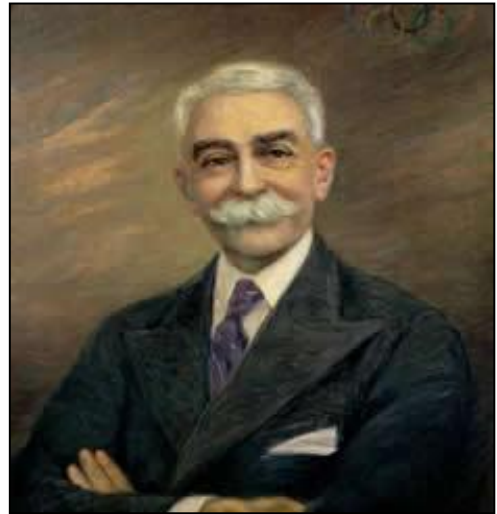


Figura 3.24: Pierre de Frédy (1863-1937) fundador dos Jogos Olímpicos na Era Moderna.  
Fonte: [www.esporte.uol.com.br/olimpiadas/historia/barao.jhtm](http://www.esporte.uol.com.br/olimpiadas/historia/barao.jhtm) - em 22/12/13 - às 9hs.

O Barão de Coubertin foi presidente honorário do COI até morrer em 1937 em Genebra na Suíça. Ele foi enterrado na sede do COI em Lausanne - Suíça, mas o seu coração foi sepultado separadamente, num monumento perto das ruínas da antiga Olímpia na Grécia.

Na primeira Olimpíada da Era Moderna, participam 285 atletas de 13 países, disputando provas de atletismo, esgrima, luta livre, ginástica, halterofilismo, ciclismo, natação e tênis. Os vencedores das provas foram premiados com medalhas de ouro e um ramo de oliveira.

Assim, deu-se a organização dos Jogos Olímpicos de Verão com o total de 30 edições – como demonstra o Quadro 3.7 (sendo que 3 delas foram canceladas devido às duas Grandes Guerras Mundiais) e não conta entre os jogos da Era Moderna uma edição especial (comemorativa) que foi realizada em 1906 em Atenas – Grécia.

Quadro 3.3: Anos e localidades dos Jogos Olímpicos de Verão.

<u>Todas as sedes dos Jogos Olímpicos de Verão</u>	
<u>Ano - Cidade - País</u>	<u>Ano - Cidade - País</u>
<u>1896</u> - Atenas - Grécia	<u>1952</u> - Helsínque - Finlândia
<u>1900</u> - Paris - França	<u>1956</u> - Melbourne - Austrália
<u>1904</u> - Saint Louis - Estados Unidos	<u>1960</u> - Roma - Itália
<u>1906</u> - Atenas - Grécia*	<u>1964</u> - Tóquio - Japão
<u>1908</u> - Londres - Reino Unido	<u>1968</u> - Cidade do México - México
<u>1912</u> - Estocolmo - Suécia	<u>1972</u> - Munique - Alemanha Ocidental
<u>1916</u> - Não realizada	<u>1976</u> - Montreal - Canadá
<u>1920</u> - Antuérpia - Bélgica	<u>1980</u> - Moscou - União Soviética
<u>1924</u> - Paris - França	<u>1984</u> - Los Angeles - Estados Unidos
<u>1928</u> - Amsterdã - Holanda	<u>1988</u> - Seul - Coreia do Sul
<u>1932</u> - Los Angeles - Estados Unidos	<u>1992</u> - Barcelona - Espanha
<u>1936</u> - Berlim - Alemanha	<u>1996</u> - Atlanta - Estados Unidos
<u>1940</u> - Não realizada	<u>2000</u> - Sydney - Austrália
<u>1944</u> - Não realizada	<u>2004</u> - Atenas - Grécia
<u>1948</u> - Londres - Reino Unido	<u>2008</u> - Pequim - China
	<u>2012</u> - Londres - Reino Unido
	<u>2016</u> - Rio de Janeiro - Brasil**

\* Edição Comemorativa.  
\*\* Jogos que acontecerão em 2016.

Fonte dos dados: [www.olympic.org/olympicgames/history](http://www.olympic.org/olympicgames/history) - em 22/12/2012 - às 11hs.

Produção do Quadro: Flavio de Araújo (autor), 2012.

### 3.1.7.2. O significado da bandeira Olímpica

O Barão de Coubertin idealizou a bandeira olímpica em 1913 e a apresentou no congresso olímpico de 1914 em Alexandria (Grécia). A bandeira olímpica estreou nos Jogos Olímpicos da Antuérpia - Bélgica em 1920. A mesma bandeira foi usada até 1984 nos Jogos Olímpicos de Los Angeles - EUA. Nas olimpíadas de Seul foi confeccionada uma nova bandeira. A bandeira deve ficar guardada no corredor da cidade anfitriã até os próximos Jogos Olímpicos.

A bandeira branca com os cinco anéis entrelaçados representa os continentes (azul a Europa; amarelo a Ásia; preto a África; verde a Oceania e vermelho a América) e as cinco cores que podem compor todas as bandeiras do planeta (figura 3.25).

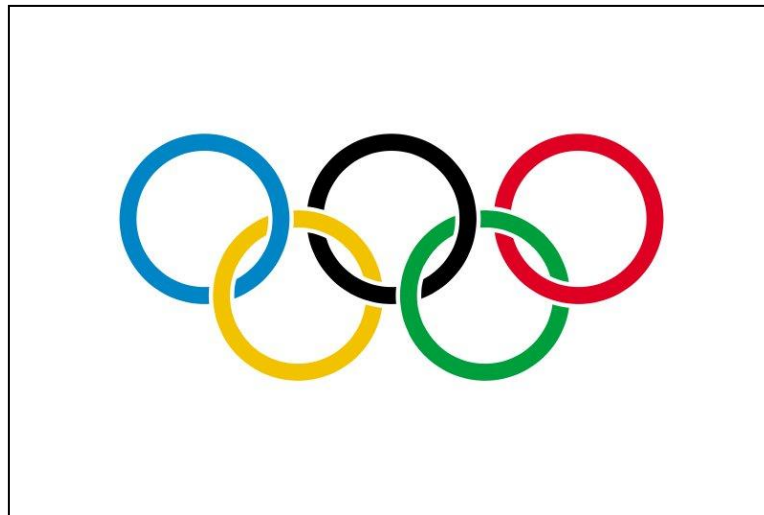


Figura 3.25: Bandeira Olímpica.

Fonte: [www.olympic.org/olympicgames/history](http://www.olympic.org/olympicgames/history) - em 22/12/2012 - às 13hs.

O lema olímpico "Citius, Altius, Fortius" ("Mais rápido, mais alto, mais forte" em latim) foi criado pelo monge francês Didon, amigo do Barão de Coubertin, em 1890.

### 3.1.7.3. Jogos Olímpicos de Inverno

São os Jogos Olímpicos que reúnem as provas esportivas executadas no gelo ou na neve. A primeira edição foi realizada em 1924 em Chamonix - França. Os jogos de 1940 de Sapporo no Japão e 1944 de Cortina d'Ampezzo na Itália foram cancelados devido à Segunda Guerra Mundial. Até 1992 os Jogos Olímpicos de Inverno eram realizados no mesmo ano que os Jogos de Verão. Em 1994, a tradição de realizar os jogos de quatro em quatro anos foi quebrada para que, a partir de então, os Jogos de Inverno fossem realizados em anos diferentes dos Jogos de Verão.

Os Jogos de Inverno foram realizados em dez países: Estados Unidos, França, Noruega, Áustria, Japão, Itália, Suíça, Alemanha, Iugoslávia e Canadá como pode ser observado no Quadro 3.8.

Quadro 3.4: Anos e localidades dos Jogos Olímpicos de Inverno.

<u>Todas as sedes dos Jogos Olímpicos de Inverno</u>	
<u>Ano - Cidade - País</u>	<u>Ano - Cidade - País</u>
<u>1924</u> - Chamonix - França	<u>1972</u> - Sapporo - Japão
<u>1928</u> - St. Moritz - Suíça	<u>1976</u> - Innsbruck - Áustria
<u>1932</u> - Lake Placid - Estados Unidos	<u>1980</u> - Lake Placid - Estados Unidos
<u>1936</u> - Garmisch-Partenkirchen - Alemanha	<u>1984</u> - Sarajevo - Iugoslávia
<u>1940</u> - Não realizados	<u>1988</u> - Calgary - Canadá
<u>1944</u> - Não realizados	<u>1992</u> - Albertville - França
<u>1948</u> - St. Moritz - Suíça	<u>1994</u> - Lillehammer - Noruega
<u>1952</u> - Oslo - Noruega	<u>1998</u> - Nagano - Japão
<u>1956</u> - Cortina d'Ampezzo - Itália	<u>2002</u> - Salt Lake City - Estados Unidos
<u>1960</u> - Squaw Valley - Estados Unidos	<u>2006</u> - Turim - Itália
<u>1964</u> - Innsbruck - Áustria	<u>2010</u> - Vancouver - Canadá
<u>1968</u> - Grenoble - França	<u>2014</u> - Sóchi - Rússia*
	<u>2018</u> - Pyeongchang - Coreia do Sul**

\* Jogos que acontecerão em 2014.  
\*\* Jogos que acontecerão em 2018.

Fonte dos dados: [www.olympic.org/olympicgames/history](http://www.olympic.org/olympicgames/history) - em 22/12/2012 - às 15hs.  
Produção do Quadro: Flavio de Araújo (autor). 2012.

#### 3.1.7.4. Quando um esporte é considerado modalidade olímpica?

Para ser considerado olímpico o esporte tem de ser praticado por homens em pelo menos 50 países e em três continentes, e por mulheres em pelo menos 35 países e em três continentes. Nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 foram consideradas 29 modalidades olímpicas: Atletismo, Badminton, Beisebol, Basquetebol, Boxe, Canoagem, Ciclismo, Equitação, Esgrima, Futebol, Ginástica, Halterofilismo, Handebol, Hóquei em campo, Judô, Lutas Amadoras, Natação, Pentatlo Moderno, Polo aquático, Remo, Softbol, Tiro, Tiro com Arco, Taekwondo, Tênis, Tênis de Mesa, Triatlo, Vela e Vôlei. Existem subdivisões dos esportes olímpicos e competições separadas para homens e mulheres e competições mistas.

#### 3.1.7.5. Jogos Paraolímpicos

Os primeiros Jogos Paraolímpicos (Paraolimpíada) foram realizados em 1960 em Roma. Da mesma forma que o Parapan é a versão dos Jogos Pan-Americanos para atletas portadores de necessidades físicas, visuais ou mentais, os Jogos Paraolímpicos é a versão dos Jogos Pan Americanos para atletas com essas necessidades especiais (figura 3.26).



Figura 3.26: Nadador Paraolímpico brasileiro nas Paraolimpíadas de Londres – 2012.  
 Fonte: Portal Notícias BR de 10/09/2012 – pesquisado em 22/12/2012 – às 18hs.

O neurologista Sir Ludwig Poppa Guttmann (figura 3.27) é considerado o pai dos Jogos Paraolímpicos. Guttmann nasceu na cidade de Toszek na Alemanha (atualmente pertence à Polônia). Fugindo da perseguição aos judeus fugiu para a Inglaterra em 1944. Quatro anos depois começou a realizar competições com veteranos da II Guerra Mundial com



lesões na medula. O sucesso da competição fez levar a realização de uma competição mundial nos mesmos moldes das Olimpíadas. Em 1960 foi realizada a primeira versão dos Jogos Paraolímpicos de Verão em Roma e em 1976 dos Jogos Paraolímpicos de Inverno em Örnsköldsvik - Suécia.

Figura 3.27: Sir Ludwing Poppa Guttmann “pai” dos Jogos Paraolímpicos.

Fonte: [www.esporte.uol.com.br/paraolimpiadas/historia/guttmann.jhtm](http://www.esporte.uol.com.br/paraolimpiadas/historia/guttmann.jhtm) - em 22/12/13 - às 18hs23min.

### 3. 2. OS MEGAEVENTOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Desde a segunda metade da década do ano 2000, e já como produto do empresariamento urbano, o município do Rio de Janeiro foi inserido de vez como cidade-sede dos megaeventos mundiais, com a realização dos Jogos Pan Americano e Parapan Americano em 2007. A partir deste, outros tantos megaeventos foram direcionados para a “cidade maravilhosa”, com as obras, investimentos e artifícios comerciais que os acompanham.

Entre os principais megaeventos que já aconteceram destaca-se: **5º Jogos Mundiais Militares** (foram de 16 a 24 de Julho de 2011) e **Rock in Rio** (na sua 10ª Edição Mundial e 4ª Edição no Rio – nos meses de Setembro e Outubro de 2011), e entre os que ainda acontecerão: **Copa das Confederações da FIFA** (entre 15 e 30 de Junho de 2013), **28ª Jornada Mundial da Juventude** (entre 23 e 28 de Julho de 2013), **5ª Edição local do Rock in Rio** (em Setembro de 2013), **Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014** (entre 12 de Junho e 13 de Julho) e os **XXXI Jogos Olímpicos de Verão** (figuras 3.28 & 3.29): as Olimpíadas (entre 5 e 21 de Agosto de 2016) & as Paraolimpíadas (entre 7 e 18 de Setembro de 2016).



Figura 3.28: Logo Marca dos Jogos Olímpicos 2016 no Rio de Janeiro – Brasil.



Figura 3.29: Logo Marca dos Jogos Paraolímpicos 2016 no Rio de Janeiro – Brasil.

Fonte das Imagens: [www.olympic.org/symbols](http://www.olympic.org/symbols) - em 22/12/2012 - às 19hs20min.



O município do Rio de Janeiro e o Brasil obtêm um grande destaque no cenário mundial em relação a ser sede de megaeventos (figuras 3.30, 3.31 & 3.32). Pode-se dizer que o Rio de Janeiro se torna objeto de uma estratégia de empresariamento urbano que transcende a cidade, uma vez que coalizões de forças se formam no país para tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego, no sentido de tornar não apenas uma, mais várias de suas cidades, ou mesmo o território nacional em seu todo, mais atrativos para o desenvolvimento capitalista, com os diversos níveis de governo desempenham um papel de agilizadores dos interesses estratégicos do desenvolvimento capitalista.



Figura 3.30: Políticos brasileiros e o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) quando o município do Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão em 2016. Fonte: Jornal O Globo (n.d.).



Figura 3.31: Chegada da Bandeira Olímpica no Rio de Janeiro após as Olimpíadas de Londres. Fonte: Marcus Paulo – Agência O Estado.



Figura 3.32: Bandeira Olímpica em Brasília com políticos, atletas e o Presidente do COB. Fonte: Wilson Dias – Agência Brasil.

Mas cabe lembrar, finalizando o capítulo, que:

os megaeventos são fatos sociais que, dependendo do grau de importância que corresponderá para a sociedade, entrará para a história da cidade onde foi sediada. Podendo ter aspecto positivo ou negativo. Caso esse megaevento traga desenvolvimento, for efetivamente útil à população, trazer benefícios econômicos locais e não causar danos urbanos terá visibilidade positiva. Porém, nem sempre os megaeventos são corretamente perfeitos e deixam marcas desagradáveis para a população quando, por exemplo, é utilizado o dinheiro público em função do espetáculo midiático, deixando de lado o bem estar da população, que contará com um déficit do dinheiro gasto para a organização do megaevento. Nas duas situações, é importante que a área de relações públicas esteja atenta, não só para poder fincar seus marcos teóricos nessa prática, mas, sobretudo, para contribuir com efetivas estratégias de responsabilidade social de governos e empresas. (FREITAS, NUNES, FERNANDES, et. al, 2010).

## CAPÍTULO 4: O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, UM CASO DO EMPRESARIAMENTO URBANO.

### 4. 1. O PLANO ESTRATÉGICO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

O município do Rio de Janeiro constitui um dos grandes exemplos de aplicabilidade do empresariamento urbano no Brasil. A aplicação desse modelo deve ser entendida a partir do contexto político-administrativo no qual a cidade encontrava-se inserida no início da década de 1990.

O contexto político-institucional no qual emerge, na cidade do Rio de Janeiro, um modelo de gestão urbana empresarial bastante semelhante àquele observado em cidades norte-americanas e européias é marcado, por um lado, pela vigência ainda recente de uma nova ordem constitucional, concebida por um ideário reformista, no bojo do processo de redemocratização do país e, por outro lado, pela ascensão do neoliberalismo (COMPANS, 2005, p. 179).

Toda a descentralização administrativa do Estado brasileiro, após esse período histórico, aumentou as responsabilidades municipais. Como afirma COMPANS (2005, p. 180): “Dando-lhes maior autonomia política, fiscal e financeira<sup>10</sup>.” Assim, os prefeitos dos municípios brasileiros vêm-se diante da obrigação de assumir um papel de maior importância dentro do cenário político do país. Buscando relações políticas, econômicas e institucionais mais sólidas e com uma colaboração política mais próxima da realidade.

Nos anos que seguem a promulgação da Constituição, o país passava por um momento em que a preocupação com a estabilidade econômica era maior do que a preocupação com o crescimento econômico.

Esse fato trouxe muitas dificuldades para os governos municipais. COMPANS (2005, p. 182) enumera algumas delas: *(a) a política de ajuste fiscal do governo federal, que reduziu substancialmente o financiamento público; (b) o debilitamento financeiro dos estados, em face a dívida pública interna; (c) a ausência dos governos metropolitanos; (d) os*

---

<sup>10</sup> A Constituição Federal (que foi promulgada em 05 de Outubro de 1988) concedeu os direitos ao município de auto-organização (produção e governabilidade através de leis orgânicas e próprias), autogoverno (eleições diretas aos cargos do executivo e legislativo municipal), e à auto-administração (promover e instituir tributos, aplicação de rendas, legislar sobre os interesses locais, prestações de serviços e ordenamento territorial) – baseado nos artigos 29 e 30 da Constituição Federal de 1988 apud COMPANS (2005).

*constrangimentos legais à formação de consórcios intermunicipais para a gestão dos serviços públicos; (e) a falta de capacidade técnica dos executivos municipais para efetuar convênios, captar recursos externos, etc.*

Tais dificuldades levam os gestores urbanos a trabalhar de uma forma mais empresarial no sentido de aumentar investimentos e arrecadações. Pois, é a partir dos recursos financeiros arrecadados que se pode planejar obras, intervenções, estruturações e reestruturações urbanísticas.

Observando como os gestores lidaram com as dificuldades, percebe-se uma ênfase no sentido do enfrentamento da redução substancial do financiamento público, promovido pela política de ajuste fiscal do governo federal. Uma vez que o município recebe menos recursos do governo central e suas responsabilidades aumentam, é muito necessário procurar novas fontes para a recuperação do “capital perdido”.

Porém, os constrangimentos legais à formação de consórcios intermunicipais para a gestão dos serviços públicos e a falta de capacidade técnica dos executivos municipais para efetuar convênios, captar recursos externos, limitam esse enfrentamento.

Esse cenário acaba por atrapalhar todo o desempenho e as ações políticas dos municípios e principalmente da Cidade Metrópole.

#### 4. 2. ORGANIZANDO O “ESPAÇO MUNICIPAL” PARA PRODUZIR OS PLANOS ESTRATÉGICOS

No Rio de Janeiro, para enfrentar esse cenário político-histórico-econômico exposto é eleito o ex-prefeito Cesar Maia (1º Mandato 1993 até 1996, 2º Mandato 2001 até 2004 e 3º Mandato 2005 até 2008). O administrador político sempre possuiu um grande interesse em promover a cidade e de coloca-lá no seletor grupo de cidades mundiais que recebem grandes investimentos nacionais e internacionais, polo de turismo, polo cultural e ambiente favorável a receber Megaeventos mundiais.

A elaboração do Plano Estratégico I – “Rio sempre Rio” pode ser considerada como o primeiro “fruto” da implantação do empresariamento urbano. Pois, o desejo em promover o município do Rio de Janeiro aos moldes das cidades europeias e estadunidenses já estava em seus discursos pré e pós-eleitorais.

Tal como o governo britânico se sentiu atraído pelo modelo de gestão urbana empresarial norte-americana, a cuja adoção fora atribuída a revitalização de cidades da Costa Leste dos Estados Unidos, o governo César Maia se sentiu

atraído pela experiência aparentemente bem-sucedida da reestruturação urbana e econômica da cidade de Barcelona, alavancada a partir da realização dos Jogos Olímpicos, no ano de 1992 (COMPANS, 2005, p. 184).

No intuito de conhecer detalhadamente essa experiência e analisar a viabilidade de sua reprodução no município, a Prefeitura organizaria um grande seminário logo nos primeiros meses da nova administração intitulado “Rio – Barcelona: estratégias urbanas” (Ibidem).

#### 4. 2. 1. Plano Estratégico I – “Rio sempre Rio”

Segundo COMPANS (2005), o convênio para a elaboração do Plano Estratégico I foi firmado em novembro de 1993, entre a Prefeitura da cidade, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). O Plano seria financiado por 51 empresas e associações empresariais, e contaria com a consultoria da empresa catalã Tubsá – Tecnologias Urbanas Barcelona S.A. – presidida por Jordi Borja.

Com base em FORN apud COMPANS (2005), entende-se que a metodologia utilizada no plano estratégico de Barcelona era diferente em alguns pontos da metodologia do plano utilizado em cidades dos Estados Unidos. Pois, o plano estadunidense previa uma participação mais ativa do governo na elaboração, definição e compromisso com os financiamentos e no plano catalão observa-se uma estrutura com maior quantidade de atores (órgão governamentais, instituições, comissões técnicas e dirigentes de empresas privadas) para a definição das organizações e concretudes do mesmo.

De acordo com os consultores catalães, o produto desse método de planejamento é um “projeto de cidade” que consiste fundamentalmente em uma agenda de ações e de intervenções físicas capaz de orientar coerentemente a atuação governamental, de facilitar a captação de investimentos e o engajamento do setor empresarial na execução de ações específicas mediante a formação de parcerias público-privadas, e de construir um consenso político em torno dessa agenda (COMPANS, 2005, p. 192).

É importante destacar que BORJA e CASTELLS (1997, p.244) explicam que o plano estratégico não deve assumir a postura de programa de governo dos políticos, “o planejamento estratégico torna-se um processo legitimador dos grandes projetos urbanos”. Afinal, através do planejamento observa-se um maior sucesso em relação às práticas das políticas de reforma, estruturação ou produção do espaço urbano.

No quadro 4.9 (vide próxima página), observa-se a semelhança das estratégias entre os Plano de Barcelona para 2000 e o Plano do Rio de Janeiro.

Quadro 4.5: Comparação entre os 1º Plano Estratégico do Rio de Janeiro e o Plano Estratégico de Barcelona

<u>Plano Estratégico do Rio</u> <u>Linhas Estratégicas</u>	<u>Objetivos</u>	<u>Plano Barcelona 2000</u> <u>Estratégias/Objetivos</u>
<b>O carioca do século XXI</b> Oferecer às pessoas oportunidade e facilidades para acesso ao emprego e aos bens sociais e culturais em seu sentido mais amplo.	Incorporação e inserção do carioca no mercado de trabalho formal/qualificação do sistema educativo/melhoria do acesso e dos serviços de saúde/incorporação da diversidade pessoal na vida cotidiana.	Melhoria da qualidade de vida e o progresso das pessoas/potencializar a formação e a investigação como meio para o progresso/aumentar as oportunidades sociais.
<b>Rio Acolher</b> Melhorar a relação da cidade com seu entorno...	Melhorar o relacionamento cidadão-meioambiente/qualificar e fortalecer a vida dos bairros e melhorar a qualidade dos espaços públicos.	Melhoria do meio ambiente.
<b>Rio Participativo</b> Incremento da participação coletiva.	Administração descentralizada e participativa/desenvolvimento da cidadania/segurança para o cidadão.	—
<b>Rio Integrado</b> Melhorar a vertebração da cidade e o equilíbrio territorial.	Novas centralidades e a revitalização do Centro/ normalização urbana/mobilidade interna.	Vertebração do entorno metropolitano/equilibrar o território metropolitano.
<b>Portas do Rio</b> Tornar a cidade centro articulador da região metropolitana e eixo vertebrador da Região Sudeste.	Acessibilidade/ mercadorias/ Telecomunicações.	Inserir Barcelona na rede de eurocidades e aglomerações metropolitanas em todo o mundo/ melhorar a acessibilidade externa/ criar infraestrutura de informação e telecomunicação.
<b>Rio Competitivo</b> Recuperar a competitividade do Rio no contexto da economia globalizada.	Melhoria das infraestruturas e serviços/ melhoria e desenvolvimento do tecido produtivo.	Potencialização industrial e serviços avançados às empresas/ criação de infraestruturas de suporte/facilitar acesso a novas tecnologias/ promoção de setores.
<b>Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional</b> Tornar a cidade um pólo de atratividade cultural, esportiva e de eventos.	Centro do Rio como mercado cultural/ cidade esportiva/marketing da cidade/ turismo e eventos.	Prioridade das infraestruturas culturais/ consolidar projeção internacional/ promover Barcelona como mercado de arte e vanguarda cultural.

*Fonte: COMPANS, Rose. Empreendedorismo Urbano. 2004 / Arte e Organização: ARAÚJO, Flavio de (Autor). 2010.*

Embora a mensagem dos promotores que apresentam o Plano anuncie ter havido uma participação institucional e cidadã “sem precedentes”, permitindo-lhe abranger os anseios de toda a sociedade – de tal sorte a se configurar não como um plano de governo, “mas de toda uma cidade” – o modo peculiar e seletivo como ocorreu essa participação sugere reservas na aceitação dessa assertiva (CAMPOS, 2005, p. 193). Nesse caso, o plano parece servir efetivamente às necessidades ideológicas e econômicas das classes dominantes, como sempre ocorreu (VILLAÇA, 1998).

O município do Rio de Janeiro vem oficialmente desenvolvendo seu Plano Estratégico e promovendo uma gigantesca operação imobiliária para as áreas mais nobres do Rio de

Janeiro, alijando de seu processo qualquer participação efetiva de atores outros que o capital privado, as elites dominantes diretamente interessadas nessa iniciativa e o Estado enquanto parceiro desses interesses.

A utilização de recursos públicos preconizada para alavancar operações urbanas estratégicas de grande porte que tenham por destino promover a cidade-global se choca com a absoluta carência de investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos urbanos na cidade informal, para ficarem apenas no âmbito urbanístico.

Enquanto o país sofre uma carência habitacional de mais de cinco milhões de unidades, enquanto imensas parcelas da cidade não se beneficiam de saneamento básico, pavimentação, transporte e outros serviços, milhões são investidos na promoção de verdadeiras "ilhas de Primeiro Mundo", as chamadas "novas centralidades" sob a justificativa de que elas serão elementos de "dinamização" da economia como um todo e de requalificação do espaço urbano (FERREIRA, 2000, p. 14).

#### 4. 2. 2. Plano Estratégico II – “As Cidades das Cidades”

De acordo com RIBEIRO (2009, p. 191), o segundo Plano Estratégico do município do Rio de Janeiro iniciou no 2º Mandato do prefeito Cesar Maia (2001-2004) e tinha por principal objetivo desdobrar o primeiro Plano Estratégico, enfatizando o desenvolvimento de cada região da cidade.

Pautado na idéia do desenvolvimento endógeno, dirigindo o seu foco para 12 regiões da cidade, “que correspondem, respectivamente, à base territorial das subprefeituras da cidade (Bangu, Barra da Tijuca, Campo Grande, Centro, Grande Méier, Ilha do Governador, Irajá, Jacarepaguá, Leopoldina, Tijuca/Vila Isabel, Zona Norte e Zona Sul)” (CARDOSO apud RIBEIRO, Viviane. 2009).

É importante ressaltar que o Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’ encontra-se alinhado à definição metodológica de Desenvolvimento Econômico Local – DEL, que os planos estratégicos devem promover, tendo por base metas propostas pelo BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

O governo municipal, que no passado atuou principalmente no planejamento e desenvolvimento urbano, agora está sendo pressionado a começar a desempenhar um papel importante na promoção do crescimento econômico da cidade e no projeto de redes de segurança para os menos favorecidos da cidade.

[...] Os objetivos do estudo são ajudar o governo municipal a conceber políticas e programas para: - restaurar o crescimento econômico em base ampla e sustentá-lo acima da média nacional, ao mesmo tempo reduzindo sua volatilidade; - combater a pobreza através de melhor direcionamento, de tal modo que, enquanto os índices agregados de pobreza sejam reduzidos por meio de um crescimento mais rápido, aqueles que permanecem na pobreza recebam assistência apropriada; - manter a disciplina fiscal, estabelecendo fronteiras apropriadas para a prefeitura, que ajudem a melhorar a qualidade dos serviços municipais ao mesmo tempo em que mantenham a proporção de dívida e receita corrente abaixo de um (BANCO MUNDIAL & CARDOSO apud RIBEIRO, Viviane, 2009).

Segundo ARAÚJO apud RIBEIRO (2009), o Plano Estratégico II - ‘As Cidades da Cidade’ apresentou como aspectos inovadores:

O ‘orçamento participativo’, a intensa e efetiva participação de todas as Instituições de Ciência e Tecnologia localizadas em cada região, prévios estudos de viabilidade e de custos para os projetos, além das montagens de um sistema de monitoramento e impulsão da implementação dos projetos e de um sistema de avaliação de impacto dos projetos executados e do próprio Plano. Quanto à sua estrutura organizacional, foi incorporada uma Comissão Executiva, composta de técnicos da prefeitura, trabalhando em parceria com o Consórcio do Plano.

Cabe ressaltar, no entanto, que a finalidade do governo municipal, quando da elaboração do I Plano Estratégico, de preparar a cidade para inseri-la, de forma competitiva, nos espaços econômicos globais continuou orientando a elaboração e implementação do II Plano Estratégico. Promover e estabelecer metas de desenvolvimento e relacionar isso aos apelos e desejos sociais é produzir um ambiente favorável ao desenvolvimento moldado e produzido pelos capitais governamentais e privados.

A produção dos espaços urbanos neste período do governo César Maia demonstrava o entusiasmo e disposição de cumprimento das metas propostas pelos dois planos estratégicos para o município.

Expor as vantagens e belezas que todo o município possui era uma forma de mostrar o dinamismo e o caráter empreendedor, independente de localização, para a constituição de um cenário preparado a receber ainda mais a visibilidade turística e dos grandes empresários nacionais e internacionais. Estabelecendo, em qualquer local do município, o “espírito desenvolvimentista” juntamente com as belezas naturais e a infraestrutura necessária (tendo por base RIBEIRO, 2009).

Os projetos e os objetivos de desenvolvimento tomavam um patamar ainda mais deslumbrador aos que enxergavam através das molduras urbanas cariocas novas fronteiras



para as complexas relações de investimento e ganhos através de tributos e lucros deixados pelas visitas.

Verifica-se mais do que nunca o espírito do empreendedorismo urbano através dos acordos e idéias dos planos para alavancar a economia carioca e expor os atrativos naturais e construídos do município para receber pessoas, eventos e negócios.

De acordo com Ribeiro (2009) é possível fazer as uma comparação entre os dois Planos Estratégicos do município do Rio de Janeiro (vide Quadro 4.10).

Quadro 4.6: Comparação entre os Planos Estratégicos do Rio de Janeiro

PLANO ESTRATÉGICO I x PLANO ESTRATÉGICO II		
	PLANO ESTRATÉGICO I	PLANO ESTRATÉGICO II
<b>Papel atribuído à administração municipal</b>	<b>Papel de Promotor</b> , juntamente com os agentes privados, com base em parcerias público-privadas e com vistas à obtenção de melhores condições de competitividade da cidade e de qualidade de vida dos seus habitantes, além do <b>Papel de Estimulador</b> dos projetos identificados como necessários aos objetivos por ele expressos.	<b>Papel de Promotor</b> do crescimento econômico da cidade e do projeto de redes de segurança. Os trabalhos de elaboração do plano couberam especificamente ao Poder Executivo, através de uma Equipe Técnica Central formada por técnicos da prefeitura, com coordenadores dos planos regionais que são membros da equipe técnica central, com os subprefeitos indicados pelo prefeito e doze comissões regionais compostas pela sociedade civil.
<b>O Plano</b>	Configura-se como um <b>Plano Parcial</b> para a cidade, que não é mais vista como um todo, mas como um conjunto de projetos urbanos pontuais, elaborados com o objetivo de <b>eleva o município ao patamar de 'cidade global'</b> . Por não ser lei, o plano estratégico <b>não implica em sanções</b> quando não cumprido. Sofreu influência direta de consultores internacionais.	Configura-se como um <b>Plano Geral</b> para a cidade, assim como o Plano Diretor Decenal, apesar dos diferentes objetivos, que considera escalas diferenciadas, porém interligadas e que os fatores decisivos para o <b>desenvolvimento das regiões</b> são determinados dentro dela e, não, externamente. Não se constitui como lei. Sofreu influência direta do BIRD.
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A 'venda' da cidade como objeto de consumo no 'mercado de cidades';</li> <li>- A promoção da cidade segundo determinadas estratégias, de modo a otimizar seu valor de mercado;</li> <li>- O aumento da atratividade de investimentos e a melhoria da imagem da cidade;</li> <li>- <b>A melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade.</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A busca por competitividade econômica, não só no 'mercado mundial de cidades', mas também no contexto intra-urbano;</li> <li>- A atração de empresas e de investimentos a partir da eficiência da administração municipal, que investe na concepção estratégica de que os projetos voltados à urbanização de espaços públicos detêm alto valor simbólico para a imagem da cidade;</li> <li>- <b>A melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade.</b></li> </ul>
<b>Modelo de urbanismo que veicula</b>	Sob a égide da exequibilidade, veicula um 'urbanismo de resultados', que "se caracteriza por definir performances sem prejudicar modalidades de realização, privilegia o fim sobre os meios e as funções de comunicação, mediação e negociação, só admitindo compromissos que estejam em conformidade com a execução imediata de projetos pontuais, mas que possam produzir sinergias em médio prazo" (COMPANS, 1996, p. 222).	Mantém a prática do ' <b>urbanismo de resultados</b> ', apesar de dividir a cidade em 12 regiões, nas quais o alcance de seu desenvolvimento foi configurado independente de aspectos estruturais da cidade, de sua articulação com o restante do território e do enfrentamento de seus problemas. Dessa forma, o Município passou a comportar 12 Planos Regionais, que contêm além de seus objetivos gerais, estratégias e interesses específicos.
<b>Concepção de cidadão</b>	A população urbana é concebida em suas diferenças e estas levadas em conta nos programas e projetos urbanos. Considerando a lógica que estrutura o plano e a ausência de parte significativa dos habitantes em sua elaboração, quanto em sua implementação, deduz-se que o mesmo dirige-se para uma parte da cidade e para alguns cidadãos.	Os habitantes da cidade e de outras localidades são tratados como cidadãos-consumidores, capazes de consumir espaços produzidos para a representação, a 'venda' e o consumo da mercadoria estratégica e política da cidade-espetáculo, moldada às necessidades da acumulação dos investidores e aos anseios dos cidadãos-consumidores.

Produção da Tabela: Viviane de Moraes Freitas Ribeiro.

Fonte: Tese de Doutorado de RIBEIRO, Viviane. 2009. IPPUR/UFRJ.

### 4. 3. OS GOVERNOS DO EMPRESARIAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

#### 4.3.1. .Primeiro Mandato do Prefeito Cesar Maia (1993 – 1996)

O prefeito Cesar Maia (figura 4.33) governou o município do Rio de Janeiro por três mandatos. Sendo um político de idéias neoliberais e com um discurso de inovação, assumiu as funções do executivo municipal com o desejo de empreender e desenvolver o município.



Figura 4.33: Prefeito Cesar Maia (1993-1996 & 2001-2008).  
Fonte: Fotografia Fernando Lemos.

O primeiro governo iniciou-se a partir das eleições vitoriosas do ano 1992. E o novo prefeito, “no contexto da gestação de um novo modelo nacional de desenvolvimento econômico, sob a égide da política neoliberal, com a qual ele manifestava concordância, tanto com os paradigmas, quanto com as linhas centrais da política” (BAHIA apud RIBEIRO 2009, p. 156), teve ao seu lado, para cumprir seus desejos governamentais, a figura do arquiteto e urbanista Luiz Paulo Conde.

Luiz Paulo Conde, Secretário Municipal de Urbanismo, reintroduziu o conceito de projeto urbano no planejamento da cidade e enfatizou o discurso da ordem urbana e da gestão financeira, eficiente e competitiva como a de uma empresa, articulado a um ‘sistema de ações’ de impacto sobre a cidade. Seu objetivo era tentar reverter o quadro de ‘crise urbana’, com base na formulação de uma política de intervenção na cidade orientada pelo que Cesar Maia e Luiz Paulo Conde denominaram de ‘urbanismo heterogêneo’, embasado em alguns princípios da Carta do Novo Urbanismo, caracterizado como uma crítica ao urbanismo moderno e ao planejamento global e considerado potencialmente capaz de induzir um processo de amplas transformações na cidade através de intervenções localizadas (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO; IPLANRIO & BAHIA apud RIBEIRO, Viviane. 2009, p. 156).

Tendo por base os levantamentos de RIBEIRO (2009) é importante enfatizar que o diagnóstico sobre o município feito na época da primeira posse do prefeito César Maia, por

seu Secretário Municipal de Urbanismo, Luiz Paulo Conde, e equipe, é que o mesmo vivia uma situação de “crise urbana”. Crise evidenciada pela desordem urbana e caracterizada pela ausência de mecanismos de controle, de planejamento e de uso do solo urbano; pela dicotomia entre a “cidade formal/ legal” x a “cidade informal/ ilegal” e pelo aumento da violência e da insegurança. Quadro este agravado: pela degradação ambiental, consequência da ocupação desordenada de partes do município; pela degradação físico-urbanística das ruas e dos passeios públicos, em sua maioria com iluminação precária, da sinalização ineficiente e do mobiliário urbano deteriorado e, ainda; pelo esvaziamento socioeconômico de algumas áreas. Fatos que justificaram os sistemas de ações programados pelo governo municipal e os vultosos recursos públicos investidos na materialização dos sistemas de objetos do Programa Favela-Bairro e do Programa Rio-Cidade.

#### 4.3.2. Prefeito Luiz Paulo Conde

O prefeito Luiz Paulo Conde (1997 – 2000, na figura 4.34), apesar de manter a maior parte do secretariado da administração anterior e de institucionalizar a terceirização de projetos urbanísticos através do Programa Favela-Bairro e do Programa Rio-Cidade, abriu espaço para a participação de arquitetos-urbanistas e de engenheiros de fora do quadro efetivo da prefeitura do Rio de Janeiro.



Figura 4.34: Prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000).  
Fonte: Marco Antônio – Jornal O Extra.

Em relação ao governo, se apresentou de forma diferenciada, através: da incorporação das idéias de sustentabilidade; da flexibilização da legislação em alguns pontos do município; da recuperação de imóveis antigos e a construção de novos imóveis em vazios urbanos com infraestrutura localizados no Centro do município, através do Programa do município chamado Novas Alternativas.

A questão urbana para o prefeito era, em primeiro lugar, “*uma questão de estética urbana, formulada em consideração à ideia da cidade como o aglomerado de uma multiplicidade de lugares*”. Segundo LIMA JÚNIOR apud RIBEIRO (2009): “essa

concepção rompe com a prática tradicional de feitura dos planos diretores urbanos, que tende a utilizar-se de determinações jurídicas sobre a forma da cidade (definições a respeito do espaço construído, em particular por meio dos gabaritos), a fim de controlar sua dinâmica”. E com isso, é importante ressaltar que a legislação urbana do Rio de Janeiro que possui caráter igualitário, tende a desprezar as especificidades dos lugares.

#### 4.3.3. Segundo Mandato do Prefeito Cesar Maia (2001 – 2004)

Seguindo com RIBEIRO (2009), o prefeito Cesar Maia, com o seu segundo mandato, após o governo de seu ex-secretário e ex-amigo político Luiz Paulo Conde, assume plenamente o modelo de planejamento estratégico de cidades em sua segunda gestão municipal ao elaborar o Plano Estratégico II – As Cidades da Cidade e um sistema de ações pautado na (des)construção do espaço carioca, para a produção de espaços de consumo voltados ao turismo - uma das ferramentas utilizadas em todo o mundo para ativar a economia das cidades, em especial, das áreas centrais consideradas degradadas físico urbanisticamente e esvaziadas socioeconomicamente.

Nesse governo, por meio de estratégias de *marketing* urbano com o objetivo de “vender o Rio de Janeiro” como um Polo Turístico Regional, Nacional e Internacional com capacidade de competir com outros municípios no que diz respeito a atração de recursos, eventos e turistas, há a materialização de um sistema de objetos formado por equipamentos culturais e esportivos espetaculares, com tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais, transformados em ícones ou imagens marco dessa administração ou, ainda, em “monumentos âncoras” de processos de requalificação urbana, considerados necessários à inserção do município no “mercado econômico e financeiro mundial”.

Com o caráter de reformulação para por fim a desordem urbana, a degradação ambiental e físico-urbanística e o esvaziamento socioeconômico do município, a prefeitura do Rio de Janeiro anunciou a necessidade de realizar grandes investimentos em intervenções urbanas, concentradas, em sua maioria, na área central e na Barra da Tijuca, para fortalecer centralidades antigas e criar novas centralidades por meio do redesenho desses bairros, com base no modelo de planejamento estratégico de cidades.

Assim, esse segundo mandato se caracterizou pela construção de equipamentos monumentais e espetaculares para revitalizar a “vocação cultural” e a “vocação esportiva” do Rio de Janeiro e pela atração de recursos econômicos, eventos e turistas para o desenvolvimento econômico municipal. Esses espaços foram considerados pelo poder público

e pela iniciativa privada como estratégicos para romper a inércia em que o Rio de Janeiro se encontrava.

#### 4.3.4. Terceiro Mandato do Prefeito Cesar Maia (2005 – 2008)

Neste último mandato da “Era Cesar Maia” o planejamento adotado pelo prefeito enfatizou a construção de objetos arquitetônicos monumentais como vetores privilegiados e estruturantes do desenvolvimento econômico do município.

As ações voltadas aos grandes monumentos municipais eram voltadas a projetar a imagem do Rio de Janeiro competitivo para a atração de recursos, de eventos e de turistas.

Embasaram-se na “mercantilização” do município, da cultura e do esporte por meio da produção de espaços voltados ao consumo, com destaque para a dimensão cultural de todo este processo de reformulação do planejamento urbano.

Essa administração do prefeito Cesar Maia priorizou a construção dos equipamentos esportivos para a realização dos Jogos Pan americanos e Parapan americanos Rio 2007 e justificou assim as ações governamentais, tendo por base uma suposta tradição e identidade carioca no âmbito do esporte. Com tal ênfase produziu e alimentou o discurso de que o Rio de Janeiro era uma das novas “Capitais do Esporte”, sendo assim capaz de sediar megaeventos esportivos e de se inserir de forma competitiva no tão famoso “circuito internacional de turismo e eventos”.

Porém, a crise e a desordem urbana persistiram na última gestão do prefeito e a busca de alternativas ou de estratégias para a sua superação com base no ressurgimento do lugar e no papel de cidade estratégica para todo o país foram os principais artifícios utilizados pela municipalidade, na tentativa de conseguir o consenso popular e compor uma justificativa para os elevados gastos com as obras realizadas para os Jogos Pan Americanos e Parapan Americanos Rio 2007.

#### 4.3.5. Prefeito Eduardo Paes<sup>11</sup>

Vencedor no segundo turno das eleições de 2008, com o apoio do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi o “último aliado” para compor a aliança entre as três

---

<sup>11</sup> As informações, os dados e a trajetória política na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro do prefeito Eduardo Paes tiveram como fonte o seu site: <[www.eduardopaes.com.br](http://www.eduardopaes.com.br)> - Último acesso em: 04/01/2013 – às 20h.

esferas do governo em prol ao desenvolvimento e investimentos para o estado do Rio de Janeiro (que tinha o município do Rio de Janeiro, a capital, como centro de toda essa ação).

Eduardo Paes (figura 4.35) esteve como secretário e subsecretário nos mandatos do ex-prefeito Cesar Maia. Mas, e por divergências políticas, partidárias e ideológicas se afastou do “ícone máximo do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro”. Contudo, os ideais de promoção do município e de captação de recursos nacionais, internacionais, públicos e privados continuaram a persistir no quadro político e governamental carioca.



Figura 4.35: Prefeito Eduardo Paes (2008-2016).  
Fonte: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br) – em Agosto/2010.

#### 4.3.5.1. Primeiro Mandato do Prefeito Eduardo Paes (2008 – 2012)

No primeiro ano de mandato, 2009, Eduardo Paes concentrou suas atuações no "Choque de Ordem", uma operação geral de combate à desordem urbana em todo o município.

A ação, coordenada por uma nova secretaria, criada para gerir o assunto, a "Secretária Especial de Ordem Pública", é realizada por guardas municipais, fiscais de controle urbano, policiais militares e civis, equipes da COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana, DETRO – Departamento de Transporte Rodoviários do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Obras, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Procuradoria Geral da União.

O objetivo explícito desta ação política municipal seria atacar situações que, na perspectiva do governo, incomodariam o dia-a-dia do carioca, inibindo ambulantes informais, flanelinhas, transporte pirata, construções irregulares, população de rua, publicidade não autorizada, desrespeito no trânsito e desordem nas praias.

É importante destacar que neste primeiro ano de governo, foram diagnosticados os problemas estruturais e de gastos financeiros com a produção da Cidade da Música, que foi planejada e produzida em boa parte no governo do ex-prefeito Cesar Maia, no bairro da Barra da Tijuca.

O segundo ano do mandato, o ano de 2010, o governo municipal teve por um dos principais objetivos a recuperação das principais vias do município, recapeando de 600 a 700 km de vias com asfalto em péssima situação de conservação, como a Linha Vermelha, a Avenida Francisco Bicalho, a Avenida Brasil, a Avenida Dom Hélder Câmara, a Avenida Ayrton Senna, a Avenida Cesário de Melo, a Avenida Delfim Moreira e a Avenida Vieira Souto.

Também foi realizada uma reorganização do transporte coletivo, a previsão era que a quantidade de coletivos na Zona Sul do Rio, que era muito grande na atualidade, caísse pela metade, enquanto na Zona Oeste, região carente de transporte, aumentasse em cerca de 300 ônibus e a prefeitura também teria o direito de realizar intervenções ou criar novos itinerários, caso julgue necessário.

Em 2011, terceiro ano de mandato, a prefeitura municipal se concentrou, principalmente, na implantação de vários novos corredores viários por todo o município, visando à Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos e Para Olímpicos de Verão em 2016. As principais obras são: a TransOeste, TransCarioca, TransOlímpica, TransBrasil e o Túnel da Grota Funda (que foi inaugurado em 06 de Junho de 2012 e recebeu o nome oficial de Túnel Vice-Presidente José de Alencar).

Neste mesmo ano, em parceria com o governador Sérgio Cabral, deu-se início a diversas obras de revitalização para preparar o município para os megaeventos dos próximos anos. Iniciou a revitalização da Zona Portuária, que consiste na reorganização da área do Porto do Rio de Janeiro e nos planejamentos de derrubada do Elevado da Perimetral.

No último ano de mandato, 2012, foram anunciados pacotes de investimentos da prefeitura para a Zona Norte, área tradicionalmente esquecida do município. Dentre as quais destacam-se: pavimentações, reformas no Parque de Madureira, BRT, clínicas da família e hospital para a região.

E com tais feitos, os discursos sobre “benefícios” ao município e o apoio das outras duas esferas de governo (estadual e federal) Eduardo Paes disputou a reeleição no processo eleitoral de 2012, conseguindo ser reeleito no primeiro turno das eleições.

#### 4.3.5.2. Segundo Mandato do Prefeito Eduardo Paes (2012 – 2016)

Com o início de seu segundo mandato, em 1º de Janeiro de 2013, o prefeito Eduardo Paes direciona seus esforços políticos para concluir todas as obras iniciadas em seu primeiro

mandato e colocar de vez o município do Rio de Janeiro dentro do grupo de lugares no mundo a assumir megaeventos e ser ponto de chegada de um elevado número de turistas a cada ano.

Um dos destaques no início deste novo mandato foi à inauguração parcial da ex-Cidade da Música em 03 de Janeiro de 2013, que foi rebatizada como Cidade das Artes e teve sua inauguração oficial com muitos prestígios, justificativas e explicações de manutenção financeira em março do mesmo ano.

#### 4. 5. OS PRINCIPAIS PROJETOS PARA O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS – OS MARCOS DO EMPRESARIAMENTO URBANO

Foi durante o segundo mandato do prefeito Cesar Maia (2001-2004) que a sociedade carioca teve o real conhecimento dos diversos projetos urbanos elaborados com o objetivo de preparar o município do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan Americanos e Parapan Americanos em 2007. Dentre esses projetos: o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária e a construção de diversos equipamentos esportivos monumentais, com destaque para: o Estádio Olímpico João Havelange, a Arena Olímpica, o Parque Aquático Maria Lenk, o Velódromo e as Vilas Olímpicas.

Para transformar o Rio de Janeiro em um Polo Turístico Regional, Nacional e Internacional, as administrações municipais da “Era Cesar Maia” (1993-2008) adotaram duas principais medidas: uma em termos de visibilidade e de simbolismo dos objetos arquitetônicos, construídos para se tornarem catalisadores de processos de requalificação urbana e para promoverem uma imagem competitiva da cidade, especialmente para o exterior e; outra pautada na atração de investidores e de cidadãos-consumidores, com base em estratégias de *marketing* urbano, que enfatizaram o “caráter ‘espetacular’ delineado a partir de ambientes permanentemente festivos e integrados às exigências e às normas de agentes internacionais, notadamente no que tange à dotação de infraestrutura” (MACHADO apud RIBEIRO, 2009, p. 207).

As tipologias arquitetônicas e urbanas, de pretensões globais, foram objeto das ações de planejamento estratégico nesse período e não podem ser analisadas sem que leve em consideração que elas vem no rastro de um fenômeno global, “*em que cidades do mundo todo têm lançado mão de um recurso ‘cultural’ que as faça conseguir notoriedade rapidamente*” (BRUNO apud RIBEIRO, Viviane. 2009, p. 207).

De acordo com MACHADO apud RIBEIRO, Viviane (2009, p.207) “*nas principais metrópoles do mundo, a promoção turística realiza-se essencialmente por meio da imponência dos equipamentos de cultura e lazer*”.



#### 4.5.1. A busca pelo sonho “Olímpico Carioca”

A preparação do município para concorrer como sede dos Jogos Olímpicos e Para Olímpicos em 2004 e 2012 começou a ser evidenciada a partir das candidaturas do Rio de Janeiro, além dos grandes investimentos em marketing para sediar os Jogos Pan americanos e Parapan americanos em 2007.

O projeto de apresentar o Rio de Janeiro como cidade candidata a sede dos XV Jogos Pan-Americanos começou a ser desenvolvido no final da década de 1990. Em dezembro de 1999, o Comitê Olímpico Brasileiro - COB decidiu não apresentar candidatura para os Jogos Olímpicos de Verão de 2008 e voltar as atenções para o Pan. Em 2001, o COB contratou a Fundação Getúlio Vargas para fazer um estudo de viabilidade de organização, que seria a base da candidatura (Segundo O Globo on line, 2006).

O Rio de Janeiro apresentou oficialmente sua candidatura em agosto de 2001, na XXXIX Assembleia Geral da Organização Desportiva Pan-Americana - ODEPA, em Santo Domingo.

Em abril de 2002, a entidade homologou a candidatura brasileira, que teria como concorrente direta a cidade de San Antonio, nos Estados Unidos. O dossiê com os detalhes do projeto foi apresentado nessa ocasião, junto com cartas de garantias do poder público.

Os destaques da candidatura eram a intenção de realizar os Jogos Parapan Americanos junto com o Pan (algo que nunca havia sido feito antes), o fato de a cidade poder abrigar todas as competições, não necessitando de subsedes ou Vilas Pan-Americanas adicionais, e o sucesso dos Jogos Sul-Americanos de 2002, realizado às pressas por quatro cidades brasileiras (entre elas o Rio de Janeiro) após a desistência da Colômbia.

A eleição da cidade-sede dos XV Jogos Pan Americanos ocorreu em 24 de agosto de 2002, na XL Assembleia Geral da ODEPA, na Cidade do México. Todos os 42 países-membros da entidade possuíam direito a um voto, exceto os países que já receberam edições do Pan - estes possuíam direito a voto duplo. O resultado foi anunciado pelo presidente da ODEPA Mário Vázquez Raña. O Rio de Janeiro derrotou San Antonio por 30 votos a 21, e conquistou, assim, o direito de realizar os Jogos Pan Americanos e Parapan Americanos de 2007 (figuras 4.36 & 4.37).



Figura 4.36: Logo Marca dos Jogos Pan Americanos de 2007 no Rio de Janeiro.



Figura 4.37: Logo Marca dos Jogos Parapan Americanos 2007 no Rio de Janeiro.

Fonte das Imagens: [www.cob.org.br/simbolos](http://www.cob.org.br/simbolos) - em 23/12/2012 - às 10hs.

Os gastos elevados com o Pan Americano despertaram a atenção de políticos e da população antes mesmo do início do evento. Ainda em março de 2007, deputados federais brasileiros iniciaram uma fiscalização e chegaram a cogitar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para investigar os gastos que, de acordo com o Ministério do Esporte, já eram mais de dez vezes maiores que os previstos inicialmente. Em 13 de julho, horas antes da cerimônia de abertura, centenas de pessoas se concentraram em frente ao prédio da Prefeitura do Rio de Janeiro numa manifestação pacífica contra o dinheiro empregado no Pan.

Passado o evento, cresceram as atenções sobre o seu custo e uma CPI voltou a ser cogitada, com base num relatório do Tribunal de Contas da União – TCU, que levantava dúvidas sobre procedimentos adotados pelo Comitê Olímpico do Rio de Janeiro (CO-RIO) em licitações e contratos. Os gastos totais estimados eram de cerca de 3,7 bilhões de reais, sendo 1,2 vindos da Prefeitura.

A Polícia Federal também iniciou, um mês após o início dos Jogos, uma investigação sobre o destino de verbas públicas no evento. Outra investigação seria conduzida pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, mas, devido à falta de apoio de vereadores aliados ao governo municipal, o inquérito não foi aberto.

Em junho de 2009, quase dois anos após o Pan, o Tribunal de Contas da União identificou um superfaturamento de 2,74 milhões de reais no serviço de hotelaria da Vila Pan

Americana, e três meses depois divulgou o relatório final de acompanhamento dos Jogos, em que criticou os gastos e a gestão do dinheiro no Pan (dados informativos e quantitativos retirados de material jornalístico e de relatórios apresentados pelo TCU e pelos Deputados Federais que investigaram esse tema).

Tendo por fonte jornais, blogs de notícias e o site do evento esportivo<sup>12</sup> os principais legados deixados pelos Jogos Pan Americanos de 2007 no Rio de Janeiro foram às instalações construídas para o evento, como o Complexo Esportivo Cidade dos Esportes e o Estádio Olímpico João Havelange (mais conhecido como Engenhão).

Depois dos Jogos, entretanto, algumas instalações foram subutilizadas, o que gerou descontentamento entre atletas e dirigentes.

O Velódromo da Barra, por exemplo, ficou mais de um ano sem receber competições oficiais de ciclismo, chegando a ser usado para eventos de outros esportes, como judô e levantamento de peso, e o Parque Aquático Maria Lenk ficou meses fechado.

A Arena Olímpica, por outro lado, teve sua concessão adquirida pela empresa GL Events e passou a se chamar HSBC Arena, tendo recebido desde o Pan eventos esportivos, como o Campeonato Mundial de Judô de 2007 e a final do Novo Basquete Brasil – NBB 2009 e musicais, como o show do cantor italiano Andrea Bocelli.

O Engenhão também passou por licitação, vencida pelo Clube do Botafogo de Futebol e Regatas.

No Complexo Esportivo do Maracanã, o Ginásio do Maracanãzinho foi totalmente reformado, passando a ser uma das mais modernas arenas esportivas do Brasil.

O Complexo Esportivo Deodoro, também construído para o Pan, foi o principal centro esportivo dos Jogos Mundiais Militares de 2011.

Além dos legados esportivos, as autoridades políticas municipais e os organizadores do evento (COB-RIO) divulgaram que a cidade do Rio de Janeiro também teve melhorias em áreas como segurança, com a aquisição de novos equipamentos e experiência, transmitidos para outras regiões do país, e turismo, com o aumento da rede hoteleira e as reformas do Aeroporto Santos Dumont.

Como legados imateriais, citam o aumento da visibilidade do Brasil no exterior e a importância do próprio evento num nível internacional.

---

<sup>12</sup> <[www.esportes.terra.com.br/panamericano2007](http://www.esportes.terra.com.br/panamericano2007)>, <[www.panrio2007.com.br](http://www.panrio2007.com.br)>, <[www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2007/jogospanamericanos](http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2007/jogospanamericanos)> acessados em 10/10/2012 – às 20hs e Jornal Valor Econômico – matéria da jornalista Paola Moura em 02/02/2011.

#### 4.5.2. O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas

O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas (figura 4.38), também conhecido como Feira de São Cristóvão ou Feira dos Paraíbas, está localizado no Campo de São Cristóvão, no bairro de mesmo nome, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e foi inaugurado no dia 20 de setembro de 2003, na segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004), com o objetivo principal de transferir essa feira livre, criada em 1945 com a chegada de migrantes nordestinos ao município do Rio de Janeiro atraídos pela criação da estrada Rio – Bahia, para dentro do que sobrou da estrutura do antigo Pavilhão de Exposições de São Cristóvão, projetado em 1958 pelo arquiteto Sérgio Bernardes e considerado um marco da Arquitetura Moderna brasileira dos anos 1960.

O Pavilhão de Exposições de São Cristóvão, uma obra que, inicialmente, seria temporária, foi construído para a Exposição Internacional de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro e acabou permanecendo no local, sendo utilizado para a realização de diversos eventos até sua cobertura desabar na década de 1970. A partir do governo do prefeito Luiz Paulo Conde (1997 – 2000) foram idealizados vários projetos para o antigo Pavilhão, de hotel até terminal rodoviário. Mas, junto ao desejo da população local e os interesses turísticos e de expansão imobiliárias nessa região a prefeitura no segundo mandato de Cesar Maia organizou e reformou todo o ambiente para que o mesmo pudesse abrigar a feira popular.



Figura 4.38: Vista aérea do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.  
Fonte: [www.sescrj.org/noticias](http://www.sescrj.org/noticias) - 23/12/12 - às 10hs27min.

A partir da localização e da história do bairro de São Cristóvão o governo municipal estruturou uma nova organização ao mesmo e ao seu entorno para que os mesmos fossem “locais de recebimento” dos investimentos através de empreendimentos imobiliários e visitas turísticas.

O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas atende a variável integração, pois além de estar associado a um processo mais amplo de requalificação de São Cristóvão, contribuiu para a melhoria da imagem do bairro. Aliado a esse fato, o movimento do comércio instalado na renovada Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraibas e das pessoas atraídas pela gastronomia, pelo artesanato e pelos eventos realizados nesse espaço popularizado produzido para o consumo, selecionou os usuários e aumentou a segurança no local, no comércio e nos escritórios das proximidades. Nesse sentido, o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas reforça a antiga centralidade no bairro de São Cristóvão, à medida que passou a funcionar de terça-feira a domingo no interior do Pavilhão (RIBEIRO, Viviane. 2009, p. 214).

A produção do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas como parte integrante das propostas do Projeto Rio-Cidade Pavilhão direcionado, entre outras coisas, para a resolução do problema da ocupação desordenada dos feirantes ao redor do Pavilhão, considerada um dos fatores de degradação da região, adotou como principal estratégia de *marketing* urbano a criação de uma “identidade nordestina” espetacularizada com objetivos turísticos, reforçada pelo *slogan*: “*O maior Nordeste fora do Nordeste, com muita cultura da região!*”. No entanto, a tentativa de ordenamento da feira livre por meio da arquitetura do Pavilhão de São Cristóvão e do planejamento urbano do Projeto Rio-Cidade Pavilhão, na tentativa de produzir uma ‘identidade nordestina’ no lugar, e o uso do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas com objetivos turísticos ou de consumo desse equipamento cultural, não foi controlado totalmente pela prefeitura do Rio de Janeiro, constituindo-se em um modificador desse espaço urbano, que se caracteriza, de acordo com Ferrara (1981), como um ambiente aberto (Ibidim).

Mesmo com toda a organização governamental e as mudanças na questão de identidade e cultura dos freqüentadores da antiga Feira, a prefeitura não conseguiu impor por completo todas as ações programadas. Como por exemplo, a administração ocorrendo a partir do poder privado (parceria público-privada) foi contestada pelo poder judiciário.

Com essa nova fase na antiga Feira Nordestina é importante destacar os entendimentos de RIBEIRO, Viviane (2009) que se pautam em CARDOSO (2006) & MARQUES; MOREIRA (2007) ao explicar que a mesma passa a se caracterizar “como um verdadeiro parque temático”, onde a paisagem é encenada, divulgada e, principalmente, comercializada de forma dinâmica com uso diurno e noturno, de forma articulada com a vida da cidade,

promovendo-se, do mesmo modo, outra divulgação mais ampla, que contribui para o *marketing* da cidade.

Sendo na realidade uma produção de espetáculos para o ganho financeiro e descaracterizando o que era para reconstituir um “espaço nordestino” para ser usufruído por todos os habitantes do município do Rio de Janeiro e dos municípios vizinhos. Tornou-se um espaço direcionado aos investidores e aos cidadãos consumidores, ao invés de um lugar do fortalecimento dos valores e das relações sociais em esfera pública.

#### 4.5.3. O Estádio Olímpico João Havelange

O Estádio Olímpico João Havelange (figura 4.39) ou simplesmente Engenhão (como é conhecido pela população), foi construído pela prefeitura do Rio de Janeiro, no antigo terreno da Rede Ferroviária Federal, no bairro do Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio de Janeiro, próximo à Estação Ferroviária do Engenho de Dentro e da Linha Amarela, que faz a ligação das vias de acesso ao Centro e a boa parte do restante do município: Linha Vermelha e Avenida Brasil.



Figura 4.39: Vista aérea do Estádio Olímpico João Havelange.  
Fonte: Pedro Kirilos – RIOTUR.

Esse grande complexo esportivo foi projetado para sediar as competições de atletismo e de futebol nos Jogos Pan Americano e Parapan Americanos de 2007, com acesso realizado por portões nas quatro ruas ao redor do mesmo e através de oito rampas e de elevadores.

Possui cinco níveis principais, com o térreo destinado às áreas operacionais e os demais à circulação de público, aos serviços e ao acesso às arquibancadas.

O projeto do Estádio Olímpico João Havelange foi elaborado em razão dos Jogos Pan americanos Rio 2007, que ocasionaram a necessidade de uma arena esportiva para abrigar as provas de atletismo, segundo as recomendações do Comitê Olímpico Internacional - COI, muito embora o evento tenha sido realizado pelo Comitê Olímpico Americano ou das Américas - COA. Assim, criou-se a necessidade de gerar uma nova centralidade a partir da construção desse equipamento arquitetônico monumental, apesar da existência do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã. (RIBEIRO, 2009, p. 271).

Devido à construção do Estádio Olímpico João Havelange, no bairro do Engenho de Dentro, o objetivo do governo municipal era neutralizar uma maior degradação urbanística e o esvaziamento socioeconômico no bairro e em suas redondezas, afinal tem ocorrido o crescimento de favelas e do aumento da violência há muitos anos.

Por isso, foi escolhida essa área que abrigava antigos galpões industriais e que há muitos anos não estavam sendo mais utilizados.

A construção do estádio foi promovida pelo *marketing* urbano como: “*O estádio mais moderno da América Latina e marco para o esporte nacional*”, foi uma tentativa da prefeitura do Rio de Janeiro de criar definitivamente a “identidade esportiva no município” e associar assim com a chegada dos turistas.

Projetado pelos arquitetos Carlos Porto, Geraldo Lopes, Gilson Santos e José R. Ferreira Gomes, o Estádio Olímpico João Havelange, que tem a plasticidade como seu ponto alto nos quatro arcos que sustentam a cobertura das arquibancadas, realçados pelo *show* da iluminação, tem como parâmetros principais a valorização do conforto e da segurança do público, dos atletas e dos profissionais em serviço. Nesse equipamento esportivo monumental encontram-se: um campo de futebol com grama natural de tamanho 105 m x 68 m; uma pista de atletismo com nove raias no padrão *standard* da Associação Internacional das Federações de Atletismo – AIFA e; dois setores para salto triplo e em distância, um para salto com vara, outro para salto em altura e uma pista de dardo. Toda esta estrutura repete-se no campo anexo ao estádio, utilizado para alguns treinamentos. A capacidade do ‘Engenhão’ é de 46.931 espectadores, havendo 23.668 lugares no anel inferior, 21.549 no superior, 250 destinados a cadeirantes, 125 na tribuna de honra e mais 78 camarotes com capacidade para 1.239 convidados, podendo ser ampliado futuramente para 60.000 pessoas. (RIBEIRO, Viviane. 2009, p. 275).

É importante ressaltar que foi a prefeitura do Rio de Janeiro que custeou todo o projeto arquitetônico e a construção do Estádio Olímpico João Havelange. Não ocorreu nenhuma parceria com instituições privadas para a elaboração deste faraônico complexo esportivo.

A construção do Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, contribuiu para a atração de investimentos para a região dos subúrbios onde se insere, quando tomado como mais um elemento entre os demais, que vêm mudando a realidade do seu entorno, entre eles: a Linha Amarela e a relativa proximidade com o metrô, a ferrovia, a Avenida Suburbana, o Norte Shopping, o Shopping Nova América e o complexo comercial formado pelo Wall-Mart, Leroy Melin e Sam's Club, que juntos vêm fomentando as atividades imobiliárias nessa parte da cidade do Rio de Janeiro, com base em uma onda de novos investimentos no comércio e em lançamentos na construção civil, tais como: condomínios residenciais, lojas, restaurantes, lanchonetes e, conseqüentemente, a renovação das edificações antigas (RIBEIRO, Viviane. 2009, p. 282).

No entanto, apesar de seu aspecto moderno, o 'Engenhão' vem apresentando problemas, que foram apontados desde o seu projeto inicial, tanto em termos de localização e acesso, quanto à área para o estacionamento e para a praça de alimentação, avaliados como inadequados à demanda dos cidadãos-consumidores no caso da realização de grandes eventos esportivos. Sua construção, apesar de ter sido considerada necessária para a realização dos Jogos Pan americanos Rio 2007, apresentou outro problema eminente ao período pós-jogos, a subutilização, caracterizada pelos raros eventos esportivos, os quais se resumem em algumas partidas de futebol e pouquíssimas provas de atletismo. Os altos custos de manutenção e a pequena receita gerada por esse objeto arquitetônico monumental transformaram o 'Engenhão' em um equipamento esportivo economicamente inviável, levando a terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008) a arrendar o estádio para o Botafogo de Futebol e Regatas por 20 anos (Ibidim).

O Estádio Olímpico João Havelange é um espaço da esfera pública e que foi arrendado ao Clube do Botafogo de Futebol e Regatas com o objetivo de que a prefeitura não ficasse com os gastos de manutenção.

E neste espaço em que se tem a presença de milhares de pessoas ocorreu a grande preocupação em controlar a atuar contra as grandes ondas de violência nos jogos de futebol pelo projeto arquitetônico. O estádio tem como principais parâmetros a valorização do conforto e da segurança do público, dos atletas e dos profissionais em serviço, sendo possível esvaziar o Estádio em 11 minutos devido às várias saídas existentes. O que o coloca devidamente preparado para receber diversos eventos.



#### 4.5.4. O Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária Carioca

Com base em RIBEIRO, Viviane (2009) esse Plano elaborado para a requalificação urbana da Região Portuária do Rio de Janeiro compreende um conjunto de projetos urbanísticos desenvolvidos com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural da área, produzir acessibilidade, requalificar o espaço urbano e desenvolvê-la economicamente (figura 4.40).



Figura 4.40: Imagem ilustrativa do Plano de requalificação urbana na Região Portuária do RJ.  
Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro – Divulgação do Projeto.

Com os projetos verificou-se a criação de uma Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU, entre as avenidas Presidente Vargas, Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Rio Branco, com parâmetros urbanísticos diferenciados e regras para as operações de parcerias público-privadas; a consolidação de um novo Plano Viário para a região, mesclando a criação de vias estruturais com a retomada do caráter das vias tradicionais; a aprovação de um novo Plano de Alinhamentos – PAs definindo os limites entre os espaços públicos e privados e; a elaboração de um banco de terras contendo dados sobre os terrenos e edificações livres e subutilizados, para consulta pelos investidores potenciais (figura 4.41). Esse plano foi responsável, ainda, pela materialização de um conjunto de projetos arquitetônicos monumentais voltados à cultura e ao esporte.

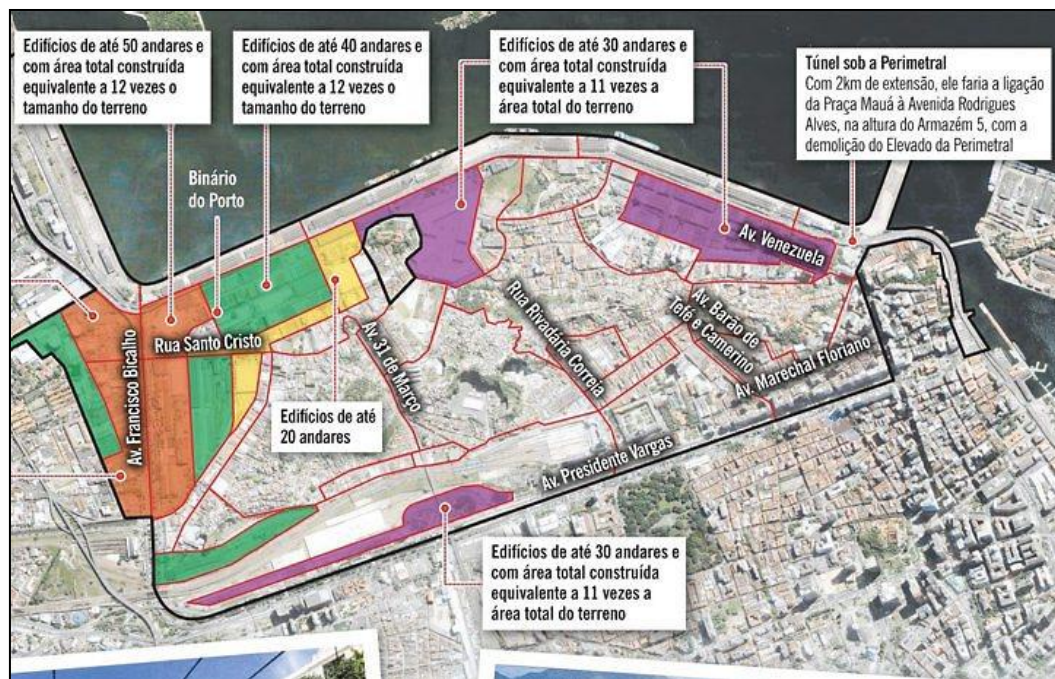


Figura 4.41: Áreas de Especial Interesse Urbanístico – AEIU e Gabaritos na Zona Portuária.  
Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro – Divulgação do Projeto.

Juntamente com a elaboração dos equipamentos culturais e esportivos voltados ao turismo, foram desenvolvidos outros projetos de requalificação urbana, contemplando: a pavimentação; a iluminação; o paisagismo; o mobiliário urbano; de transporte coletivo e; as infraestruturas de drenagem pluvial e de esgotamento sanitário; seguindo a filosofia de intervenção do Programa Rio-Cidade, com destaque para: a reurbanização de ruas, de praças e largos; a implantação de garagens subterrâneas; o estímulo à construção, à habitação e às atividades ligadas ao comércio e aos serviços e; melhorias no sistema viário e de drenagem pluvial.

Assim, o projeto de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro entrou em vigor com licitações e ações de intervenção a partir de 2010, com o nome Porto Maravilha (figura 4.42), as obras elaboradas pela concessionária Porto Maravilha – figura 4.43 – (que é formado pelas empreiteiras OAS, Carioca Engenharia e Odebrech) e coordenadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP, órgão criado pelo governo municipal para tal finalidade, manter o diálogo com os cidadãos locais e qualificar ainda mais os prestadores de serviço nesse projeto.



Figura 4.42: Logo Marca do Projeto Maravilha.



Figura 4.43: Logo Marca da Concessionária produtora do Projeto Porto Maravilha.

Fonte das Imagens: [www.portomaravilha.com.br](http://www.portomaravilha.com.br) - em 23/12/2012 - às 12hs.

Todo esse projeto consiste em uma Operação Urbana que tem por finalidade promover a reestruturação local, através de um conjunto de intervenções, transformando a Zona Portuária em um polo atrativo para as crescentes demandas corporativas, comerciais e habitacionais do Rio de Janeiro. Será estruturada por meio da ampliação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica (figura 4.44).

<b>PROJETOS ESPECIAIS</b>	
<p><b><i>Nova estrutura Viária</i></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Por que demolir o elevado da Perimetral?</li> <li>• Solução viária integrada – Binário do Porto</li> <li>• Localização das Novas vias Expressas</li> <li>• Veículo Leve Sobre Trilhos</li> </ul>	<p><b><i>Infraestrutura</i></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Água e Esgoto</li> <li>• Urbanização</li> <li>• Telecomunicação</li> </ul>
<p><b><i>Principais Projetos</i></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pier Mauá e o Museu do Amanhã</li> <li>• Museu de Arte do Rio</li> <li>• Porto Olímpico</li> <li>• Transformação da Francisco Bicalho</li> </ul>	<p><b><i>Restauração de Patrimônios</i></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Jardim do Valongo</li> <li>• Pedra do Sal</li> <li>• Reurbanização do Morro da Conceição</li> <li>• Outros Patrimônios</li> </ul>

Figura 4.44: Projetos Especiais da requalificação urbana na Região Portuária do RJ.

Fonte: Porto Atlântico Business Square – Apresentação do Projeto.

O projeto abrange uma área de 5 milhões de m<sup>2</sup>, a maior área de revitalização do planeta. Esse processo de reestruturação está dividido em duas fases: a 1ª fase (junho de 2011 até junho 2012 – com investimentos de R\$ 840 milhões – segundo o site do Projeto Porto

Maravilha) já está concluída e a 2ª fase (junho de 2012 até junho de 2016 – com investimento aproximado de R\$ 7,2 bilhões – segundo o site do Projeto Porto Maravilha) está em andamento nos dias atuais.

#### 4.5.5. A Cidade do Samba

Inaugurada no final de 2005 e inicialmente nomeada de Cidade do Carnaval, foi uma iniciativa da segunda administração de Cesar Maia (2001 – 2004), idealizada pela Liga Independente das Escolas de Samba – LIESA e elaborada pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP. Foi construída em um antigo pátio ferroviário localizado no bairro da Gamboa, que estava abandonado por duas décadas e que passou a concentrar os galpões das 14 escolas de samba do Grupo Especial, além de contar com uma grande praça central para realização de eventos turísticos ligados às atividades do Carnaval (figura 4.45).



Figura 4.45: Vista Aérea da Cidade do Samba e da Vila Olímpica da Gamboa.  
Fonte: Maurício Hora – Revista on line Vitruvius.

No entanto, a despeito de todas as tentativas de reversão do quadro de degradação ambiental e físico-urbanística e de esvaziamento socioeconômico do Centro do Rio de Janeiro e do vínculo da Cidade do Samba com o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária – Porto do Rio, esse equipamento cultural não conseguiu: reforçar essa antiga centralidade da cidade do Rio de Janeiro; criar uma imagem expressiva da área para a inserção da cidade no ‘mercado mundial’; movimentar a

economia da região atraindo investidores para o local e; resolver questões estruturais e condicionantes do desenvolvimento urbano, como por exemplo, a rearticulação do sistema viário para a melhoria do acesso a esse novo espaço cultural (RIBEIRO, Viviane. 2009, p. 227).

A Cidade do Samba foi planejada para ser um complexo de arte popular e de entretenimento para que o visitante sentisse as emoções do Carnaval carioca durante os 365 dias do ano, vivendo a magia da festa que transforma o Rio de Janeiro na ‘Capital Mundial da Alegria’. Dessa forma, a partir do *slogan*: ‘Carnaval o ano inteiro! Vista a fantasia, caia na folia e desfile num sonho real!’, esse objeto arquitetônico monumental construído pela prefeitura do Rio de Janeiro é ‘vendido’ dentro e fora do Brasil como: ‘O maior complexo de arte e entretenimento do País!’, sede dos centros de produção de carros alegóricos e de fantasias das ‘Maiores Escolas de Samba do Brasil’, que produzem: ‘A maior festa popular do planeta! (Ibidim, p. 228).

Esse empreendimento construído pelo então prefeito Cesar Maia tinha por principal objetivo constituir de vez a identidade carnavalesca do município do Rio de Janeiro e assim, produzir ainda mais o espetáculo do carnaval para os turistas que aqui cheguem independente da estar no período ou não das festividades de carnaval e dos desfiles de escolas de samba.

Apesar do desejo da prefeitura e da LIESA de transformar a Cidade do Samba em um novo Pólo Turístico da cidade e no ‘Maior Complexo de Arte Popular e Entretenimento do País’, esse equipamento não atingiu plenamente esses objetivos em virtude da tensão produzida pelos interesses conflitantes da Indústria do Turismo e do Entretenimento e da Indústria do Carnaval, aliada à falta de expressividade de sua forma arquitetônica, que não estabelece nenhuma referência com as funções a que se destina, o que torna esse espaço pouco atrativo (RIBEIRO, Viviane. 2009, p. 235).

Toda a obra foi financiada por recursos públicos e uma das grandes críticas a produção deste ambiente é a questão dos acessos. Aos turistas que chegam ao município pelo Porto, através dos navios e transatlânticos, possuem acesso privilegiado. Mas, aos próprios cidadãos locais o acesso por transportes coletivos é muito difícil e se contar com transporte particular, o difícil é deixar o mesmo em um lugar seguro.

E por fim, o *marketing* de visita a localidade é muito mais aos turistas do que a própria população local. Poucos são os cariocas e vizinhos de outros municípios que frequentam esse espaço sempre que possível. Se a mesma foi idealizada para demonstrar a fabricação das ornamentações do carnaval e fazer com que a festividade pudesse ser vivida em qualquer dia do calendário, por que não se evidencia essa estrutura para os que aqui vivem.

#### 4.5.6. As Vilas Olímpicas

Instalação esportiva, que teve por objetivo atender a comunidade residente nos bairros atendidos, através do Programa de Construção de Vilas Olímpicas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL, com projeto desenvolvido pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, em parceria com a Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE, responsável, também, pelo orçamento, licitação e gerenciamento das obras, que preconiza a inclusão social através do esporte.

As Vilas Olímpicas do Rio de Janeiro promovem a inclusão social de aproximadamente 75 mil pessoas (segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro), revelam talentos e ainda recebem eventos. As nove unidades oferecem mais de 20 modalidades gratuitas, como atletismo, natação, basquete, vôlei, futebol, lutas, balé e dança, além de bibliotecas, oficinas de vídeo e aulas de informática e de manutenção de computadores (vide Quadro 4.11).

As atividades são oferecidas para pessoas de todas as idades, de bebês de seis meses a idosos. Algumas das Vilas Olímpicas vão além do trabalho social e desenvolvem projetos que revelam talentos para o esporte. As Vilas Olímpicas do Rio de Janeiro contam com equipes de profissionais multidisciplinares para coordenar as atividades, algumas delas adaptadas para Portadores de Necessidades Especiais. Nos finais de semana e feriados, ficam abertas para as comunidades, tornando-se uma opção de lazer.

Até o fim do ano de 2013 a prefeitura se propõe instalar Vilas Olímpicas em três outras localidades: Vila Isabel, Mato Alto e Caju.

A Vila Olímpica da Gamboa (*vide figura 4.45 na pág. 94 deste trabalho*) foi inaugurada em 2004 e está em atividade em todos os dias da semana em horário comercial. Essa Vila Olímpica se destaca, dentre as demais, devido a sua proximidade com a área de “revitalização” do Porto do Rio de Janeiro e por ser a mais próxima dos aparatos urbanos (se localiza ao lado da Cidade do Samba e a poucos quarteirões do Projeto Porto Maravilha) que estão sendo idealizados e produzidos para a nova fase de desenvolvimento econômico e social do município.

Quadro 4.7: Vilas Olímpicas no município do Rio de Janeiro.

Nome	Local	Área (m <sup>2</sup> )	Atividades
Centro Esportivo Miécimo da Silva	Campo Grande	64.000	21
Maré	Complexo da Maré	80.000	15
Mestre André	Padre Miguel	17.000	15
Clara Nunes	Acari	7.000	11
Jornalista Ary de Carvalho	Vila Kennedy	15.000	18
Carlos Castilho	Complexo do Alemão	7.700	20
Oscar Schmidt	Santa Cruz	17.000	26
<u>Gamboa</u> *	<u>Centro</u>	<u>25.000</u>	<u>17</u>
Greip	Penha	5.000	20

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro.  
Produção da Tabela: Flavio Faria de Araújo (Autor).

#### 4.5.7. O Museu Guggenheim e o Museu do Amanhã

O Museu Guggenheim foi projetado pelo arquiteto francês Jean Nouvel para ser implantado no Píer Mauá, quando da busca de implementação do I Plano Estratégico.

Esse projeto acabou “sendo barrado” por ações judiciais e divergências políticas entre a antiga administração municipal (Prefeito César Maia) e o governo federal (ministérios e a Companhia Docas S.A.). Até mesmo a sociedade carioca não era favorável ao projeto devido aos grandes gastos públicos municipais e o desejo de ações políticas e estruturais mais abrangentes.

E para compor a revitalização do Píer Mauá foi planejado outro Museu em parceria com a Fundação Roberto Marinho denominado Museu do Amanhã.

Segundo o Projeto Porto Maravilha (2011), o Museu do Amanhã (figura 4.46) é uma dos marcos da área cultural do Porto Maravilha que já começou a ser erguido no Píer Mauá. O espaço será dedicado às Ciências, mas terá formato diferente dos museus de História Natural ou de Ciências e Tecnologia já conhecidos. O Museu do Amanhã será um ambiente de experiências que permitirá ao visitante fazer escolhas pessoais, vislumbrarem possibilidades de futuro, perceber como será a sua vida e a do planeta nos próximos 50 anos. Será um museu para que o homem possa trilhar o caminho do imaginário e realizar, de forma mais consciente e ética, suas escolhas para o futuro.

O museu foi desenhado pelo renomado arquiteto espanhol Santiago Calatrava, conhecido pelo mundo pelas suas construções modernas e *design* arrojado. Suas obras podem ser vistas em países como Espanha, Portugal, França, Itália, Bélgica, Suécia, Grécia, Escócia, Suíça, Israel, Argentina, Canadá e Estados Unidos.



Figura 4.46: Maquete do Museu do Amanhã e o arquiteto produtor Santiago Calatrava.  
Fonte: Bernardo Tabak – Portal de Notícias G1 – 2012.

#### 4.5.8. Museu de Arte do Rio – MAR

Segundo o site do Projeto Porto Maravilha<sup>13</sup>, o Museu de Arte do Rio – MAR (figura 4.47) tem por objetivo promover uma leitura transversal da história da cidade, seu tecido social, sua vida simbólica, conflitos, contradições, desafios e expectativas sociais. Suas exposições vão unir dimensões históricas e contemporâneas da arte por meio de mostras de longa e curta duração, de âmbito nacional e internacional. O museu surge também com a missão de inscrever a arte no ensino público, por meio da Escola do Olhar.

O MAR foi inaugurado em 01 de março de 2013 e está localizado na Praça Mauá, em dois prédios de perfis heterogêneos e interligados: o Palacete Dom João VI, tombado e eclético, e o edifício vizinho, de estilo modernista - originalmente um terminal rodoviário.

<sup>13</sup> <<http://www.portomaravilha.com.br>> - Último acesso em 05/01/2013 – às 14h.





Figura 4.47: Foto ilustrativa da fachada do Museu de Arte do Rio – MAR.  
 Fonte: Divulgação do Projeto Porto Maravilha.

No Palacete estão localizadas as salas de exposição do museu e o prédio novo e modernista abriga a Escola do Olhar, que é um ambiente para produção e provocação de experiências, coletivas e pessoais, com foco principal na formação de educadores da rede pública de ensino.

O projeto arquitetônico do MAR é do escritório carioca Bernardes + Jacobsen. O complexo do museu engloba 15 mil metros quadrados e inclui oito salas de exposições e cerca de quatro mil metros quadrados, divididos em quatro andares; a Escola do Olhar e áreas de apoio técnico e de recepção, além de serviços ao público. Os dois prédios que formam a instituição estão unidos por meio de uma praça, uma passarela envidraçada e cobertura fluida, em forma de onda - o traço mais marcante da caligrafia dos arquitetos - transformando-os em um conjunto harmônico.

Funcionará como um espaço proativo de apoio à educação e trabalhará em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e outras secretarias de Educação. A Escola do Olhar terá um programa acadêmico, desenvolvido em colaboração com universidades, para discutir arte, cultura da imagem, educação e práticas curatoriais. A missão do MAR, sua agenda e programação, a formação de seu acervo e de sua biblioteca, a estruturação de programas educativos e a edição de material, entre outras atividades, serão definidas por um comitê cultural liderado pelo crítico de arte Paulo Herkenhoff, curador do museu. A expografia ficará a cargo de Leila Skaff e a identidade visual, de Jair de Souza (Site do Projeto Porto Maravilha. Acessado em 10/11/2012 – às 23h).

#### 4.5.9. A Cidade das Artes (antiga Cidade da Música)

Inicialmente chamada de Cidade da Música e atualmente rebatizada de Cidade das Artes (figura 4.48), está localizada no Trevo das Palmeiras (entre a Avenida das Américas com a Avenida Ayrton Senna), próximo ao Terminal Rodoviário Alvorada, na Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro e foi o último equipamento cultural pensado para se tornar um ícone ou uma imagem-marco da segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001 – 2004) no Rio de Janeiro.

A criação de uma nova centralidade na Barra da Tijuca em relação ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro, localizado no Centro da cidade, é justificada pela municipalidade em virtude: da carência de equipamentos culturais nessa área de expansão da cidade e; da quantidade de salas destinadas à música clássica no Rio de Janeiro não atender à demanda do público. Apesar do seu preço elevado, a escolha do local para a construção da Cidade da Música configura-se como uma questão de descentralização e de acessibilidade aos equipamentos culturais, e esse significativo investimento da prefeitura do Rio de Janeiro foi considerado pela municipalidade como necessário à elevação da cidade a outro patamar em relação à arquitetura e, ainda, à formação de novos públicos para concertos (RIBEIRO, Viviane. 2009, p. 242).

Tal complexo cultural de música e arte recebeu altos investimentos públicos na sua construção e foram justificados pelo discurso da inclusão cultural e da promoção desse objeto arquitetônico, considerado capaz de multiplicar as oportunidades de acesso da população carioca aos eventos e aos espaços culturais.



Figura 4.48: Cidade das Artes (antiga Cidade da Música) na Barra da Tijuca – RJ.  
Fonte: Osmar Carioca – Janeiro de 2009.

Esse espaço também ficou reconhecido por ser a nova sede da Orquestra Sinfônica Brasileira – OSB, tornando-se o principal centro de espetáculos musicais do município do Rio de Janeiro.

Escolhido pela prefeitura do Rio de Janeiro para criar a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, Christian de Portzamparc faz parte da elite mundial de arquitetos e foi autor dos seguintes projetos: Cité de La Musique, no Parque de La Villette, em Paris; Escola de Dança Paris Opera, em Nanterre, França; Conservatório Erik Satie, em Paris, França; Novo Centro Cultural, em Rennes, França; Concert Hall Kircheberg, em Luxemburgo e; Museu Bourdelle, na França. Recebeu também o Prêmio Pritzker, em 1994, espécie de Nobel da arquitetura, instituído em 1979 pela Hyatt Foundation (RIBEIRO, Viviane. 2009, p. 240-241).

Mesmo com semelhança no nome do espaço cultural e o arquiteto que produtor ser o mesmo. O projeto da Cidade da Música carioca e o da *Cité de la Musique* parisiense são diferentes, por que o complexo cultural francês foi produzido em um local que estava completamente degradado e a necessidade em fazer algum projeto para revitalizar a área foi necessário para o crescimento urbanístico e arquitetônico da área urbana. Já no Rio de Janeiro esse projeto foi idealizado para uma área que possui franca expansão e busca altos investimentos desde a década de 1980.

Tanto a Cidade da Música francesa, quanto a Cidade da Música carioca se constituem em novas tipologias arquitetônicas e urbanas inseridas em modelos de administrações municipais voltados à requalificação urbana, que seguem a concepção do modelo de planejamento estratégico de cidades na busca pela inserção competitiva de Paris e do Rio de Janeiro no ‘mercado mundial de cidades’ através de distintas tipologias arquitetônicas e urbanas, utilizadas como ferramentas úteis à recriação da identidade dessas cidades e à elaboração de imagens competitivas por meio do marketing urbano, que as transformem em produtos de consumo a nível internacional. (RIBEIRO, Viviane. 2009, p. 245).

Porém, a Cidade da Música não teve suas obras concluídas até o final da terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005 – 2008). Que mesmo assim inaugurou a mesma em 26 de dezembro de 2008, sem nenhuma possibilidade de utilização pelos artistas e pela população. O investimento bancado pela Prefeitura do Rio de Janeiro custou quatro vezes mais do que outro grande projeto cultural do prefeito: a Cidade do Samba, inaugurada em 2006 (segundo informações da própria Prefeitura do Rio de Janeiro).

Com a chegada ao poder municipal do atual prefeito Eduardo Paes, em 2009, uma grande auditoria foi feita em relação aos gastos públicos nas obras da então Cidade da

Música. A mesma apresentava problemas estruturais e muita obra ainda a ser realizada para que o projeto pudesse ser concluído. E após 10 anos de obras, R\$ 518 milhões (segundo informações da Prefeitura do Rio de Janeiro) e muitas polêmicas políticas e sociais (críticas da sociedade carioca sobre os gastos na obra) em 03 de Janeiro de 2013 o complexo cultural, rebatizado como CIDADE DAS ARTES, foi aberto à população em fase experimental.

O complexo cultural abriga a segunda maior sala de concertos de orquestra sinfônica e ópera da América Latina perdendo apenas para o Teatro Colón de Buenos Aires - Argentina, com até 1.800 lugares. O conjunto possui aproximadamente 95 mil m<sup>2</sup> e tem, além das salas de concerto e música de câmara, 13 salas de ensaio e salas de aula. Do terraço, tem-se uma visão panorâmica da região, que abrange a praia da Barra e a Baixada de Jacarepaguá.

O objetivo em criar a Cidade das Artes (antiga Cidade da Música) era um dos fatores para contemplar os ideais do ex-prefeito Cesar Maia em caracterizar o município do Rio de Janeiro nos pré-requisitos do segundo plano estratégico que se destaca pela promoção de megaeventos culturais e esportivos. Com a produção do Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga e a Cidade do Samba os aparatos culturais regionais brasileiros estavam em evidência; com o Estádio Olímpico João Havelange e o projeto das Vilas Olímpicas (em especial a Vila Olímpica da Gamboa) o município já estava fomentando e sendo local hábil para receber os eventos de esportes e com o projeto do Museu Guggenheim (que depois seria substituído pelo Museu do Amanhã) e a Cidade das Artes o município estaria inserido nos eventos e exposições de artes, músicas e culturas artísticas.

## **CAPÍTULO 5: UMA AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS E DAS INFRAESTRUTURAS QUE ESTÃO SENDO PRODUZIDAS.**

Com as intervenções urbanísticas e arquitetônicas para receber megaeventos que caracterizam no município do Rio de Janeiro na década de 2010 pode-se perceber as mudanças estruturais, sociais e ambientais desde já. Afinal, muitas famílias estão sendo removidas de suas moradias, transformações ambientais estão ocorrendo, mudanças econômicas em áreas antes “esquecidas e/ou abandonadas” pelos governos e pelas iniciativas privadas.

Todos os acontecimentos dos últimos anos e as transformações que estão acontecendo em diversas partes do município acabam por afetar a vida de muitas famílias e infelizmente, em grande parte dos casos, não é para o bem das mesmas.

A figura do Estado deve agir de acordo com a Constituição Federal de 1988 e agir de acordo com ações e políticas que abarquem toda a população, sem fazer distinções. Porém, o que se observa em práticas do dinamismo do empreendedorismo urbano é exatamente o oposto desse dever político e social:

Nos últimos anos, o Rio de Janeiro passou a ocupar o “olho do furacão” dos planos de investimento público e privado para a instalação de megaempreendimentos e megaeventos. E isso já tem resultado em impactos diretos sobre os direitos humanos, constantemente violados, de boa parte da população.

Não é à toa que em 2010 a cidade do Rio de Janeiro tornou-se uma das principais cidades latino-americanas em atração de investimentos. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) estima-se que nesta década, período de realização da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, o estado se consolide como o ponto de maior concentração territorial de investimentos públicos e privados do mundo. Até o ano de 2020, o Governo do Estado estima que sejam investidos R\$ 1,9 trilhão.

Essas estimativas, no entanto, não consideram os impactos sociais e ambientais que este tipo de investimento acarreta e não contemplam nenhum instrumento que busque resguardar os interesses públicos e os bens comuns... (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul em colaboração com o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, 2011, p.7).

As remoções de muitas famílias devido às obras para a realização dos megaeventos já estão acontecendo, tanto no Rio de Janeiro como em vários municípios brasileiros que também serão sedes para a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014. Apenas no município do Rio de Janeiro existe uma estimativa de que mais de 25 mil famílias já tenham sido retiradas

de suas casas. Inclusive organizações populares fizeram denúncias e as mesmas já foram relatadas pelas Nações Unidas. Em muitos casos os eventos estão sendo utilizados como uma desculpa para promover exceções territoriais, sociais e econômicas tendo até a violação sistemática dos direitos e das leis.

No Brasil, dados do Censo 2010 revelam que 84,35% da população brasileira – mais de 160 milhões de pessoas – residem nas áreas urbanas. Nesse processo, o mercado imobiliário e o Poder Público, articulados, impediram que a população de baixa renda ocupasse os espaços com boa infraestrutura, serviços públicos, áreas de lazer e bens de uso coletivos. As remoções forçadas de comunidades de baixa renda, abrindo caminho para a especulação imobiliária sob a desculpa de obras de “mobilidade urbana” para os megaeventos, representam o ápice deste processo de injustiça social nos territórios de nossas capitais (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul em colaboração com o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, 2011, p.10).

## 5.1. INFRAESTRUTURA QUE ESTÁ SENDO REALIZADA PELO GOVERNO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Sendo o governo municipal o foco dos estudos desta dissertação. É de grande relevância fazer um pequeno inventário de quais são as obras de infraestrutura realizadas nos dias atuais por essa esfera de governo.

Afinal, as práticas do empreendedorismo urbano que vem identificando as ações políticas e os discursos dos prefeitos do município nas últimas três décadas devem se mostrar através de obras concretas para poder justificar os projetos políticos e mostrar, mesmo que razoavelmente, os gastos públicos para a sociedade carioca.

### 5.1.1. TransOeste

Essa é uma das novas vias expressas para o transporte coletivo do município do Rio de Janeiro. Tem por objetivo realizar a ligação entre a região do bairro da Barra da Tijuca e os bairros de Santa Cruz e Campo Grande.

No ano de 2010 teve início às obras para o corredor de ônibus BRT – *Bus Rapid Transit* – com as adaptações necessárias para sua implantação, com duplicação de pistas, construção de pontes e viadutos. As obras foram realizadas em três fases:

- 1ª fase = Terminal Alvorada – Estrada da Pedra (divisa dos bairros de Guaratiba e Santa Cruz),
- 2ª fase = Estrada da Pedra – Santa Cruz e Campo Grande e

- 3ª fase = Terminal Alvorada – Jardim Oceânico (Barra da Tijuca).

Todo o trajeto realizado pelos ônibus urbanos, na travessia entre os dois lados da Serra da Grotta Funda, nos horários de pico, chegava a atingir até 3 horas de viagem. Com o sistema de BRT TransOeste, reduziu-se o tempo de deslocamento de 120 para 60 minutos entre a Barra da Tijuca e Santa Cruz, assim como para Campo Grande, Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba e Sepetiba (figura 5.49).

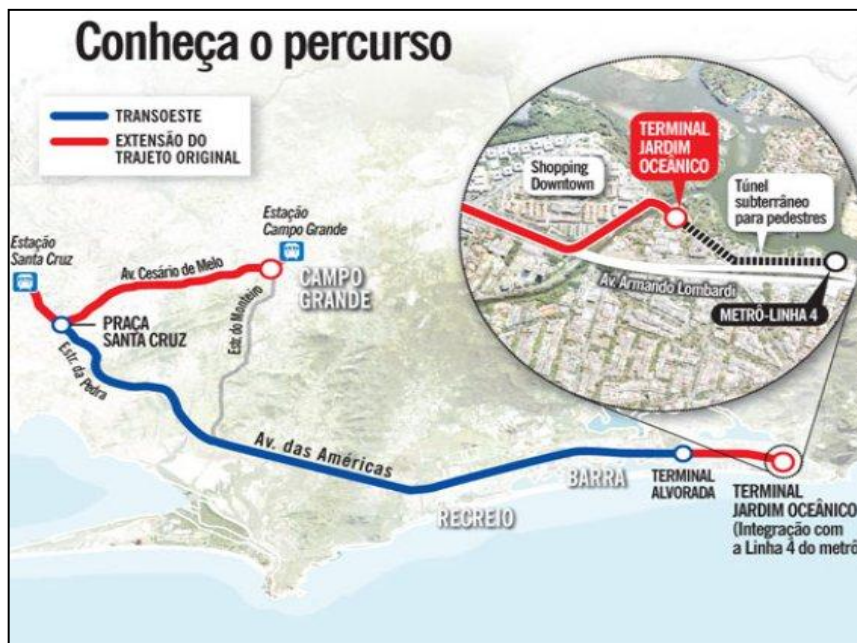


Figura 5.49: Extensões da TransOeste.  
Fonte: Isabela Bastos – Jornal O Globo em 20/10/2010.

Para a obra ser realizada, dezenas de construções, que segundo informações da Prefeitura eram irregulares, foram demolidas. Também foi necessária a construção de um viaduto no cruzamento da Avenida das Américas com a Avenida Salvador Allende, sendo assim a primeira obra da via expressa a ser construída.

A TransOeste foi inaugurada em 6 de junho de 2012 com apenas nove estações e o Túnel da Grotta Funda, que foi batizado de Vice-Presidente José Alencar (figuras 5.50 & 5.51).



Figura 5.50: Início das obras do Túnel.  
Fonte: Felipe Teixeira.



Figura 5.51: Inauguração do Túnel por Políticos.  
Fonte: Portal de Notícias G1 – 07/06/2012.

No dia 23 de junho, 17 dias após a inauguração oficial, tiveram início os serviços (expresso e parador) Santa Cruz – Terminal da Alvorada. A linha expressa circula de segunda a sexta, das 5h às 1h, e aos sábados, das 5h às 14h; e a paradora, diariamente, 24 horas.

Algo que despertou a atenção da prefeitura foram os grandes números de acidentes. E esses ocorreram em sua maioria devido a atropelamentos, pois pedestres faziam as travessias fora das faixas com a alegação das mesmas estarem distantes do ponto de embarque e desembarque. Com isso, o governo municipal iniciou estudos, fiscalizações e operações explicativas para que os incidentes pudessem diminuir.

É importante ressaltar que essa obra ainda está em fase de implantação. O projeto da TransOeste tem por previsão a construção de 53 estações de BRTs ao longo de 56 km de extensão. Terá integração com os BRTs da TransCarioca (até o final de 2013) e a TransOlímpica (em 2014), além da Linha 4 do metrô (em 2015). As estações permitem que o usuário embarque nos ônibus com a tarifa paga antecipadamente nas estações, em bilheterias, reduzindo o tempo de parada nos embarques. A previsão é que a frota, que começou com 40 veículos, chegue a 110 veículos.

#### 5.1.2. TransOlímpica

A TransOlímpica também é uma das novas vias expressas de mobilidade urbana para o município do Rio de Janeiro. Realizará a ligação entre os bairros da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes até os bairros de Magalhães Bastos e Deodoro, todos esses bairros receberão eventos e competições de esportes durante as Olimpíadas e Para Olimpíadas em 2016.

Inicialmente o projeto desta via era de 26 km de extensão, porém devido aos custos foi reduzido para 23 km. A via possuirá duas pistas com três faixas cada uma para automóveis e também receberá o corredor de ônibus, o BRT, com 18 estações e 2 Terminais. Essa via será construída e operada em parceria com a iniciativa privada. O consórcio que venceu a licitação em 19 de abril de 2012, com duração de 35 anos a partir do funcionamento é formado pelas empresas Invepar, Odebrecht e CCR, será responsável pela execução do projeto elaborado pelo governo municipal e terá a remuneração pela cobrança de pedágio, que deve ficar localizado nas proximidades do Bairro de Magalhães Bastos, e por uma compensação mensal da prefeitura. O sistema de BRT será operado por outra empresa.



A partir de julho de 2012 iniciaram-se as obras da TransOlimpica e seus custos, mesmo com as reduções iniciais, ainda são bem elevados. Segundo informações da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, o orçamento inicial é de R\$ 1,55 bilhão. Porém, já foi anunciado pela prefeitura que os custos ficarão mais elevados, uma vez que as desapropriações ainda estão sendo contabilizadas, e os custos serão pagos à parte pelo poder público. Exigirá ainda outro gasto adicional em que a prefeitura licitará, no ano de 2014, uma extensão de 3 km, apenas do BRT, até a Vila Militar, em Deodoro. Por que as pistas de automóveis da TransOlimpica acabarão ao chegarem na Avenida Brasil.

As casas e lojas, que terão que ser desocupadas devido a essa obra, estão localizadas nos bairros de Magalhães Bastos, Jardim Sulacap, Jacarepaguá, Taquara (principalmente na Estrada do Outeiro Santo e no Condomínio Bosque do Paradiso) e Curicica.

Essa via fará integração com os corredores TransOeste (na Avenida das Américas) e TransCarioca, na bairro da Taquara. Segundo o planejamento da Prefeitura a obra deverá ficar pronta, incluindo a extensão do BRT até Deodoro, em dezembro de 2015, para que possa ser usada nas Olimpíadas e Para Olimpíadas de 2016. Afinal, durante as competições esportivas, o corredor fará a ligação da Vila dos Atletas, que está em construção no bairro da Barra da Tijuca, ao Parque Radical de Deodoro que será a sede de algumas das competições olímpicas.

### 5.1.3. TransCarioca

A terceira via de passagem do BRT fará a ligação entre o bairro da Barra da Tijuca e o Aeroporto Internacional Tom Jobim, localizado no bairro da Ilha do Governador. A TransCarioca terá 39 km de extensão e 45 estações entre o Trevo da Palmeiras (popularmente chamado de Cebolão) – na Barra da Tijuca e o Aeroporto do Galeão. Inicialmente essa via seria até o bairro da Penha, com 28 km, mas após estudos de viabilidades e o empréstimo via BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento à Prefeitura do Rio de Janeiro o projeto foi ampliado até o maior aeroporto do estado.

As empresas que ganharam a licitação e ficaram responsáveis em realizar a construção da TransCarioca, através do consórcio com o mesmo nome da via, foi a Construtora Andrade Gutierrez e a Delta Construção.

Em alguns trechos do projeto será necessário construir níveis de passagem subterrâneos (mergulhões) para que se possa fazer as canaletas de circulação dos BRTs. Também haverá processos de desapropriações nos bairros da Barra da Tijuca, Jacarepaguá,

Madureira, Vicente de Carvalho e Brás de Pina. Segundo o planejamento o corredor viário pode custar R\$ 790 milhões, e somando-se ao valor das desapropriações, de R\$ 300 milhões, o gasto total ultrapassará R\$ 1 bilhão. A TransCarioca deve receber pelo menos 300 mil pessoas por dia, segundo estimativas do governo municipal.

As obras começaram em março de 2011, com atraso de um ano do programado inicialmente. A previsão da entrega das obras da via está programada para o fim de 2013, ou seja, antes dos eventos da Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2014.

Após as suspeitas de ligação com o empresário goiano Carlos Augusto Ramos (Carlinhos Cachoeira) que foi preso em fevereiro de 2012 na Operação Monte Carlo da Polícia Federal, que investigava o crime de “lavagem de dinheiro”, a empresa Delta Construção abandonou, em abril de 2012, o consórcio responsável pela construção da via. Ficando a mesma sob a responsabilidade apenas da Construtora Andrade Gutierrez, como informou a nota a imprensa da Prefeitura do Rio de Janeiro (figura 5.52).



Figura 5.52: Notícia da saída da Construtora Delta do consórcio TransCarioca BRT. Fonte: Portal de Notícias G1 em 26/04/2012 – às 16h44min.

Em maio de 2012, foram entregues as primeiras obras: o **Mergulhão Clara Nunes** (figura 5.53), no Campinho (bairro de Madureira), que será útil ao BRT da TransCarioca e



colabora com a organização do trânsito local e o **Mergulhão William Blanco Abrunhosa Trindade (Compositor Billy Blanco)**, no bairro da Barra da Tijuca, em junho de 2012 próximo a Cidade das Artes.

Figura 5.53: Mergulhão Clara Nunes no bairro de Madureira. Fonte: Jornal do Brasil.

#### 5.1.4. TransBrasil

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, essa é a quarta via de passagem do BRT. Esse corredor expresso de ônibus articulados será ao longo da Avenida Brasil (figura 5.54), ligará o bairro de Deodoro até o Aeroporto Santos Dumont e passará por importantes avenidas como a Presidente Vargas e a Francisco Bicalho.



Figura 5.54: Avenida Brasil receberá o corredor expresso de ônibus com a TransBrasil.  
Fonte: Eduardo Franklin – Divulgação no portal da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Esse projeto de BRT tem por objetivo estabelecer um sistema de transporte com grande capacidade entre as zonas Oeste, Norte e o Centro do município. Com o apoio do Governo Federal e estabelecido dentro do Programa Federal PAC da Mobilidade Urbana é considerado como uma grande obra do transporte coletivo do município para receber os megaeventos previstos.

O corredor viário terá um total de 32 km de extensão, 4 terminais, 28 estações e 15 passarelas. Esse sistema terá integração com duas outras vias e corredores expressos de BRTs que estão sendo produzidas, TransCarioca e a TransOlímpica, além de integrar as estações de trens, metrô e do futuro VLT – Veículo Leve sobre Trilhos – da Zona Portuária, que já está sendo “revitalizada”.

O acesso as estações deverão ocorrer pelas passarelas, fazendo assim com que o grande fluxo das avenidas principais não seja atrapalhado em momento algum. A frota de ônibus deverá atingir uma quantidade de 881, entre ônibus articulados e bi articulados, segundo as informações do projeto pela Prefeitura.

O projeto ainda possui as metas de melhorias na pavimentação, na urbanização das vias, alargamento de um trecho da Avenida Brasil, ordenamento no entorno do corredor expresso, 30 mil m<sup>2</sup> de pontes e viadutos, construção de mergulhões de acesso ao Aeroporto Santos Dumont e preservação do patrimônio paisagístico do Aterro do Flamengo.

As obras desta via expressa iniciaram-se em 2011 com algumas modificações urbanísticas e de pavimentação em parte da Avenida Brasil (na altura de Bonsucesso e da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz).

Segundo o site a Prefeitura do Rio de Janeiro, com a TransCarioca, TransOeste, TransOlímpica e TransBrasil conclui o anel viário de 155 km de alta performance para o Rio de Janeiro (figura 5.55). Deixando-a mais interligada com uma *“mobilidade inteligente e sustentável para a população carioca.”* E destaca que *“as obras são intervenções importantes na preparação do Rio de Janeiro para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016”*, encerrando as informações sobre a via expressa: *“é um importante legado para o Rio”*.



Figura 5.55: A malha de BRTs pelo município do Rio de Janeiro.  
Fonte: Matéria jornalística de Luiz Ernesto Magalhães em 12/10/2011 no Jornal Extra.

### 5.1.5. Obras do Projeto Porto Maravilha

A primeira etapa das obras do projeto Porto Maravilha foi inaugurada no 1 de Julho de 2012 na Zona Portuária do Rio. Segundo informações da Prefeitura, 24 ruas receberam nova urbanização com rede de esgoto, drenagem e pavimentação. Monumentos foram revitalizados e a região ganhou um corredor cultural, com um espaço dedicado à história do Porto. A revitalização proposta pelo projeto, no momento, atinge os bairros da Gamboa e da Saúde.

Foi feita uma pesquisa arqueológica durante os estudos e planejamentos do projeto e durante parte das obras foram encontrados o Cais do Valongo, que era o local da chegada dos escravos negros no período colonial, e o Cais da Imperatriz, que foi o segundo Cais do município e foi feito sobre o antigo Cais do Valongo para receber a noiva de D. Pedro I.



Figura 5.56: Restauração do Cais do Valongo e do Cais da Imperatriz.  
Fonte: Divulgação no blog do Projeto Porto Maravilha.

As obras também trouxeram melhorias ambientais, e segundo as informações da 1ª fase do projeto foram feitos 21 pontos de coleta seletiva nas ruas. As cestas coletoras de resíduos orgânicos e sólidos mandam o material para duas caçambas instaladas no subsolo, que são diariamente recolhidas por um sistema técnico, em que o caminhão recolhe a caçamba e não deixa sujeiras espalhadas. Cada uma tem capacidade para armazenar até 3 mil litros de resíduos.

Outro grande ganho foi à restauração completa do Jardim Suspenso do Valongo (figura 5.57), originário de 1906, e das estátuas de mármore que eram originárias do Cais da

Imperatriz e nem estavam mais no Jardim Suspenso devido às más condições de conservação do mesmo.



Figura 5.57: Restauração de todo o Jardim Suspenso do Valongo.  
Fonte: Marcia Rosa.

Outras obras iniciadas nesta 1ª fase (que segundo o projeto terão suas conclusões realizadas na 2ª fase – fim de 2015) tiveram início: a obra do Túnel da Saúde, a obra do Túnel da Rede Ferroviária Nacional, a obra do Túnel do Binário, as alças de subida e descida do viaduto do Gasômetro e a nova abertura da Praia Formosa.

## 5.2. CONSEQUÊNCIAS E AVALIAÇÕES DAS INFRAESTRUTURAS REALIZADAS PELO GOVERNO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Todas essas obras vêm tendo impacto na vida da população.

A primeira grande consequência é a remoção de famílias e trabalhadores de suas moradias e locais de trabalho. Para que ocorra o desenvolvimento de obras como as vias rápidas dos BRTs, a construção de alguns viadutos e passagens subterrâneas de veículos motorizados, a ampliação de algumas avenidas e as obras de “revitalização” do Porto do Rio de Janeiro uma parcela da população, que já está fixa nessas áreas contempladas com o embelezamento arquitetônico e a eficiência urbanística, terá que sair.

Diante dessa situação, em que os pobres são expulsos das suas moradias, os movimentos sociais estabeleceram como bandeira a luta pelo direito à moradia digna. A moradia é muito mais do que uma casa. Moradia é qualidade ambiental, acesso a transportes, trabalho, segurança, gestão

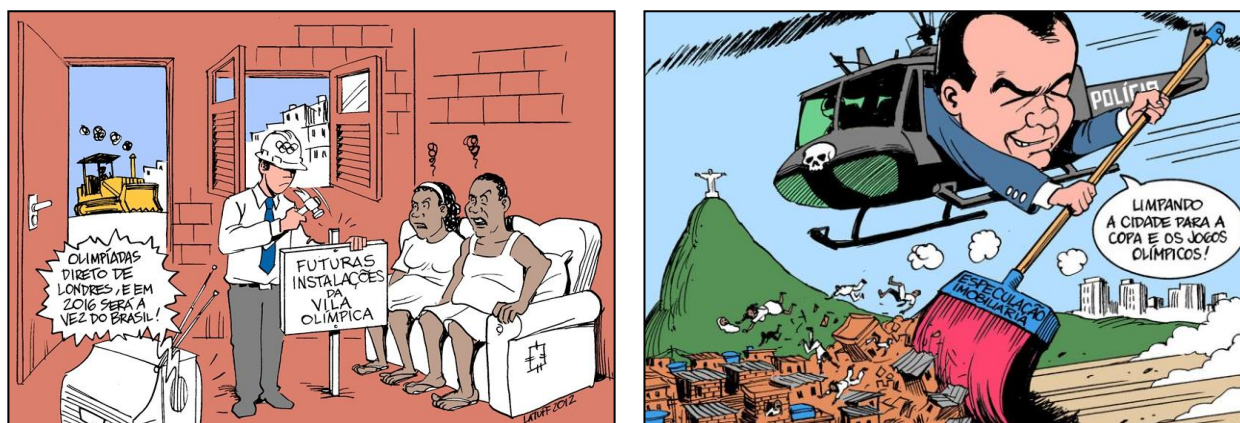
democrática e muito mais! (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul em colaboração com o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, 2011, p.10).

De acordo com o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul e o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, a justiça e o direito à cidade fazem parte da luta histórica pelo uso igualitário dos espaços de todo o município, dentro dos princípios do interesse social da propriedade, sustentabilidade, democracia e justiça social. E demonstram que para existir o direito à cidade é necessário socializar o solo urbano e garantir áreas de interesse social, permitindo que todas as pessoas tenham a possibilidade de morar em áreas adequadas e seguras, independentemente de renda ou raça.

Contudo, o que se observa por anos é que a propriedade privada e a concentração fundiária são os principais entraves para a realização do direito defendido pelos grupos sociais organizados. Todas as esferas de governo acabam por contribuir com o agravamento dessa situação, violando direitos por meio de políticas intimidantes de remoções e de programas habitacionais inadequados, ignorando o interesse social da propriedade, que está previsto na Constituição Federal de 1988 e é popularmente conhecida como a Constituição Cidadã.

Os recursos públicos estão favorecendo os investimentos privados e, ao mesmo tempo, desassistindo a população que mais necessita deles para satisfazer seus direitos mais básicos, como saúde, educação e segurança. Eles falam que nossos bairros e as moradias populares são irregulares, mas não há nada mais irregular do que a forma como estão agindo. Há total falta de transparência, desprezo pela legislação e pelos direitos humanos, sem falar na coação e violência do Estado contra os mais pobres. (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul em colaboração com o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, 2011, p.16).

Os casos de remoções “violentas e indevidas” (figuras 5.58 & 5.59) para as obras desenvolvidas no Rio de Janeiro foram relatados à Organização das Nações Unidas - a ONU através de relatório da urbanista Raquel Rolnick, que é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, além de relatora das Nações Unidas para o Direito à Moradia. Hoje uma das principais especialistas mundiais na questão abordada.



Figuras 5.58 e 5.59: Charges produzidas a partir das denúncias de remoções pelos Movimentos Sociais.  
Fonte das Imagens: Cartunista e Ativista Político brasileiro Carlos Latuff.

De acordo com entrevista de Raquel Rolnick ao jornalista Jamil Chade do jornal O Estado de São Paulo de 05 de Março de 2010, publicada em seu blog, a ONU buscou contato com a FIFA para tratar do assunto e não foi recebida por nenhum representante da entidade. Destaca também a especialista em seu relatório a ONU, que será entregue aos governos de todo o mundo: *“Experiências passadas mostram que projetos de reurbanização adotados para a preparação de eventos resultaram em violações extensivas de direitos humanos, em especial o direito à moradia.”*

Expulsões, encarecimento de moradia, falta de alternativas e pressão sobre os mais pobres, que acabam empurrados para as periferias, têm sido algumas das marcas mais características das Copas e Jogos Olímpicos. E os benefícios econômicos desses eventos não são distribuídos de forma adequada à população. Portanto, o legado é longe de ser positivo (ROLNICK, Raquel. Blog da Raquel Rolnick. Texto: Olimpíadas e Copa trazem prejuízo Social publicado no Jornal O Estado de São Paulo em 05 de março de 2010. Disponível em: [www.raquelrolnick.wordpress.com](http://www.raquelrolnick.wordpress.com)).

Uma segunda ação do governo municipal em relação às remoções para que sejam constituídos os planos e projetos é a demolição do prédio do antigo Museu do Índio (figuras 5.60 & 5.61). O antigo museu que desde 2006 até os dias atuais é ocupado por diversas etnias, está localizado no bairro do Maracanã e fica no entorno do Estádio Jornalista Mário Filho (o Maracanã), que está sendo reurbanizado para os megaeventos esportivos que o município sediará nesta década (nos anos de 2013, 2014 e 2016).





Figura 5.60: Prédio do Museu do Índio antes da construção do Estádio do Maracanã. Fonte: blog ecodebate – Foto de 1940.



Figura 5.61: Prédio do Museu do Índio atualmente em má conservação estrutural. Fonte: Pablo Jacob – O Globo em 15/01/2013.

Em 12 de dezembro de 2012 o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural determinou através de parecer técnico que não autorizava a demolição do imóvel, pois o mesmo apresentava grande importância histórica. Mesmo o Conselho desempenhando um papel consultivo, que pode ser levado em consideração ou não pelo chefe do poder executivo municipal, é importante lembrar que o município possui um decreto do ano de 2001 que determina que qualquer prédio no Rio de Janeiro construído até 1937 está sobre proteção do Patrimônio Público e o processo de demolição dos mesmos deve ser aprovado pelo Conselho, que já se apresentou contrário a ideia.

Contudo, em 11 de janeiro de 2013 através de um despacho de duas linhas no Diário Oficial do Município, o prefeito Eduardo Paes concedeu a licença para que o governo do estado possa demolir o imóvel que é protegido por lei. Em 15 de janeiro de 2013 o estado anunciou a contratação da empresa de engenharia para demolir o prédio. Pelo serviço, que deverá ficar pronto em 30 dias, a Copec Construções e Locações receberá R\$ 586 mil (fonte da informação jornal O Globo de 15/01/2013).

De acordo com o defensor da União André Ordacgy escutado pelo veículo de comunicação, para que o prefeito pudesse realizar a ação que procedeu, seria necessário revogar o decreto de 2001.

Em 28 de janeiro de 2013, os governos do município e do Estado do Rio de Janeiro optaram por não demolir mais a edificação de grande valor histórico e cultural. Sendo assim preservado o aparato arquitetônico, desejo que foi impulsionado por populares e diversas organizações não governamentais.

Contudo, as abordagens realizadas nessa pesquisa evidenciam os processos de remoção em obras produzidas pela esfera municipal do Rio de Janeiro, pois essa esfera é o

foco dos estudos elaborados neste trabalho. Mas, se enumerar os processos realizados também pela esfera estadual e a federal os dados são ainda mais elevados.

Assim, deve-se observar que os investimentos e os planejamentos elaborados para receber megaeventos ou até mesmo produzir uma melhoria urbanística nos municípios devem levar em consideração a existência da identidade social das localidades. E mesmo que não haja outra opção para sua realização, que não as remoções, as famílias devem ser indenizadas corretamente, alocadas em outras moradias o mais próximo possível do local onde residia e tudo isso em um tempo, com organização e cautela. E não com ordens de choque e força policial.

O desenvolvimento deve chegar para todas as camadas socioeconômicas e não apenas para alguns grupos sociais que já são privilegiados economicamente.

O espaço urbano é local para todos e os ganhos arquitetônicos, urbanísticos e econômicos devem ser desfrutados por seus habitantes sem distinções. Os ganhos devem ser amplos e irrestritos.

Outra problemática observada nesta análise sobre as obras que são realizadas é a qualidade das mesmas. E para ilustrar os acontecimentos observa-se que em um período de menos de um ano após obras concluídas de parte da TransOeste é verificado por parte da população e noticiado na mídia carioca que o asfalto de uma parte da via inaugurada apresenta-se desgastado e em condições ruins.



Figura 5.62: Devido a buracos na pista, o ônibus do BRT TransOeste passa fora da via exclusiva.  
Fonte: Custódio Coimbra – jornal O Globo em 04/01/2013.

Desde o dia 04 de janeiro de 2013 foram diagnosticados alguns “buracos na pista exclusiva para ônibus articulado” (figura 5.62), segundo informações do Jornal O Globo on line, de 06 de janeiro de 2013. O mesmo meio de comunicação informava que ainda parte da ciclovia estava destruída e que construções estavam sendo observadas ao longo da via. Todas essas problemáticas eram observadas entre as estações de Mato Alto e Magarça, em Pedra de Guaratiba.

Tanto a Prefeitura do Rio de Janeiro quanto a empresa Sanerio Construções, responsável pelas obras da TransOeste, acusaram-se sobre os problemas identificados. A empresa de engenharia e construções explicou que a Prefeitura não aguardou o tempo de seis meses, tempo necessário ao assentamento do solo, para inauguração das obras. Inauguraram dentro do tempo permitido pelo TRE – Tribunal Regional Eleitoral – antes do processo eleitoral de 2012. Já a Prefeitura do Rio de Janeiro se posicionou explicando que foi a empresa que demorou na segunda parte das obras e ao ter a determinação do prazo de entrega da mesma, acabou por realizar mais rápido as metas necessárias a obra.

Contudo, o mais evidente em toda essa contextualização é que parte da população acaba sendo prejudicada com a falta do entendimento entre a empresa privada responsável e o governo municipal. Não se busca entender apenas qual o órgão não cumpriu a parte que lhe cabia em uma produção tão onerosa, mas a maior importância é resolver as problemáticas apresentadas o mais breve possível e assim demonstrar que toda essa estruturação realmente é para o uso da sociedade carioca.

### 5.3. RIO: SERÁ À HORA DA VIRADA?

Outra reflexão sobre o que vem acontecendo no Rio de Janeiro, a partir da adoção do modelo de empresariamento urbano na gestão municipal, está no livro “Rio a hora da virada” que foi organizado pelos economistas André Urani e Fabio Giambiagi, e conta com 19 artigos de diversos profissionais (a maioria deles com funções econômicas e políticas) e prefácio do atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

Pode-se observar que, na maior parte dos estudos ou pesquisas elaboradas nos últimos 5 anos em relação ao Rio de Janeiro, busca-se justificar todas as intervenções urbanas, econômicas, financeiras, de segurança e até mesmo social como uma retomada do crescimento que ficou estagnado por anos.

O estado das coisas se deteriorava e provocava desilusão no pensamento carioca. Digeria-se a transferência da capital e sofria-se o reflexo de crises econômicas e de identidade que afetaram a cidade e o país.

O conjunto de textos reflete a contemporaneidade e a riqueza do processo que transforma o Rio por dentro e por fora. Há sinais de profissionalização e reorganização da gestão pública, evidenciada pela evolução das finanças públicas. (PAES, Eduardo. Prefácio do livro Rio a hora da virada. 2011).

O livro encontra-se estruturado de uma forma muito interessante para a leitura, estudo e análise. A Parte I trata da recuperação do Rio. A Parte II aborda reflexões voltadas para repensar o Rio. E a Parte III, os desafios a enfrentar.

Mostra como o município do Rio de Janeiro saiu da fase de inércia que se encontrava e passou a ser foco entre as metrópoles mundiais. Demonstra através de personalidades acadêmicas e profissionais, o passo-a-passo do “sucesso” que o município vem vivenciando. Relata o crescimento de arrecadação (recuperação) e os aspectos de melhorias nos ambientes de negócios; os indicadores fiscais do município do Rio de Janeiro e as estruturas das finanças locais, com ênfase “no peso” das despesas com o funcionalismo. Destaca os principais investimentos que são previstos ao estado do Rio de Janeiro e o quanto os mesmos são benéficos. Relata as transformações que o município do Rio de Janeiro tem sofrido e os legados que serão observados após os megaeventos no final do ano de 2016; as políticas de segurança desenvolvidas pelo governo do estado do Rio de Janeiro desde o primeiro mandato do Governador Sérgio Cabral; o interesse da sociedade civil nas mudanças e as realizações governamentais; o aproveitamento da imagem do Rio de Janeiro e dos aparatos culturais produzidos. E, por fim, relata a “melhora nas condições econômicas” da sociedade fluminense e a sabedoria e os planejamentos para investir os recursos financeiros ganhos após o crescimento econômico programado.

Em toda a abordagem proposta pela coletânea de artigos, pode-se observar que existe o grande pensamento economicista, aquele que valoriza apenas os investimentos, ganhos e/ou lucros econômico-financeiros.

A lógica do investimento é clara, só investem onde existe retorno de lucros. E de fato se os administradores municipais futuros não continuarem o *marketing* e as ações de recepção, toda essa relação estrutural que está sendo montada será apenas para manter os ganhos e lucros desta década. Ficando para trás os legados e melhorias que foram justificadas como sendo da população.

#### 5. 4. OS APRENDIZADOS COM EXPERIÊNCIAS PASSADAS

Por isso, é importante, para minimizar ou até mesmo evitar os problemas futuros, observar os exemplos passados, como: Barcelona (Espanha) e Atenas (Grécia) com os Jogos Olímpicos; Japão com a Copa de 2002, a África do Sul na Copa de 2010, entre outros.

Em relação a Barcelona – Espanha, mesmo depois de alguns anos são verificados, através de estudos, artigos científicos, relatórios oficiais e até mesmo materiais jornalísticos de diversas partes do mundo (mas, principalmente espanhóis), que o “modelo” de administração eficaz e de projetos extraordinários também possui suas contradições.

Em relação à posição de Barcelona com o seu entorno metropolitano, esta acaba por ser conhecida como “Metrópole Polarizada”. Em Barcelona concentram-se os profissionais liberais, diretores, pessoal técnico, administrativo e comercial, enquanto que no âmbito metropolitano prevaleceriam os trabalhadores manuais da indústria, da construção e dos serviços (UTE, 2004).

Por outro lado, de acordo com as estatísticas que relacionam a atração de sedes de empresas e de investimentos, Barcelona se encontra depois de Madrid, sendo assim, um dos pontos de grande desagrado às intenções do poder político local.

De acordo com UTE – *UNIÓ TEMPORAL D’ESCRIBES* (2004), outra contradição é que mesmo ocorrendo à criação de espaços públicos de qualidade, há uma profusão de desinvestimentos e fechamento de indústrias, realocação das atividades econômicas no território e deslocamento da população de certas áreas. Tal renovação estaria a serviço dos negócios, o que requer um incremento na dotação de recursos públicos diretamente produtivos (infraestrutura, centros de pesquisas e desenvolvimento) e um retrocesso da parte dedicada ao capital público social (saúde, educação, moradia).

É interessante lembrar que a cidade vem perdendo uma grande quantidade de habitantes ao longo das últimas décadas, devido a oferecer muitos imóveis com preços altos que acabam por fazer os jovens procurarem fora desta, em sua área de entorno (área metropolitana) moradias a preços mais baixos. Assim significa que os enlacs juvenis que deveriam ocorrer em Barcelona ocorrem fora desta e com isso, a cidade está sofrendo um processo de envelhecimento.

É importante caracterizar que é na Região Metropolitana de Barcelona que está concentrada a pobreza: cerca de 70% da população com grandes dificuldades econômicas (segundo a UTC, 2004) residem no entorno metropolitano barcelonês. Na verdade esses lares são chefiados na maioria por mulheres, que compõem aposentados e jovens que não são

independentes financeiramente. *Desta forma, o problema da segregação sócio-espacial também está presente em Barcelona, bem como a formação de um aglomerado urbano disperso a partir do núcleo central da cidade em direção ao seu entorno metropolitano, com grandes custos sociais, econômicos e ambientais* (BOTELHO, 2004, p(s). 116 e 117).

A questão habitacional é um fato de grande relevância na realidade de Barcelona, pois se tornou um dos pontos fracos de tal “modelo” de administração. O valor de metro quadrado aumentou ferozmente e isso fez com que muitas pessoas de condições sócio-econômicas menores saíssem dos limites territoriais da cidade.

A partir de BOTELHO (2004) e COMPANS (2004) foi percebido que o setor da construção obteve grandes benefícios com a postura empreendedora do poder local, com a produção de infraestrutura de comunicação e transportes, com as ações de revalorização de áreas degradadas do centro e do antigo porto e a produção de infraestrutura turística e de edifícios de alto padrão em áreas renovadas.

E encerrando esses pontos obscuros do caso de Barcelona, lá também foi evidenciado que mesmo possuindo uma aparência de neutralidade nas ações de cooperação, estas acabaram por esconder interesses imobiliários e de especulação. Durante os discursos oficiais a idéia que era passada é de que o poder público administra as ações e/ou funções necessárias com o recurso das organizações privadas. Mas na realidade ocorreu exatamente o contrário desta lógica. *O projeto Olímpico de 1992 em Barcelona também esteve permeado de interesses de indústrias que possuíam terrenos obsoletos nas proximidades do PORT VELL (antigo porto), e que foram expropriadas a bom preço pelo poder local* (MORENO & MONTALBÁN apud BOTELHO, 2004, p. 117).

Em Atenas – Grécia, o megaevento olímpico de 2004 ficou marcado por diversas corrupções governamentais e ineficiências administrativas. Ocorreram atrasos nas obras - o que obrigou gastos extras para terminá-las em tempo. E nos dias atuais, várias das instalações construídas para abrigar as competições estão abandonadas. E as despesas continuam acontecendo. Só em 2010, a imprensa grega revelou que a agência criada para administrar a Vila Olímpica vem aumentando desde 2006 o seu número de funcionários.

De acordo com o jornalista Vitor Paolozzi em reportagem do Jornal Valor Econômico (29/06/2011), os estudiosos Jason Manolopoulos e Nicholas Economides acreditam que os gastos abusivos nos jogos olímpicos de 2004 contribuíram com a crise econômica grega da atualidade. E defenderem a idéia de ser fazer obras mais eficientes e mais econômicas, pois os contribuintes não desejam justificativas grandiosas para obras de custos tão elevados.

E nas outras localidades também citadas, o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais – em Nota Técnica informa:

A Copa do Mundo de 2002, realizada no Japão e na Coreia do Sul, deixou grandes prejuízos para o primeiro país. Segundo o membro da comissão da Copa no Japão, Ichiro Hirose, o país não teve um planejamento estratégico para a utilização dos estádios após o evento e os custos de manutenção desses espaços são muito altos, o que tem ocasionado prejuízo de cerca de US\$ 5 milhões por ano ao governo japonês.

A Copa do Mundo de 2006, na Alemanha, foi analisada pelos autores Brenke e Wagner, (2006) que constataram que as expectativas dos organizadores e do governo em relação à criação de empregos estavam superestimadas: os postos criados se caracterizaram como temporários e os custos de infraestrutura e promoção da Copa foram muito elevados. Concluíram que o desemprego após a realização do evento tende a crescer.

A Copa da África do Sul teve a previsão inicial de gastos de R\$ 2,1 bilhões. Na construção e reforma de nove estádios, o país africano gastou cerca de R\$ 4,1 bilhões. Atualmente, apenas um dos cinco estádios construídos para o torneio - estádio Soccer City, em Johannesburg, administrado pela iniciativa privada. - não é subutilizado.

Do legado da Copa do Mundo em 2010, destaca-se, além da construção e reforma dos nove estádios, a construção do Gautrain, linha de trem de luxo, rápido, que liga o Aeroporto de Johannesburg a Pretória. Porém, a obra só foi concluída (com 11 estações e 80 km de linha) após a realização da Copa no país. As linhas de Bus Rapid Transit (BRT) também se expandiram após o evento, assim como aeroportos e estradas. Mas a situação atual é que o transporte público continua a ser uma grave carência no país (DIEESE. Nota Técnica. Número 110. Maio de 2012, p(s). 3 e 4).

## CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade é possível identificar que a teoria estudada consiste em desvendar no cotidiano as intenções de grupos privilegiados social, política e economicamente, que em muitos casos (se não na maioria desses) deseja mesmo é o aumento de seus investimentos financeiros e a criação de um espaço urbano de fluidez para o capital.

Desde a década de 1970, com as grandes crises do capitalismo, muitos países têm baseado suas organizações e planejamentos no desenvolvimento local. Para desenvolver suas infraestruturas e melhorar os serviços básicos para a sociedade local acaba por produzir a competitividade entre cidades e países para que sejam verdadeiros centros captadores de investimentos e consumo. Objetiva os locais para o desempenho mercantilista e produz verdadeiros centros monumentais para funções espetacularizantes.

Com o desenvolvimento econômico, cultural e estrutural das cidades e/ou municípios propõem-se aos lugares um verdadeiro estereótipo para receber grandes eventos, espetáculos, exposições, festividades e quantidade de pessoas originárias de diversas partes do planeta.

A partir deste contexto político e econômico vivido em todo o mundo, não só o município do Rio de Janeiro, como o estado e até mesmo o Brasil tenta se inserir de forma consistente. Com toda certeza, o município do Rio de Janeiro é “premiado por natureza”, devido aos seus relevos e belezas naturais, e com isso recebe o destaque em relação ao restante das capitais brasileiras. Por que neste processo o próprio Rio de Janeiro acaba por ser o primeiro a ser inserido e futuramente, ser o responsável em contemplar demais capitais com relevâncias a circulação e a multiplicação dos lucros financeiros.

Produzir ambientes mais eficientes e ainda conseguir requalificar espaços urbanos antes degradados é valorizar a função mercadológica do urbano. Ampliar os horizontes para o desenvolvimento econômico do município e assim colocar em relevância as áreas centrais. Tudo isso associando o caráter de inovação, de tradição e desempenho do lugar. Assim, a inserção no grande circuito internacional do turismo será mais eficiente e dinâmica.

De acordo com os estudos e as informações obtidas foi a partir do modelo de planejamento urbano que se verificou a existência de uma nova forma de governar tendo por destaque dois aspectos com características de desenvolvimento urbano:

- A cidade com relação ao território e
- A cidade com relação aos projetos desenvolvidos.



Essa abordagem desperta um grande interesse para o entendimento dos governantes em fazer com as cidades um verdadeiro “*marketing urbano*”. Sendo que estas na realidade são sistemas complexos e heterogêneos, e não deveriam ser inteiramente homogeneizada simplesmente por características paisagísticas, arquitetônicas e/ou turísticas.

É relevante pensar e concretizar projetos que possam desenvolver as cidades de diversas formas e não apenas com um caráter empresarial para o planejamento urbano. Toda e qualquer estrutura de infraestrutura e de estruturação organizacional e política dos ambientes urbanos devem levar em grande consideração a qualidade de vida (o bem estar) de toda a população, sem nenhuma diferenciação socioeconômica.

A cidade deve ser pensada de forma sistêmica, igualitária e de forma a desenvolver todas as suas partes. A partir do momento que se impõe uma teoria de valorização de partes determinadas, acaba-se por criar uma segregação de espaços construídos e de pessoas.

No caso das relações sociais ainda é mais grave, pois tudo que fragmenta a relação acaba por formar “abismos” culturais, sociais e econômicos ainda maiores. Afinal, pensar no outro, principalmente os que residem, trabalham ou vivem mais distantes não faz sentido para a vida dos mais privilegiados na sociedade.

Toda essa temática ainda deve ser muito pesquisada e estudada, principalmente durante e após as realizações dos megaeventos ao qual o país e principalmente o município do Rio de Janeiro estão empenhados em realizar. Afinal, devemos acompanhar a realização de obras, verificar se os possíveis benefícios prometidos são, de fato alcançáveis, cabendo, em caso negativo, a exposição dos erros e verdadeiros objetivos dos governantes e empresários.

Com a definição do modelo de administração pública denominado de Empresariamento Urbano, foi possível identificar os verdadeiros atores da idealização e elaboração do mesmo: os políticos e os empresários.

O real interesse econômico da prática desta gestão acaba por definir a cidade, que é um espaço construído e de verdadeiro interesse das relações sociais, como um produto a ser exposto e vendido. Mesmo existindo leis, diretrizes ou artigos constitucionais que regulam algumas relações sociais (leis de uso do solo, leis de zoneamento e parcelamento do solo, entre outras) as ações políticas e econômicas acabam por burlá-las, modificá-las para embasar juridicamente ou simplesmente apropriarem-se destas com a construção do ideário de bem e melhores qualidades financeiras a toda a sociedade.

Infelizmente, o que é verificado na realidade do município do Rio de Janeiro são ações que apropriam espaços que antes não eram economicamente rentáveis e transformam através de obras, marketing, construções de ideários sociais, apropriação das características

geográficas e históricas para um desenvolvimento financeiro de parcelas mais privilegiadas e que tem por comandantes pessoas que pertencem a padrões socioeconômicos elevados.

Os governos municipais que se apropriaram desse modelo administrativo além de privilegiarem parte de seus espaços territoriais em detrimento de outros, elevaram ainda mais os ganhos de classes abastadas, contribuíram para que empresas privadas acabassem por ganhar ainda mais financeiramente e tudo isso, sem pensar na maior parte da sociedade civil e na resolução de suas necessidades. Ainda concordaram com práticas de políticas em conjunto com empresas privadas (políticas público-privadas) no qual os lucros só existiriam após o crescimento financeiro das empresas privadas e com a produção de megaeventos, grandes festividades, turismo, especializações culturais e possíveis investimentos futuros de um conjunto de ações benéficas economicamente.

Os estudiosos e “empreendedores” Borja e Castells defendem a importância estratégica do local como centro de gestão do global no novo sistema técnico-econômico pode ser apreciada em três âmbitos principais: o da produtividade e competitividade econômicas, o da integração sociocultural e o da representação e gestão política. Assim, os governos locais são identificados como mais eficientes do que qualquer outra instituição para atrair empresas e promover a competitividade. Pois, oferece base histórica e cultural para integração dos indivíduos.

O destaque nas relações de produção e modificação dos espaços apenas para o pensamento economicista não é a melhor maneira para o desenvolvimento local e muito menos para o social. Não é definitivamente solucionável a proposta de que gerando maiores rendas para um local (investimentos nacionais, investimentos internacionais, ganhos financeiros por parte turística, etc.) tudo seja devidamente passado para solucionar as necessidades da sociedade civil local.

Observa-se que o modelo de planejar estrategicamente significa superar a capacidade da administração governamental como a única gestora de competências e de recursos. Diferentemente do modelo racional-funcionalista que centraliza apenas na esfera do governo as práticas desenvolvimentistas.

As cooperações de instituições e/ou grupos privados para colocar em prática os projetos se torna uma forma de responder aos “interesses gerais” e romper com o modelo racionalista e funcionalista que era adotado anteriormente.

O planejamento estratégico passa a ganhar importância no cenário político carioca, afinal esse possui a capacidade de materializar as intervenções urbanas consideradas

necessárias ao “desenvolvimento urbano” e a inserir no mercado da competitividade urbana mundial.

Assim pode-se entender que a diferença entre o modelo racional-funcionalista e o planejamento estratégico é verificada pelo primeiro se demonstrar como um produto fechado no tempo e no espaço, que estabelece medidas normativas e tecnocráticas, atende a oferta e à ordenação do solo e das infraestruturas, além de ser restrito ao âmbito da administração municipal e o segundo se caracteriza por processos com mudanças contínuas, atendem as demandas dos investidores e dos cidadãos, constrói o potencial produtivo e de consumo e materializa as funções econômicas. O plano estratégico é responsável em criar novas centralidades, melhorar a imagem do Rio de Janeiro, captar financiamentos e recursos por parcerias com os setores públicos e privados e possui grande consideração pelo crescimento econômico.

Historicamente o planejamento urbano no Rio de Janeiro foi desenvolvido por leis, planos e obras no decorrer de três momentos chaves:

- 1º momento quando através do Prefeito Pereira Passos (1902 – 1906) buscou-se dar uma imagem moderna a cidade, melhora a qualidade de vida e desenvolver ações de limpeza e higiene;
- 2º momento com o Prefeito Antônio da Silva Prado Júnior (1926 – 1930) que buscou a imagem mais eficiente na cidade, através do Plano Agache que foi a primeira proposta de intervenção urbanística no município do Rio de Janeiro com preocupações modernas. Elaborado por Alfred Agache, o plano não chegou a ser completamente posto em prática e introduziu no cenário nacional algumas questões típicas da cidade industrial: planejamento do transporte de massas, abastecimento de águas, habitação operária, o crescimento das favelas e os zoneamentos do espaço urbano; e
- 3º momento com o Prefeito Cesar Maia (1993 – 1996 & 2001 – 2008) que idealizou e produziu boa parte da imagem competitiva da cidade. Assim, buscou melhorar o visual urbano e produzir artifícios que poderiam trazer investimentos e grandes eventos para o território municipal. Inserir o Rio de Janeiro no roteiro turístico internacional com a colaboração de grandes aparatos urbanísticos e arquitetônicos. Originando um ambiente urbano preparado a receber festividades e eventos de qualquer origem e no decorrer de qualquer época do ano.

Com isso, pode-se entender que o ideário de organização do espaço urbano do Rio de Janeiro é construído ao longo de anos. Tendo por base sempre ações políticas e estratégicas de origens internacionais. As ações e objetivos foram sendo adaptados aos modelos e as necessidades evidenciadas em cada época.

No período administrado pelo ex-prefeito Cesar Maia e seu ex-aliado político e também ex-prefeito Luiz Paulo Conde, década de 1990 e início da década de 2000, o município do Rio de Janeiro teve por parâmetros os dois grandes Planos Estratégicos: Plano Estratégico I – “Rio Sempre Rio” & Plano Estratégico II – “As Cidades da Cidade”. A partir desses, a política e as ações organizacionais e urbanísticas tiveram por abrangência melhorar as condições de competitividade do município entre tantos outros no mundo e a qualidade de vida da sociedade carioca.

Começa no Rio de Janeiro a fase em que as informações contínuas nos meios de comunicação sobre o município e as ações governamentais são utilizadas, promovendo a imagem do município e estendendo a credibilidade governamental para alcançar as parcerias privadas que começavam a construir seus interesses econômicos e financeiros sobre as localidades cariocas.

As estratégias lançadas através dos planos acabaram norteando de vez as ações governamentais e impactaram positivamente o espaço urbano carioca dentro de uma visão mercadológica. O município se preparava a cada produção urbana inovadora.

Como sucessor e também ex-aliado político de Cesar Maia, o atual prefeito Eduardo Paes também não abandonou os ideais, as ações e as produções urbanísticas para construir a imagem do Rio de Janeiro para o mundo dos investimentos, bons negócios e receptividade.

As estruturas dos governos continuaram de forma centralizadora e a participação dos cidadãos que é tão evidente nas ações de planos estratégicos em diversas localidades do mundo, exemplo maior é o que ocorreu em Barcelona na Espanha, não foi verificado no município do Rio de Janeiro com uma expressiva quantificação. Diversas ações de participação social ocorriam com pequena numeração de populares ou então nem ocorriam de forma eficiente a escutar a opinião cidadã.

Toda a transformação do imaginário e ideário urbano para o Rio de Janeiro foi construído levando em consideração parcelas do município que já estavam estruturadas urbanisticamente. Evidenciando e qualificando o município como um novo espaço de consumo padronizado e capaz de competir com outras localidades internacionais que já se evidenciavam por anos. Tendo o desempenho da esfera governamental para uma requalificação urbana, o desenvolvimento de um marketing urbano, os investimentos em

infraestrutura, as intervenções pontuais e a produção dos aparatos arquitetônicos que foram transformados em verdadeiros monumentos desta nova fase do município.

Com as políticas estratégicas, deu-se reforço para requalificação de antigas centralidades urbanas (bairro de São Cristóvão e a Região Portuária Carioca) e a criação de novas centralidades (principalmente no bairro da Barra da Tijuca). Essas centralidades são expostas para atrair investidores e cidadãos que consomem (turistas e os próprios habitantes municipais e das áreas vizinhas). Mas, com as análises sobre a estrutura urbana dessas localidades observa-se a questão de valorização e o privilégio do poder de mercado sobre os interesses da população. É fato constatar a perpetuação da prática de concentração espacial dos investimentos.

É interessante observar que mesmo depois da ocorrência da prática do empresariamento urbano nem todas as promessas de crescimento, desenvolvimento contínuo e bem estar da sociedade civil são verificados. Pois, o investimento feito pelos poderes públicos na maior parte das vezes não geram os retornos aguardados.

A prática do empresariamento urbano além de não levar em consideração as relações sociais, a identificação do ser com o espaço construído e até mesmo com o natural, acaba por gerar um verdadeiro círculo vicioso de grandes investimentos públicos juntamente com as rendas dos setores privados para que assim possa ser fomentada cada vez mais a entrada de investimentos para o local. Só que isso não acontece a todo tempo e no mesmo lugar, afinal a rotatividade (circulação) do capital é o grande fator de multiplicação do mesmo.

Identifica-se em maior evidencia a competitividade urbana do que o desenvolvimento da espacialidade urbana para o bem da sociedade local. Pois, o planejamento urbano contemporâneo constitui ações para atrair recursos humanos e financeiros com muito mais precisão. Mesmo, com as intervenções urbanísticas e políticas produzidas para que se possa construir o imaginário de desenvolvimento.

Os projetos urbanos e arquitetônicos produzidos por profissionais (arquitetos, urbanistas, engenheiros e especialistas) de grande renome internacional é uma das alternativas buscadas por esse modelo de governabilidade para atrair investimentos de diversas partes do mundo, ganhar prestígio entre aparatos urbanísticos das grandes localidades e aumentar o imaginário de cidade competitiva. O *marketing urbano* acaba por usar conceitos da arquitetura e dos movimentos urbanistas, por exemplo: centralidade, articulação, história, identidade, acessibilidade e qualidade ambiental, para constituir interesses aos que buscam essas normatizações nos aspectos urbanos atuais. Uniram-se as funções aos aspectos ideológicos.

Porém, nem sempre esses conceitos são realmente materializados nos grandes aparatos urbanísticos planejados e produzidos pelo poder governamental. Na maioria dos casos leva-se muito mais em consideração os interesses empresariais e dos investidores do que as expectativas da população local em utilizar, conviver e produzir relações sociais nas localidades e/ou arquiteturas renomadas. Grandes exemplos dessa situação no município do Rio de Janeiro são: Cidade do Samba, Cidade das Artes (antiga Cidade da Música) e futuramente as instalações do Estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã) que não possuirá mais a tão famosa “Geral”.

Contudo, vê-se que o ambiente urbano do Rio de Janeiro caracterizado e identificado como uma nova potencia dentro das localidades a receber investimentos, festividades, eventos e turistas propõe também aos cidadãos locais uma nova estruturação cultural e de identidade com os novos aparatos urbanos produzidos. Existe uma separação simbólica entre os grupos sociais que frequentaram os locais preparados e o restante da população. Os aparatos que são muitas vezes produzidos por uma visão mais estética e monumental, acabam por não ser “palco” da relação de convívio social dos cariocas. Assim, não produzindo identificação e nem familiaridade com as construções e as novas centralidades do município.

Por isso, não é importante apenas acreditar que as estratégias de ocorrência do empresariamento urbano são interessantes. O grande objetivo deve ser voltado para o que realmente renderá de benefícios sociais, culturais, urbanísticos, educacionais e institucionais para a sociedade local. Não adianta apenas investir, esperar pelo lucro que pode um dia vir e não levar em consideração os impactos sociais que tais determinações podem oferecer.

Tendo por base as explicações do pesquisador Carlos Vainer, é importante lembrar que muitos objetivos devem ser alcançados para o desenvolvimento de toda uma territorialidade local: redução das desigualdades, melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, avanço e radicalização de dinâmicas sociais, políticas e culturais para que as camadas sociais mais populares possam se organizar e o enfraquecimento dos grupos e coalizões dominantes. Isso tudo, porque sem os setores populares estarem devidamente organizados, dificilmente acontecerá uma expressiva transferência de recursos igualmente. Muitos são os grupos sociais que tradicionalmente dominam as cidades e acabam por sempre capturar os recursos gerados pela acumulação urbana e os recursos concentrados (repasse de recursos das esferas governamentais e os investimentos privados ou internacionais) independente de suas necessidades.

Portanto, a relevância deve ser dada as consequências e possíveis perspectivas que podem ser geradas pela prática do empresariamento urbano. Identificar a viabilidade deste

modelo de administração é muito mais importante para a sociedade civil e para o desenvolvimento local. Porque mesmo a relação de multiplicação do capital sendo o principal fator no sistema econômico mundial, este não será dividido igualmente para todos e assim não produzirá um bem comum, o que é dever dos poderes governamentais independente das esferas e um dos objetivos dos conhecimentos do desenvolvimento urbano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABREU**, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/ZAHAR Editora, 1988.

**ARANTES**, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: **ARANTES**, O.; **VAINER**, C.; **MARICATO**, E.; *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 11-74.

**ARAÚJO**, Flavio Faria de. *Empresariamento Urbano: Concepção, Estratégias e Críticas*. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Política e Planejamento Urbano no IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro – RJ, 2011.

**BERNARDES**, Lysia. Política Urbana: uma análise da experiência brasileira. *Análise & Conjunto*. Belo Horizonte, 1(1): 83-119, jan/abr, 1986.

**BORJA**, Jordi. *As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latino-americana*. Rio de Janeiro. FGV, 1996.

**BORJA**, Jordi e **FORN**, Manuel de. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. In: *Espaço e Debates*, ano XVI, nº. 39, 1996.

**BOTELHO**, Adriano. A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de Barcelona e seu Fórum das Culturas de 2004. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 16, p. 111- 124, 2004.

**CARNEIRO**, Luiz Felipe. *Rock in Rio – A História do Maior Festival de Música do Mundo*. Rio de Janeiro. Editora Globo. 2011.

**CASTELLS**, Manuel & **BORJA**, Jordi. As cidades como atores políticos. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº. 45, julho/1996, p. 152-166.

**CASTELLS**, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

**CHAPIN**, F. Stuart. *Planejamento do uso do solo urbano*. Oikos-tau S. A. Ediciones, Barcelona, 1977.

**CHOAY**, Françoise. *O Urbanismo – Utopias e Realidades – Uma Antologia*. Editora Perspectiva. São Paulo. 1979.

**CORRÊA**, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Ática, São Paulo, 1981.

**COMPANS**, Rose. Parceria público-privado na renovação urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro. In: *Cadernos IPPUR*, ano XII, nº. 1, jan-jul/1998, p. 79-101

\_\_\_\_\_. *Empreendedorismo Urbano – entre o discurso e a prática*. Editora UNESP, São Paulo. 2004.



**DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.** Copa do Mundo 2014: algumas considerações sobre a realização do evento no Brasil. Nota Técnica. Número 110. Maio de 2012.

**DUARTE, Fábio e CZAJKOWSKI JÚNIOR, Sérgio.** Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. RAP. Rio de Janeiro, nº 41 (2): 273 – 282, mar/abr. 2007.

**FERNANDES, Anna Carolina Bueno.** *Além do gramado: a influência de um megaevento na imagem de uma cidade sede.* Monografia de conclusão do curso de Comunicação Social – Relações Públicas da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social da UFRGS. Porto Alegre – RS. 2009.

**FERREIRA, João S. W.** São Paulo metrópole subdesenvolvida: para que (m) serve a globalização. Folheto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, São Paulo – SP, 2000. Disponível em: <[www.usp.br/fau/deprojeto/ferreira\\_globalizacaoparaque.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/ferreira_globalizacaoparaque.pdf)>.

**FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo.** O empresarialismo dos governos locais na gestão urbana: breves reflexões sobre a origem, a evolução e o contexto deste conceito no Brasil. Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, v. 31, nº 6, p. 28-40, nov./dez. 1997.

**FREITAS, Ricardo Ferreira; NUNES, Miguel de Oliveira; FERNANDES, Rodrigo Karl; et. al.** Megaeventos: um estudo preliminar sobre as representações midiáticas da violência no Carnaval e Réveillon do Rio de Janeiro. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Vitória – ES, 13 e 15 de maio de 2010.

**HALL, C. M.** *Hallmark Tourist Events: Impacts, Management and Planning.* Londres, Belhaven. 1992.

**HARVEY, David.** Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, Espaço e Debates, nº 39, 1996, p. 48-64.

**INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS) e COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPIADAS.** Megaeventos e megaempreendimentos no Rio de Janeiro a luta por justiça econômica, social e ambiental – Cartilha de Formação. Sindipetro – Rio de Janeiro – RJ. Em 26 e 27 de novembro de 2011.

**LEFEBVRE, Henri.** O Direito a Cidade. 1ª edição. Editora Moraes. São Paulo. 1991.

**MARCHESINI JÚNIOR, Atílio.** O modelo estratégico urbano de “city marketing” e suas escalas de atuação. Espaço em Revista. Catalão – GO, vol. 12, nº 2, p. 84-101, jul/dez, 2010.

**MOURA, Susana.** Cidades empreendedoras, cidades democráticas e a construção de redes públicas na gestão local. In: ENCONTRO NACIONAL DA AMPUR, 7, 1997. v. 3. p. 1760-1781.

**OLIVEIRA, Gilson Batista.** Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista FAE, Curitiba – PR, v.5, nº 2, p.37-48, maio/ago. 2002.

**RANDOLPH, R.** O planejamento comunicativo e as perspectivas comunitarista e liberal: há uma “terceira via” de integração social? Cadernos IPPUR, ano XIII, nº 1, 1999, p. 83-108.

**RIBEIRO, Viviane de Moraes Freitas.** *A (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008): reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’.* Tese de Conclusão do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro – RJ, 2009.

**ROLNICK, Raquel.** Blog da Raquel Rolnick. *Olimpíadas e Copa trazem prejuízo Social.* Publicado no Jornal O Estado de São Paulo em 05 de março de 2010. Disponível em: [≤ http://www.raquelrolnick.wordpress.com >](http://www.raquelrolnick.wordpress.com).

**SANTOS FILHO, João dos; MARTONI, Rodrigo Meira & GOMES, Luis Carlos T.** Empreendetur e a lógica do empresariamento da máquina estatal: usos e abusos do “bem público”. In: Revista Espaço Acadêmico, ano V, nº 60, ISSN 1519.6186 (Mensal), Maio de 2006. Disponível em:  [< http://www.espacoacademico.com.br/060/60jsf.htm >](http://www.espacoacademico.com.br/060/60jsf.htm).

**SANTOS NETO, Silvestre Cirilo dos; GUEDES, Cezar e SOUZA, Marcos Aguiar de.** O Desenvolvimento Local através dos megaeventos esportivos: Rio 2016. 6º Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas. Franca – SP. 2011.

**SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; CANTO, B. L.; Et. Al.** Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba – PR, nº 107, p. 39-56, jul./dez. 2004.

**SÁNCHEZ, Fernanda.** Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, nº 107, p. 39-56, jul./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 16, p. 31-49, jun. 2001.

**SASSEN, S.** As cidades na economia mundial. São Paulo. Estúdio Nobel. 1998.

**SILVEIRA, Caio Márcio.** Desenvolvimento Local: concepções, estratégias e elementos para uma avaliação de processos. In: Fischer, T. Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.

**SOUZA, Marcelo Lopes de.** ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

**UNIÓ TEMPORAL D’ESCRIBES (UTE).** Barcelona Marca Registrada. Um model per desarmar. Barcelona, Virus Editorial, 344p.

**URANI, André e GIAMBIAGI, Fabio (orgs.).** Rio a hora da virada. Editora Elsevier. Rio de Janeiro – RJ. 2011

**VAINER**, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Rio de Janeiro, CADERNOS IPPUR/UFRJ, ano XVI, nº 2, ago./dez. 2001/ ano XVI, nº 1, jan./ jul. 2002, p.13-32.

\_\_\_\_\_. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARABTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2000, p. 75-103.

\_\_\_\_\_. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. IPPUR – UFRJ. Rio de Janeiro - RJ. S/d.

\_\_\_\_\_. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. In: Proposta, ano 24, nº. 69, junho/1996, pp. 28-34.

**VILLAÇA**, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil, In: DEÁK C. e SCHIFFER, S. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp/Fupam.1999.

✓ *Sites utilizados nas pesquisas de dados e informações:*

Endereços Eletrônicos da pesquisa sobre os principais legados deixados pelos Jogos Pan Americanos de 2007 no Rio de Janeiro:

- <<http://www.esportes.terra.com.br/panamericano2007>>
- <<http://www.panrio2007.com.br>>
- <<http://www.valor.com.br>>
- <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2007/jogospanamericanos>>

Acessos em 10/10/2012 – às 20hs.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.extra.globo.com> > - Último acesso em: 15/12/2012 – às 13h45min.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.veja.abril.com.br/acervodigital/>>

Último acesso em: 15/12/2012 – às 18h.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.tce.rj.gov.br/arquivos>>

Último acesso em: 16/12/2012 – às 11h24min.

Endereço Eletrônico:

<<http://portal2.tcu.gov.br/TCU/arquivos>>

Último acesso em: 16/12/2012 – às 19h17min.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.rio2011.mil.br>> - Último acesso em 20/07/2012 – às 20h.

Endereço Eletrônico:

<[http://www.rockinrio.com.br/historia\\_acervo](http://www.rockinrio.com.br/historia_acervo)>

Último acesso 16/12/12 – às 09h34min.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.onu.org.br/rio/2012>> - Último acesso em 16/12/2012 - às 10h23min.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.jmj2011madri.com/pt.inicio>> - Último acesso em 16/12/2012 - às 11h25min.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.rio2013.com/pt>> - Último acesso em 16/12/2012 - às 11h52min.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.arqnit.org.br/arqnit/category/jornal-niteroi-catolico>>

Último acesso em 16/12/2012 - às 12h27min.

Endereço Eletrônico:

<<http://pt.fifa.com>> - Último acesso em 16/12/2012 - às 14h.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.olympic.org>> - Último acesso em 22/12/2012 - às 19h20min.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.cob.org.br>> - Último acesso em 23/12/2012 - às 10h.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.eduardopaes.com.br>> - Último acesso em: 04/01/2013 – às 20h.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.portomaravilha.com.br>> - Último acesso em 05/01/2013 – às 14h.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.g1.globo.com>> - Último acesso em 05/01/2013 – às 20h.

Endereço Eletrônico:

<<http://www.ogloboonline.com.br>> - Último acesso em: 15/01/2013 – às 10h.